UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

"POLÍTICOS DA NOVA RAÇA": O JARDIM DA INFÂNCIA E A EXPERIÊNCIA DO PODER NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História por GIOVANNI STROPPA FAQUIN
Orientadora: Prof. Drª Cláudia Maria Ribeiro Viscardi

Juiz de Fora
2007

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

Comissão Examinadora

_____

_____

_____

_____

_____
Aluno

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____

Agradecimentos:

É chegada a hora de mencionar todos aqueles que estiveram ao meu lado em mais este momento de minha vida. Primeiramente quero agradecer aos meus pais, que com carinho e sabedoria criaram um maravilhoso lar e às minhas queridíssimas irmãs Camila (breve retorno, hein?) e Cecília.

Minha outra parte está, sem dúvida, com todos aqueles que a vida me presenteou. A preciosa Laura, meu grande amor e verdadeira força da natureza. Aos meus grandes amigos Anderson, Bruno e Igor pelos anos de inquebrantável amizade. Aos meus queridos familiares pela companhia de todos estes anos.

Também devo fazer menção especial à minha professora e orientadora Cláudia Viscardi. Poderia agradecer-lhe pela orientação sempre segura, pelas dezenas de livros emprestados e pelas valiosíssimas anotações de sua pesquisa em arquivos, fruto, sem dúvida, de um imenso trabalho. Mas agradeço-lhe principalmente pela confiança depositada ao início destes três anos. Espero com este trabalho retornar uma pequena parte de uma dívida que jamais poderei consolidar.

Devo também meu sincero agradecimento aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFJF, instituição que acolheu meu projeto e ao Instituto Cultural Amílcar Martins por financiar esta pesquisa com a bolsa ICAM-USIMINAS.

"É um fato que a obra só existe se a acolhemos, se nos descobrimos investidos por ela, no momento em que a interrogamos; se perguntarmos o que ela é sabendo que esta questão é ainda ela que a faz nascer em seu leitor e que este deve se encarregar dela ou fazer dela a sua questão".

Claude Lefort

Sumário

Introdução

Capítulo 1: Um bando de idéias novas 16

1.1: Das cachoeiras aos bancos da faculdade 18

1.2: As primeiras letras 22

1.3: As atividades extra-acadêmicas 28

1.4: A teoria convertendo-se em luta 32

1.5: Latifúndio e abolição 36

Capítulo 2: O retorno ao interior 43

2.1: A nova ordem política 49

2.2: Outras políticas: casamentos e iniciação à vida política 57

2.3: Chegada à arena estadual e federal 66

Capítulo 3: A experiência do poder 79

3.1: As repúblicas cariocas 80

3.2: A tribuna parlamentar 87

3.3: O protecionismo 92

3.4: A engenharia política eleitoral e partidária 97

Capítulo 4: A formação do governo Afonso Pena 105

4.1: A eleição de Afonso Pena 106

4.2:Confrontos na formação de seu governo 110

4.3: A presidência da Câmara 116

4.4: A Defesa do café 121

Capítulo 5: O espetáculo do fim 132

5.1: As movimentações sucessórias: João Pinheiro e David Campista 135

5.2: A campanha civilista e a posteridade 148

Conclusão 152

Fontes e bibliografia 160

Resumo

Pretendemos com esta pesquisa lançar nova luz sobre um período de nossa história republicana: o governo Afonso Pena (1906-1909). Com o intuito de limitar a interferência da Coligação que o levou à chefia da nação, Afonso Pena alça ao poder uma jovem frente ministerial e parlamentar de precoce inserção na vida pública nacional. O grupo seria apelidado pelas forças de oposição e pela crônica política como "Jardim da Infância". Identificados com a introdução dos valores de probidade e profissionalismo na gestão pública, suas atuações entraram em conflito com as tradicionais estruturas partidárias federais e estaduais. Partindo da investigação de suas origens familiares, fase acadêmica e iniciação na vida pública, procuramos acompanhar uma experiência de poder político na Primeira República. A trajetória biográfica dos integrantes do "Jardim da Infância" nos permitiu identificar, em um mesmo grupo, momentos de coexistência e confronto entre o inovador e o tradicional, o ético e o moral. A permanência do personalismo, da fraude e da violência, tão corriqueiros na paisagem política da Primeira Republica da o tom de nossa pesquisa. Com a visibilidade alcançada pelo "Jardim da Infância" na presidência de Afonso Pena procuramos compreender como um regime essencialmente oligárquico e bacharelesco abrigou críticos às suas estruturas fundamentais.

Palavras chave: Brasil – política e governo, História, República

Abstract

We intend with this research to launch new light on a period of the brazilian republican history: the Afonso Pena governance (1906-1909). By aiming to limit the interference of the *Coligação* that carries him to the head of the nation, Afonso Pena handles to the power a young ministerial and parliamentary front with a precocious insertion in the national public life. The group would be nicknamed by the opposite forces and the political chronicle as "Kindergarten". Identified with the introduction of the values of probity and professionalism in the public administration, its performances had entered in conflict with the traditional federal and state partisan structures. Leaving of the inquiry of its familiar origins, academic phase and initiation in the public life, we follow an experience of political power in the brazilian First Republic. The biographical trajectory of the members of the "Kindergarten" allowed us to identify, in one same group, moments of coexistence and confrontation between innovation and tradition, the ethical and the moral. The permanence of the personalism, the fraud and the violence, so current in the political landscape of the First Republic gives tone to our research. With the visibility reached by the "Kindergarten" in the presidency of Afonso Pena we look for to understand how an essentially oligarchical and bachelorque regimen sheltered critics to its basic structures.

Keywords: Brazil – politics and government, history, Republic

INTRODUÇÃO

Pretendemos com este trabalho lançar nova luz sobre um período de nossa história política republicana: o governo Afonso Pena (1906-1909). O primeiro mineiro a ocupar a presidência da República sobe ao poder apoiado por uma ampla união de forças federativas que recebeu o nome de *Bloco*. Uma vez eleito, Afonso Pena procurou limitar a interferência desta coligação alçando ao poder uma jovem frente ministerial e parlamentar que seria apelidada pelas forças de oposição e pela crônica política da época como "Jardim da Infância", este, o objeto de nosso estudo.

Os integrantes do "Jardim da Infância" compuseram uma elite de intelectuais de sólida formação acadêmica aliada a uma precoce inserção na vida pública. Muito jovens foram recrutados em seus estados de origem e iniciaram carreiras públicas como magistrados, professores, jornalistas, vereadores e deputados estaduais. Uma vez reunidos na capital federal, circulavam pela alta sociedade carioca e freqüentavam os círculos intelectuais da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

As obras que se ocupam do período acima descrito estão dispersas nas décadas subseqüentes à própria ocorrência do "Jardim da Infância". Isto implica a existência de uma ampla e fragmentada gama de abordagens que ilustram o uso feito da História durante o século XX no Brasil. A abrangência destes textos percorre basicamente: 1) os relatos históricos deixados pelos próprios atores aqui estudados – casos de João Pandiá Calógeras, Miguel Calmon e Tavares de Lira 2) obras de memórias políticas das décadas de 10 a 50 – muitas vezes de acentuado teor apologético, caso das obras de Sertório de Castro, Daniel de Carvalho, Gontijo de Carvalho e Afonso Arinos, além de autores ligados ao IHGB e ao Arquivo Público Mineiro, 3) os primeiros exercícios, nos anos 60 e 70, de uma história quantitativa e (ou) prosopográfica das elites políticas brasileiras – casos de David Fleischer, Jonh Wirth, Robert Levine e Joseph Love, este item principalmente realizado por brasilianistas ingleses e norte-americanos 4) e, por último, da série de artigos, dissertações e teses produzidas nos últimos 25 anos que, beneficiando-se do acesso a novas fontes e metodologias, voltaram-se para um olhar mais atento em rever algumas generalizações incansavelmente repetidas por décadas, casos de trabalhos como de Amílcar Martins Filho, Jerry Weiner, Maria Efigênia Lage de Resende e Cláudia Viscardi. Ainda poderíamos

relacionar obras de síntese realizadas na década de 50 por intelectuais "emprestados" da área de Ciências Jurídicas, caso de autores como Vitor Nunes Leal, Raymundo Faoro e Alberto Venâncio Filho.

Esta ampla extensão de olhares, se por um lado nos forneceu um retrato muitas vezes fragmentado sobre o fenômeno das elites políticas nacionais por outro nos auxiliou na tarefa imprescindível de recompor o espaço social e político para a realização de nosso estudo prosopográfico. Restringimos nossa pesquisa sobre o "Jardim da Infância" aos seguintes nomes:

Quadro 1

Integrantes do "Jardim da Infância"

Nome	Local de nascimento	Ano de nascimento
João Pinheiro da Silva	Serro, MG	1860
Gastão da Cunha	São João Del Rei, MG	1863
David Moretzohn Campista	Rio de Janeiro, RJ	1863
Estevão Lobo Leite Pereira	Campanha, MG	1869
João Pandiá Calógeras	Rio de Janeiro, RJ	1870
João Luís Alves	Matias Barbosa, MG	1870
Afrânio de Melo Franco	Paracatu, MG	1870
Carlos Peixoto de Melo Filho	Ubá, MG	1871
Augusto Tavares de Lira	Macaíba, RN	1872
Elói Castriciano de Souza	Recife, PE	1873
Celso Baima	Assunção, Paraguai	1874
James Fitzgerald Darcy	Rio Grande, RS	1876
Miguel Calmon du Pin e Almeida	Salvador, BA	1879
Leovigildo de Amorim Filgueiras	BA	Não identificado
Primitivo Moacir	Não identificado	Não identificado

Uma limitação de início se impôs. A lista acima reúne alguns nomes que tiveram longa e prestigiosa carreira pública e outros dos quais pouco pudemos reunir além de esparsos rastros. Deparamo-nos, ainda, com um limitado volume de fontes mais substanciais a respeito da primeira fase da vida dos nossos personagens. Com outros nomes percebemos ainda a escassez de informações que cobrissem suas origens familiares e carreiras públicas. O caso de Celso Baima seria o mais significativo: encontramos a seu respeito muito pouco além de indicações sobre datas de nascimento e falecimento, filiação, e cargos políticos ocupados. Invariavelmente a pesquisa das origens familiares, escolares e acadêmicas e as trajetórias

profissionais locais e nacionais beneficiou-se na medida em que ascendíamos aos altos quadros da política federal, rumo ao núcleo do poder. Como exemplo mais significativo deste outro extremo de nossa pesquisa citamos um dos nomes mais importantes da história política mineira: João Pinheiro da Silva.

Ao considerar o tempo biográfico de nossos personagens na realização de nossa pesquisa partimos para uma narrativa essencialmente descritiva em nossos dois primeiros capítulos. Neles, nossa pesquisa prosopográfica procurou salientar a integração de nossos personagens ao mundo das famílias de tradição política, as instituições de ensino básico e superior e a inserção no mundo profissional e político ao tempo do Império. Nossos personagens se originam de diversos extratos da sociedade com as mais diversas trajetórias familiares, políticas e educacionais. Por uma via tortuosa viriam a se encontrar em um momento específico de nossa história política republicana. Aqui visamos realizar, com a adoção da técnica prosopográfica, não apenas um estudo social destas biografias. Procuramos também ressaltar o elemento comparativo necessário para que as dimensões familiares, educacionais e políticas emergissem através do estudo de suas vidas.

Nosso recorte temático se ocupa de um estudo das elites políticas. Aproximamo-nos, portanto, do uso proposto por Flávio Heinz no qual o termo elite deixa de ser um simples recorte baseado em funções burocráticas, por exemplo. Segundo nos aponta Heinz, o termo elite, quando considerado e constituído de tônus histórico, passa a remeter não mais a um simples critério funcional mas a uma percepção compartilhada por agentes históricos pela qual eles se situam como iguais ou desiguais na realização de seus papeis sociais ou políticos.[1]

A partir da ambientação proporcionada por nossa pesquisa biográfica procuramos traçar um perfil mais elaborado de nossos atores como meio de compreender as motivações que os levaram a adotar um determinado tipo de comportamento político, aqui consideradas pelo conceito de Cultura Política. Neste processo consideramos que os locais mais apropriados a uma descrição e contextualização mais complexa das atividades dos indivíduos residem na utilização de dimensões como experiência, memória, afetividade, identidade e sociabilidade. Como nos informa Daniel Cefaï, estas dimensões visam construir uma história a partir de grupos que geram, compartilham, se diferenciam e se reproduzem através destes valores.[2]

Identificados com a introdução dos valores de honestidade, probidade e profissionalismo na gestão da coisa pública, suas atuações se viram em diversos momentos

[1] HEINZ, Flávio M. *Por outra história das elites*. Introdução.
[2] CEFAÏ, Deniel. *Cultures politiques*. Introdução.

em confronto com as viciadas estruturas partidárias federais e estaduais. Mas a arena política da Capital Federal exigiria a utilização de todas as armas de confronto possíveis e mesmo os integrantes do "Jardim da Infância" não puderam se alhear às vicissitudes morais do jogo político. A contribuição que pretendemos dar com esse trabalho e que norteia nossa principal hipótese não será apenas uma reafirmação de como se encontrava entranhada na cultura política da época os elementos de coesão oligárquico-familiar e personalista, que resultou de nossa pesquisa prosopográfica. Procuraremos esclarecer também que, a despeito da importância dos comprometimentos pessoais, contestações mais fundamentais ao restrito mundo político de então eram possíveis. E que, para o nosso caso, tais contestações tiveram, pela voz de jovens políticos, a chance de desfrutar de visibilidade nacional quando à frente dos mais altos postos da política federal. A identidade dos valores do grupo, a despeito de suas diferenças internas, seria reforçada durante o governo Afonso Pena, quando catalisadas em um contexto de luta política distinguir-se-iam as forças do "Jardim da Infância" e do "Morro da Graça", sobre o qual falaremos mais tarde.

Nosso primeiro capítulo se ocupou de um exame das origens familiares, escolares e acadêmicas de nossos personagens. Examinamos também alguns dos principais temas políticos presentes nos últimos anos do Império como a crise do bipartidarismo, a transição do regime de trabalho escravo e as propostas de reforma no sistema fundiário nacional. Tais temas surgiram em um ambiente de crítica à instituição monárquica. Decadente e morosa em adequar-se às transformações sociais brasileiras, a instituição monárquica se verá alvo de críticas advindas de setores com variados graus de marginalização, seja politicamente ou socialmente. Reunidos sob a égide da geração de 1870, muitos destes homens realizarão não apenas a transição para o novo regime como também a posterior conciliação com as forças derrotadas nacionalmente porém prestigiadas regionalmente.

No segundo capítulo o tema sugerido foi os anos posteriores ao término de seus cursos superiores. Diversas trajetórias se mostram: o retorno para a terra de origem, a aproximação com nomes estabelecidos da política local, as primeiras nomeações para cargos públicos e o apadrinhamento político efetivo, responsável por suas introduções ao mundo político seja no executivo, legislativo ou judiciário. Procuramos detalhar como se situaram nossos personagens no rearranjo de forças oligárquicas com a instauração do novo regime.

O terceiro capítulo trata da chegada de nossos personagens à Capital Federal. Nos utilizamos de temas políticos e econômicos abordados por nossos personagens para situá-los frente a questões como o desenvolvimento econômico nacional, a experiência partidária

republicana e a questão eleitoral. Nestes anos nossos personagens se consolidariam como talentosos oradores e estudiosos dos problemas nacionais.

O quarto capítulo tratará da experiência de nossos personagens no poder. O governo Afonso Pena levaria ao núcleo do poder diversos de nossos personagens que por possuir reduzida idade ou por pertencer a estados pouco representativos causaria celeuma entre os tradicionais chefes políticos. Esta nova composição chocou-se frontalmente com o modelo partidário até então praticado na jovem República. Outro assunto abordado será a disputa política criada no controle da Câmara dos Deputados, essencial no tratamento da luta entre os jovens turcos do grupo de Carlos Peixoto e o senador gaúcho Pinheiro Machado, chefe do "Morro da Graça".

O último capítulo trata do fim da experiência de poder do "Jardim da Infância". O modelo partidário praticado permitira a projeção de seus integrantes pelas mãos do presidente Afonso Pena e pelo talento e agressividade do deputado Carlos Peixoto Filho. No entanto, a morte precoce do governador mineiro João Pinheiro – um crítico contundente da forma personalista de se fazer política no país – diminuiu em muito as chances de reafirmação do poder do "Jardim da Infância" quando do início das articulações para a sucessão presidencial. E assim se deu quando Afonso Pena passou a defender como candidato de sua preferência David Campista, seu Ministro da Fazenda. As forças políticas que haviam contribuído para a ascensão de Afonso Pena ao poder agora relutavam em concordar com a indicação oriunda do *velho Conselheiro*. Isolado na Capital Federal e em seu próprio estado, Pena morre em junho de 1909, sem terminar seu mandato. A pesquisa termina com o papel desempenhado por nossos personagens frente à cisão política que ocorre com a disputa presidencial de 1910 entre Hermes da Fonseca e Rui Barbosa.

Através do estudo do "Jardim da Infância" procuramos dissertar sobre uma experiência de poder político na Primeira República. Filhos da geração de 1870 – geração que fundamentara teoricamente a ação política que desencadeou a crise e subseqüente queda do Segundo Reinado – os integrantes do "Jardim da Infância" combinavam uma sólida formação humanista, a familiaridade com os temas mais polêmicos da filosofia política européia e ao estudo técnico dos problemas nacionais, fossem estes pelo prisma econômico, jurídico ou sociológico.

A postura crítica frente aos elementos basilares constituintes da cultura política personalista da Primeira República contribuiria em muito para a breve vida do "Jardim da Infância". Diversos de seus nomes teriam uma curta e discreta atuação nos anos subseqüentes à presidência Afonso Pena como, por exemplo, David Campista e Carlos Peixoto Filho, dois

de seus maiores nomes. Outros conseguiriam ter proveitosa vida política como Pandiá Calógeras, Miguel Calmon, Eloi de Sousa e João Luis Alves, em longas carreiras como parlamentares, ministros e diplomatas que se estenderiam para além da revolução de 30.

CAPÍTULO 1: Século XIX: "um bando de idéias novas"[1]

O direito é um instituto humano, um dos modos de vida social: a vida pela coação até onde não é possível a vida pelo amor[2]
Tobias Barreto

Começar este trabalho com um capítulo dedicado ao caminho percorrido por um grupo de homens desde a infância até a "maturidade" certamente nos abre uma infinidade de possibilidades na realização desta tarefa. No entanto, a escolha de nossos personagens responde a um momento específico de nossa história política. Esse recorte já nos colocará no centro de questões que dizem respeito à singularidade de nossa opção metodológica.

A nosso ver, a principal dessas questões relaciona-se ao critério *a posteriori* adotado na delimitação de nosso grupo. Tal critério é a pertença de nossos personagens ao "Jardim da Infância": grupo de jovens e intelectualizados políticos que tiveram suas atuações e idéias destacadas durante a presidência Afonso Pena, quando por meio deste assumiram postos-chave dentro da maquina política nacional. Foram identificados pela crônica política da época e pela historiografia subseqüente como estudiosos de problemas econômicos, jurídicos e sociais brasileiros. Não constituíram um partido político definido e tampouco tiveram suas idéias sistematizadas em um manifesto mas suas atuações relacionavam-se à renovação das viciadas práticas políticas existentes.[3] A própria expressão "Jardim da Infância" foi cunhada em um inflamado discurso do deputado baiano Augusto de Freitas no Parlamento. O mineiro Afonso Pena havia sido eleito presidente por uma conjunção de forças políticas estaduais capitaneadas pelo senador gaúcho Pinheiro Machado, composição esta que recebeu o nome de "Bloco". Ao referir-se à preterição sofrida pelos antigos aliados do Bloco no arranjo

[1] Expressão utilizada por Silvio Romero ao descrever os anos de sua formação acadêmica em seu prefácio a uma obra de Tobias Barreto, apud: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. P. 27.

[2] BARRETO, Tobias. *Estudos de Direito*. P. 28.

[3] Sertório de Castro afirma que o grupo reunia entusiasmo e interesse sincero na renovação de homens e moldes na prática política. CASTRO, Sertório de. *A República que a revolução destruiu*. Sua atuação contribuiria para a elevação do nível cultural do parlamento brasileiro. CARVALHO, Antônio Gontijo de. *Uma conspiração contra a inteligência: vida e obra de David Campista*. P. 83. Apesar de modernos e renovadores, seus integrantes moviam-se dentro de uma contradição: suas carreiras políticas estavam ligadas às tradicionais lideranças rurais e relacionavam-se às viciadas estruturas de eleição a "bico de pena". VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O Teatro das oligarquias: uma revisão da política do "café com leite"*. P. 185.

ministerial e parlamentar do novo governo, Freitas afirmara que aquele "partido" desaparecera do cenário político. Agora generais obedeciam a soldados e a ingratidão sobrepujava a lealdade, prisioneiros que haviam se tornado de "políticos da nova raça" que haviam convertido "este país em um verdadeiro *Jardim da Infância*".[4]

O assunto que será tratado nesse capítulo ilustrará mais claramente o fato de nosso trabalho possuir uma característica *convergente* por excelência. Nos separamos agora de um momento específico da vida política brasileira para promovermos um retorno às origens familiares, escolares e acadêmicas dos integrantes do "Jardim da Infância". Falaremos, desta forma, um pouco mais sobre a geração de políticos nascida entre as décadas de 60 e 70 do século XIX. Mas a análise coletiva das biografias de nossos personagens nos colocou uma primeira questão: levando em conta origens familiares tão diversificadas nossos personagens possuiriam experiências de poder semelhantes entre si? Longe de possuir apenas uma função retórica acreditamos que essa pergunta age como um fundamento para a realização de nosso trabalho. Através dela começaremos, no presente capítulo, a responder como estes homens se encontrariam no futuro.

Acreditamos que a idéia de geração constitui um local que propicia tanto a imanência das práticas culturais quanto a transcendência destas mesmas práticas. O Jardim da Infância integrou uma geração de políticos brasileiros que fora exposta às reivindicações de retomada dos valores republicanos da propaganda. Tais reivindicações não foram recebidas igualmente pela geração a que pertenceram nem mesmo pelos integrantes do próprio grupo. O novo regime encaminhava-se para os 20 anos de vida sem superar, porém, muitos dos vícios herdados do Império. A noção de que a vida político-administrativa se faz mais através dos homens que a compõem do que das instituições que estes representam se mostrava um fato intransponível. A educação política enfrentada por nossos personagens em muito determinaria seus repertórios de atuação.

Não apenas a aceitação, mas também a compreensão das regras do jogo, se mostram indispensáveis para a sobrevivência no mundo político. Estas regras foram incorporadas por nossos personagens ao longo de suas trajetórias familiares e escolares: as facilidades ou dificuldades trazidas "do berço", o restrito universo acadêmico nacional, os comprometimentos pessoais necessários à adequada iniciação da vida pública, o processo de rígida e implacável escolha das capacidades e conveniências que permitiam a tão poucos a possibilidade de alcançarem e manterem-se no topo da *cadeia alimentar*. A aceitação das regras pelos atores – pela via de uma *educação* para a política – pressupõe um solo comum

[4] Sessão na Câmara em 21 de maio de 1907. *Annaes da Câmara dos Deputados*, volume 1, 1907, p. 204.

dentro dos quais estes desempenham seus papéis. O exame do ensino fundamental e superior no Império, a incorporação das perspectivas liberais, cientificistas, evolucionistas e positivistas às elites nacionais e o recrudescimento dos debates referentes ao federalismo e aos movimentos republicano e abolicionista no fim do regime monárquico suscitam questões que perpassam nosso período de estudo. Esses temas constituíram uma parte importante do caminho percorrido pela geração de nossos personagens que gradativamente começaram a nos deixar seus primeiros rastros. Nossa pesquisa bibliográfica mostrou uma ampla gama de abordagens e problemas propostos principalmente pelo campo da história das idéias e na história das instituições. A alternância entre as abordagens sociológica e histórica observada nestas obras nos revelou o desafio que a relação entre indivíduos e idéias é capaz de gerar.

Assim, começaremos por um exame dos primeiros anos da geração de nossos personagens.

1.1. As primeiras letras

A educação fundamental brasileira do século XIX nos oferece um primeiro retrato da sociedade imperial. A presença da Igreja na formação dos jovens era uma das poucas garantias que poderiam ser oferecidas dentro de um precário sistema educacional. Descentralizadas e entregues aos caprichos pedagógicos de seus diretores, as escolas de ensino fundamental públicas, particulares e religiosas assim realizavam a tarefa dos primeiros anos da educação infantil.

A solução comumente encontrada pelos pais intencionados em dar uma sólida formação a seus filhos e financeiramente aptos a isso era a matrícula nos diversos internatos e externatos ligados à Igreja Católica espalhados pelo país. Retirados do seio de suas famílias e jogados em um meio hostil e rigoroso, dava-se a aprendizagem das primeiras letras pelas crianças.

O colégio do Caraça é o mais tradicional exemplo desse tipo de instituição em Minas Gerais tendo por ali passado, por exemplo, Afonso Pena (pai e filho), Artur Bernardes e Raul Soares. Encravado nas montanhas e matas da serra do Caraça, este colégio foi fundado por volta de 1800 pelo Irmão Lourenço, ligado à irmandade Nossa Senhora Mãe dos Homens.[5] O Caraça recrutava entre os Lazaristas franceses seus diretores. Padre Clavelin foi seu oitavo superior na fase reconhecida como a idade de ouro do colégio, entre os anos 1867 e 1885. O curso de *humanidades* – nome dado aos primeiros anos da vida escolar – estendia-se

[5] *O CENTENÁRIO do Caraça 1820-1920*. P. 13.

por 7 anos completos onde eram ministrados cursos de história, retórica, matemática, literatura, filosofia, latim e ciências naturais.[6]

Da capital do Império citamos outra tradicional instituição de ensino: o Colégio Pedro II. Passaram por este colégio Pandiá Calógeras, João Luis Alves e David Campista. Entre as disciplinas lá cursadas citamos aritmética, religião, história sagrada, história antiga e medieval além de latim e francês. Nesse colégio as crianças conviviam num ambiente de reverência à figura do Imperador e de prática da religião católica. O Colégio Pedro II seria considerado um exemplo de excelência dentro do sistema nacional de ensino privado até meados do século XX.

Nascido em junho de 1870, Pandiá Calógeras descendia de uma nobre linhagem grega. Seu avô era titular de diversas comendas e honrarias dos reinos da Espanha, Itália e do Brasil,[7] onde veio lecionar Geografia e História no Colégio Pedro II tendo sido também autor de livros didáticos. Filho de Michel Calógeras, um operoso engenheiro de obras oficiais do império brasileiro, João Pandiá não freqüentou escolas e ginásios oficiais, tendo passado pelo colégio Pedro II apenas para realizar os exames preparatórios. Sua educação fora confiada a um corpo de professores particulares – na maioria alemães - em sua cidade natal, Petrópolis.[8]

David Campista nasce no Rio de Janeiro em 1863. Seus avós maternos, David Moretzohn e Maria Carolina Moretzohn, eram de ascendência judaica nascidos na Prússia. No Brasil, o avô David Moretzsohn se tornaria negociante de tecidos e banqueiro. Seus filhos se ligaram, por casamento, a bacharéis, funcionários públicos e políticos do Império. Encontramos uma petição feita em julho de 1837 por Luis Moretzsohn, do mesmo tronco de David, ao governo provincial para a formação de uma colônia de estrangeiros em Minas Gerais. Apresentava-se à autoridade provincial como "Luis Moretzsohn, prussiano de nação, negociante, estabelecido na Imperial cidade de Ouro Preto, casado com mulher brasileira".[9] David Moretzsohn Campista, um de nossos pesquisados, passaria a infância em Juiz de Fora deixando esta cidade para fazer os estudos fundamentais na capital da Corte.[10]

Poucas informações podemos precisar sobre as origens familiares de Celso Baima e James Fitzgerald Darcy. Celso Baima era filho de um alto oficial do corpo de saúde do exército. Nasce em Assunção, capital do Paraguai, a 11 de julho de 1874.[11] James Darcy nasce

---

[6] Ibidem, p.46.
[7] CARVALHO, Antônio Gontijo de. *Calógeras*. P. 25.
[8] Introdução de Francisco de Assis Barbosa. CALÓGERAS, João Pandiá. *Idéias políticas de Pandiá Calógeras*. P. 21.
[9] A Referencia encontra-se em documento transcrito. Um pedido de concessão para estabelecimento de colônias em Mucury. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, volume 8, janeiro-junho, 1903, p. 647-50.
[10] CARVALHO, Antônio Gontijo de. *Uma conspiração contra a inteligência*, op. cit., p. 16.
[11] LYRA, Augusto Tavares de. O senado da República de 1890 a 1930. *Revista do IHGB*, vol. 210, 1951, p. 86

na cidade de Rio Grande no estado do Rio Grande do Sul em 1876. Soubemos que os primeiros Fitzgerald Darcy migraram da Irlanda para sul do Brasil em meados do século XIX onde prosperaram como comerciantes na região.[12]

Boas condições nesta fase do ensino fundamental desfrutavam aqueles que traziam o peso da política em seus sobrenomes. Carlos Peixoto Filho encarnaria fielmente a família de tradições políticas. Neto e filho de um deputado e um senador do império, respectivamente, concluiu seus estudos secundários no Liceu de Juiz de Fora. Aos 13 anos de idade, com uma autorização especial do Ministro da Justiça pela sua reduzida idade, matriculava-se na Faculdade de Direito de São Paulo.[13]

Aparentados ou filhos de políticos foram também Afrânio de Melo Franco e Gastão da Cunha. Cursaram o secundário em escolas regulares, ambos em São João Del Rei e iniciaram seus estudos superiores com cerca de 16 anos de idade. Afrânio descendia de uma tradicional família do noroeste de Minas Gerais cujos ramos, desde tempos coloniais, estendiam-se sobre o exercito, a política e cargos judiciários, fossem estes leigos ou eclesiásticos. Tinham como "sede" o município de Paracatu onde gerações dos Melo Franco lutaram com famílias rivais pelo controle da política municipal.[14] Gastão da Cunha, nascido em São João Del Rei, na região central de Minas, era filho do médico e político Balbino Cândido da Cunha, deputado geral e presidente da província do Paraná no final do regime imperial. Seu avô materno, João Crisóstomo Pinto da Fonseca, foi magistrado no Império estabelecendo-se, finalmente, em São João Del Rei como advogado.[15]

Outro nome pesquisado e que possuía ligações familiares com a política imperial foi o do baiano Miguel Calmon du Pin e Almeida. Nascido em 1879 na cidade de Salvador, Calmon pertencia, pelos lados materno e paterno, a antigas famílias vindas de Portugal para o Brasil nas primeiras décadas de colonização. Ocupariam diversos postos na sociedade colonial como militares, clérigos, burocratas, proprietários rurais e magistrados. Filho de Antônio Calmon du Pin e Almeida, contra-almirante, e de Maria dos Prazeres de Góes Calmon, Miguel Calmon pertencia a uma família aristocrática mas não rica. Contariam, entretanto, com a ajuda do compadre Inocêncio Marques de Araújo Góes, aparentado de Maria dos Prazeres. Dono da maior banca de advocacia da Bahia, Inocêncio era católico

---

[12] Informações retiradas do *site* do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul: http://www.mp.rs.gov.br/memorial/membro?idmem=458. Acesso em 17 de dezembro de 2006.
[13] PEIXOTO FILHO, Carlos. *Discursos Parlamentares de Carlos Peixoto Filho*. P. 20.
[14] Citamos aqui uma biografia de Afrânio feita por seu sobrinho, Afonso Arinos, em três volumes. Os três primeiros capítulos do primeiro livro tratam da história dos Melo Franco. FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista da República*.
[15] CARVALHO, Antônio Gontijo de. *Ensaios biográficos*. P. 203.

fervoroso, pertencia ao Partido Conservador e simpatizante da mão-de-obra cativa já pelos idos da década de 1880. Os irmãos mais velhos de Miguel, Antônio e Francisco, prosperaram como bacharéis em Direito: o primeiro como político e o segundo como professor, advogado e banqueiro. Seu terceiro irmão, Manoel Bernardo, morreria jovem, às vésperas de doutorar-se em Medicina. Miguel Calmon não optaria nem pela advocacia nem pela medicina. Matricularia-se na Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1896, aos 16 anos de idade, onde se formaria em engenharia como um dos primeiros alunos de sua turma em 1900. Foi ainda sobrinho-neto do homônimo Marquês de Abrantes, senador por mais de 20 anos no Império, que não chegara a conhecer.[16]

Elói de Souza nasce em Recife, Pernambuco, em março de 1873. Seu bisavô paterno era proprietário de vastas terras. Seu pai, Elói Castriciano, era sócio do sogro em uma firma de importação e exportação na capital. Castriciano tivera ainda uma breve experiência como deputado provincial pelo Partido Liberal durante os anos 1878-79. Num curto lapso de tempo, os jovens irmãos ficariam órfãos de pai e mãe, passando a ser criados por seus avôs maternos em Recife, onde Elói de Souza se formaria em direito pela Faculdade desta capital.[17]

Aquelas famílias que porventura não tivessem condições de financiar os estudos de seus filhos em escolas particulares tinham por opção confiar-lhes ao seminário. Uma opção nem sempre relacionada à formação de sacerdotes e que desde cedo impunha às crianças uma dura caminhada, poucas vezes colimada com estudos superiores. Vindo de uma humilde família da cidade mineira do Serro e exemplo nesse caso, João Pinheiro da Silva não teve oportunidade de freqüentar escolas regulares. Com 10 anos de idade perde seu pai, um imigrante italiano da região de Nápoles de nome Giuseppe Pignataro,[18] o que obriga sua família a viver com parentes em diversas cidades mineiras. Sua mãe então entrega a educação de João e de seu irmão mais velho José ao padre João de Santo Antônio que os matricularia no seminário de Mariana, onde o mais jovem se destacaria.[19] Apenas José optaria pela carreira eclesiástica.

---

[16] Introdução de Francisco de Assis Barbosa a ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e. *Idéias econômicas de Miguel Calmon*.

[17] GOMES, Ana Laudelina Ferreira Gomes. VIDA E OBRA DA POETA POTIGUAR AUTA DE SOUZA (1876-1901). Artigo disponível no *site* da Fundação Joaquim Nabuco: http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obte023.html. Acessado em 21 de janeiro de 2007.

[18] MONTEIRO, Norma de Góis. (coord.) *Dicionário Biográfico de Minas Gerais*. P. 649.

[19] SILVA, Ildefonso Mascarenhas da. João Pinheiro: Comemoração do centenário do seu nascimento.in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Volume 258, janeiro e março de 1963, p. 135.

1.2. Das cachoeiras aos bancos da faculdade

Normalmente, a pouca preocupação com métodos pedagógicos no ensino fundamental impunha grandes dificuldades aos alunos quando atingiam a idade dos cursos preparatórios. Nesta fase, os meninos deixavam suas roças e escolas dirigindo-se aos centros regionais de suas províncias. Lá prestavam exames perante a Comissão de Instrução Pública da Província. As disciplinas avaliadas eram História, Aritmética, Geografia, Filosofia, Geometria, Retórica, Inglês, Francês e Latim, esta última a grande vilã dos preparatórios e pedra de toque do ensino clássico de então.[20] Os que possuíam recursos, além dos preparatórios, podiam recorrer à ajuda de repetidores particulares.

Essa fase da formação escolar também chamada de secundária seria um equivalente dos cursinhos vestibulares de hoje. Conforme nos diz José Murilo de Carvalho, a admissão às escolas superiores era feita tendo por base a formação adquirida nestes cursos e avaliada pelas Comissões de Instrução. Vencida esta etapa, o aluno estava apto a requerer matrícula junto às instituições de ensino superior.[21] Esse formato de vida escolar e de incursão na vida acadêmica gerava distorções que se faziam refletir no interior das faculdades. Gonçalves Dias, poeta que também se dedicou ao estudo de problemas educacionais brasileiros, criticava a conveniência dos liceus em reduzirem sua atuação a meros cursos preparatórios de faculdades de medicina e direito.[22] Havia a percepção, desde esses tempos, que o problema fundamental da educação brasileira residia mais no ensino básico que no superior. No entanto, nas décadas 1860 e 1870, a polêmica proposta de adoção do ensino livre nas faculdades ocupou as tribunas do congresso nacional e as páginas da imprensa, como veremos adiante. De nada serviriam reformas universitárias se estas não fossem precedidas por mudanças no ensino básico.

Os filhos da terra mineira que partiam para os estudos superiores tinham de fazê-lo longe de casa. O ensino superior, na sua grande parte representado pelas faculdades de direito de São Paulo e Recife, não apresentava uma tradição de inovações pedagógicas que se traduzissem num maior rigor na formação de seus bacharéis. Junta-se a isso a despreocupação do Governo Imperial em oferecer instalações adequadas ao funcionamento das faculdades de direito. Expunham-se ao catolicismo e ao positivismo nas suas expressões jurídicas, ainda que a estrutura de ensino privilegiasse fundamentalmente o "velho espírito rotineiro e canônico".[23]

---

[20] FRANCO, Afonso A. de M. *Um estadista da República*, P. 114.
[21] CARVALHO, José Murilo. *A escola de minas de Ouro Preto: o peso da glória*. P. 59.
[22] VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil*. P. 127.
[23] FRANCO, Afonso Arinos de M. op. cit., P. 132.

A repetição, por parte dos professores, dos mesmos compêndios e apostilas ano após ano tornava o ensino extremamente fatigante, repetindo a ineficácia do ensino básico.

As atividades extracurriculares dos alunos representavam, nas faculdades de direito, o lugar onde se dava a efetiva preparação para a vida pública, conforme veremos mais adiante. Tais particularidades não apenas caracterizavam a forma precária de funcionamento das faculdades de direito como também nos informam que elas potencialmente abriam seus estudantes para mundos diversos que não o jurídico.

Desafio maior enfrentava a Escola de Minas de Ouro Preto. Instituição fundada na década de 1870 na antiga capital mineira e ligada ao desenvolvimento técnico e científico da engenharia no país desfrutava de pouca aceitação dentro da mentalidade política do Império. O diretor e fundador da Escola de Minas, o francês Henri Gorceix, apesar da animosidade com que era tratado em discursos no Parlamento, contava com o apoio irrestrito do amigo e Imperador D. Pedro II, que lhe deu plena liberdade e financiamento para a estruturação de sua Escola de Minas. O estranhamento provocado em grande parte pela disciplina que o engenheiro francês procurou aplicar a sua escola serve como ilustração do nível do ensino fundamental e secundário no país. Nos quinze anos que foi diretor da escola, Gorceix jamais teve que fazer uso da sua limitação regimental que estipulava um máximo de dez alunos por turma. Pandiá Calógeras lá matriculou-se em 1884 e em sua turma apenas três concluíram o curso. Entre as medidas que causavam espanto naqueles que debatiam o ensino superior no Império constavam os altos salários oferecidos pela escola aos seus professores, dada a incomum exigência de exclusividade de trabalho e tempo integral dedicados à escola. Entre outras "peculiaridades" dessa escola constava a gratuidade do ensino, a concessão de bolsas integrais aos alunos pobres além de viagens de aperfeiçoamento para a Europa ou EUA aos seus primeiros alunos, prêmio que Calógeras, como o melhor entre os formandos de 1890, preferiu abrir mão.[24] Devido à estreita mentalidade de parte das elites políticas do Império, geralmente pouco familiarizadas com o rigor científico das disciplinas lecionadas, não raras foram as ocasiões em que a extinção da Escola de Minas foi proposta no Parlamento[25].

Contrastando com o rigor de Gorceix na administração de sua Escola de Minas estavam as faculdades de Direito. Entretanto, devemos relacionar diferenças fundamentais entre as duas áreas de formação. A Escola de Minas formava engenheiros de grande especialização, sendo esse, inclusive, motivo de dificuldade de alocação profissional de seus formandos, estando suas áreas de atuação restritas à indústria privada, às escolas superiores e

[24] CARVALHO, Antônio Gontijo de. *Calógeras,* P. 32.
[25] CARVALHO, José Murilo. op. cit., P. 56.

às comissões científicas do governo.[26] Por outro lado, tanto a faculdade de São Paulo quanto a de Recife eram reconhecidamente instituições formadoras de quadros para a burocracia estatal. A cultura bacharelesca para a qual esses novos profissionais contribuíam ao reproduzirem-na era caracterizada pela pouca rigidez na estrutura pedagógica dos cursos jurídicos. No entanto, os relatos deixados pela elite administrativa e burocrática, dos quais muitas vezes a historiografia sobre o assunto se alimenta, nos revelam um mundo acadêmico imaculado pelas lembranças da juventude e pelos exemplos deixados por aqueles que integraram uma elite. Não podemos, contudo, deixar de mencionar a existência de uma massa de bacharéis desempregados e outros tantos desorientados – verdadeiros rábulas diplomados – que contribuíram em muito para a consolidação da percepção pejorativa aplicada ao bacharelismo.

Para nossos personagens, as faculdades de direito seriam escolas políticas, sociais e jurídicas por excelência, que formavam administradores para o Estado, dos vereadores aos ministros. Isto lhes permitia desfrutar de um prestígio especial no imaginário social, como representantes da vida intelectual do país.[27] O prestígio originava-se menos no curso ou na profissão em si, mas tornava-se cada vez mais claro para a sociedade da época, que era desses bancos que saía a elite política nacional.[28] Pela Faculdade de Direito de São Paulo formaram-se: Celso Baima, o gaúcho James Darcy e os mineiros Afrânio de Melo Franco, Carlos Peixoto de Melo Filho, David Moretzohn Campista, Gastão da Cunha, João Luís Alves, e João Pinheiro. Este último fora aluno da Escola da Minas por dois anos recomeçando, no entanto, seus estudos superiores em São Paulo. Mas Pinheiro manteria correspondência com o antigo mestre Henri Gorceix por toda a sua vida. O potiguar Augusto Tavares de Lira e o pernambucano Elói Castriciano de Souza formaram-se pela Faculdade de Direito de Recife.

Pudemos constatar que cabiam aos cursos de direito, medicina e engenharia suprir a imensa gama de conhecimentos necessários às mais diversificadas atividades relacionadas ao exercício da administração pública. A formação técnica e científica exigida para o estudo adequado dos problemas e necessidades brasileiros era fornecida por um sistema de ensino superior tradicionalmente alheio a estas especificidades. Apenas por aproximação as instituições de ensino jurídico suprimiam tais demandas em seus programas, como nas cadeiras de Direito Marítimo e Comercial, ordinárias a qualquer curso de direito. Instituições de ensino comprometidas com uma formação aplicada a específicos ramos da administração tanto pública quanto privada - como as escolas de comércio, economia e estatística já

[26] Ibidem, P. 67.
[27] VENÂNCIO FILHO, Alberto. op. cit., P. 107.
[28] SCHWARCZ, Lilia Moritz. op. cit., P. 142.

largamente disseminadas na Europa e nos EUA - ainda eram desconhecidas no Brasil imperial.

Com a República, lentamente as faculdades de Direito diminuíam suas deficiências. Um exemplo é a reforma de 30 de outubro de 1895, que reorganizou o ensino nas faculdades através da introdução das cadeiras de ciências das finanças e contabilidade do Estado. De uma forma geral, cabiam às faculdades de direito, medicina e engenharia, além das escolas militares, a formação dos legisladores municipais, estaduais e federais, dos secretários e ministros brasileiros.

Outro impedimento bastante recorrente à profissionalização do ensino jurídico nas faculdades brasileiras era as múltiplas ocupações profissionais observadas em seu corpo docente. Da mesma forma que a academia pecava pela falta de excelência no ensino também era muito pouco considerada a carreira de professor. As baixas remunerações observadas nas faculdades praticamente obrigavam seus lentes a dividirem seus esforços com outras atividades como o jornalismo, a advocacia, o magistério e a política. A atividade docente tampouco oferecia perspectivas profissionais atrativas para o futuro a aqueles que só a ela dedicassem seu tempo[29]. Conhecidos eram os casos de penúria financeira de professores "imprevidentes" que, ao falecerem, deixavam seus familiares na dependência da concessão de pensões pelo governo. Nos registros dos *Annaes* da Câmara dos Deputados eram comuns as intervenções de parlamentares alegando dificuldades financeiras enfrentadas por viúvas e familiares de ex-professores de faculdades. Ordinariamente eram invocadas em tais questões-de-ordem as qualidades profissionais e a retidão moral dos lentes falecidos, sob apoiados diversos. Em votação, tais pedidos de pensões eram respeitosamente acatados e concedidos. Entre as biografias consultadas pudemos constatar que as múltiplas ocupações eram uma constante nas fases de recrutamento e de exercício das primeiras funções políticas, assunto que será tratado no próximo capítulo.

A divisão do tempo entre as várias atividades profissionais por parte dos professores afetava diretamente a qualidade do ensino. Se a isso aliarmos a despreocupação natural com que a questão do rigor educacional era tratada na época o resultado gerado era catastrófico. Acumulavam-se as reclamações a respeito da precariedade do ensino, da inexistência de um planejamento pedagógico e mesmo da incapacidade de seus professores.[30] Como já falamos anteriormente, o método de ensino primava pela rotina e inércia dos velhos cânones. Informa-nos Afonso Arinos que os professores de direito eram "sombras do passado". Gerações de

[29] VENANCIO FILHO, Alberto. op. cit., passim.
[30] ADORNO, Sérgio. op. cit., P. 93.

avôs, pais e netos que pelos bancos da faculdade passavam tinham que percorrer invariavelmente os cansativos compêndios de Direito Natural e Direito Eclesiástico[31]. Dada a normalidade dessas práticas nas faculdades de direito, podemos compreender um pouco melhor a grande repercussão provocada pela forma como Gorceix estruturou a Escola de Minas de Ouro Preto.

Até aqui relacionamos a baixa qualidade do ensino jurídico à inviabilidade da dedicação exclusiva dos professores à atividade docente, à pouca rigidez pedagógica das faculdades e à adoção do ensino livre. Nessa relação devemos incluir também a inexistência de uma postura científica no trato do conhecimento jurídico.

No processo de aprendizagem, era comum a adoção de material didático de qualidade questionável. Raramente os alunos - e talvez os professores - tinham acesso aos grandes sistemas filosóficos através de seus proponentes originais. Assim, a adoção providencial de compêndios e manuais nos momentos em que houvesse necessidade de se apresentar obras de Kant ou Hegel expunha os alunos ao contato com a ciência filosófica através de comentadores pouco autorizados. Se tal prática contribuiu para a formação de profissionais menos qualificados de uma forma mais imediata, no longo prazo resultou na inexistência de uma tradição filosófica sólida na formação jurídica nacional. Trata-se de uma das mais aceitas explicações para o reduzidíssimo número de jurisconsultos formados pelas faculdades de direito em contraposição à enorme massa de advogados, administradores, jornalistas, oradores e poetas saídos dessas escolas.

Ainda que o ensino jurídico, de uma forma geral, pudesse ser identificado com os problemas até aqui tratados, uma tradição ligeiramente diferente conseguiu tomar a faculdade de direito de Recife. O movimento conhecido por *Escola de Recife* propunha uma mudança do paradigma jurídico francês em direção ao alemão, introduzido nesta escola pelo professor Tobias Barreto. Filho de escrivão e de origem humilde e mestiça, Barreto se destacaria em recuperar um maior embasamento filosófico ao ensino jurídico. Defendia que as escolas de direito seriam uma extensão da própria ciência jurídica, ainda que diferenciadas dos tribunais, por exemplo, mas ainda responsáveis por aumentar e desenvolver o capital jurídico das nações.[32]

Tobias Barreto também ilustra um papel que o professor poderia assumir diferente daquele reservado as extensas preleções e as leituras de cansativos manuais. Barreto era adorado pela mocidade que ali passava a freqüentar, transposta a adolescência. Sua prática de

[31] FRANCO, Afonso Arinos de M. op. cit., P. 133.
[32] VENANCIO FILHO, Alberto. op. cit., p. 106.

ensino era prioritariamente contestatória dos tradicionais cânones. Ainda havia a predominância do ensino do direito natural, doutrina na qual tomava-se o direito como sendo uma entidade metafísica exterior e, portanto, anterior e superior ao homem.[33] Para o professor sergipano, fora das ciências humanas, onde os axiomas prestam algum serviço, a repetição de evidências verdadeiras apenas por si próprias é um sintoma de pobreza de espírito. Uma atualização doutrinária do direito, advinda principalmente da escola germânica no caso de Tobias, postulava que o direito seria *uma* entre diversas formas de cultura humana. À velha tradição escolástica, que pouco conseguia enxergar "além do horizonte da torre de sua igreja paroquial[34]", sobrepunha-se o método histórico-filosófico, mais adequado para se alcançar o fundamento gerador das leis entre os povos. Considerar a cultura e a história como instâncias geradoras do direito significava anular toda a tradição do Direito Natural, expressão jurídica da forma de poder monárquica.

Conforme nos explica Schwarcz, tanto a faculdade de direto de São Paulo quanto a de Recife possuíam uma visão clara do papel por elas desempenhadas no pensamento jurídico no país. Havia uma imagem auto-aplicada por essas instituições através de suas revistas científicas onde Recife era descrita como uma instituição voltada para a formação de doutrinadores e "homens de sciencia". Reconhecendo suas deficiências teóricas, a Faculdade de São Paulo por outro lado reforçava a imagem de instituição formadora de líderes se considerarmos o destacado papel de seus ex-alunos na direção política da nação.[35]

1.3. Atividades extra-acadêmicas

Além da vida acadêmica ordinária podemos citar como importantes meios de reforço de laços de amizade e identidade entre os acadêmicos as repúblicas estudantis e as comunidades secretas. Após a chegada desses jovens aos centros urbanos, dirigiam-se eles para as pensões e repúblicas cuja divisão geralmente respeitava suas procedências regionais. A esse respeito, pudemos encontrar algumas interessantes referências acerca dos estudantes mineiros. Primeiro: eles eram numerosíssimos na faculdade. Primavam pela união e também

[33] BARRETO, Tobias. *Estudos de Direito*. P. 24.
[34] Idem, p. 44
[35] SCHWARCZ, Lilia Moritz. op. cit., passim. De encontro com tal percepção e aprofundando de forma mais incisiva a idéia da imagem auto-aplicada, a cientista social Angela Alonso conclui pela *inexistência* de tal movimento renovador na escola pernambucana. Segundo esta autora, a *tradição teuto-sergipana* seria criação de um de seus mais conhecidos membros, Silvio Romero, para promover não apenas a si prórprio como para maximizar os "acanhados feitos de seu mestre Tobias Barreto". ALONSO, Ângela. *Idéias em Movimento*. P. 133-142.

pela reclusão em seus gabinetes onde se entregavam ao compenetrado estudo das disciplinas, "características próprias da formação montanhesa".[36]

Ao lado de tais impressões sobre a particularidade do comportamento acadêmico do mineiro encontramos referência também às sociedades secretas. Basicamente cada uma dessas sociedades estava ligada a uma faculdade. Assim, tivemos a *Tugendsbund* na Faculdade de Direito de Recife, a *Landmanschaft* na Escola Politécnica de São Paulo e a *Burschenschaft* da Faculdade de Direito de São Paulo, esta ultima a mais importante e conhecida de todas e que também era chamada por "Bucha".

As origens da "Bucha" remontam a figura misteriosa de Júlio Frank. Afonso Arinos relata uma interessante história relacionada à fundação dessa fraternidade. Em princípios do século XIX, o estadista austríaco Metternich recebe o apoio da Rússia e da Prússia para conter o movimento nacionalista alemão, identificado com ideais republicanos e nacionalistas repelidos pela corte austríaca. Nessa época é que foram criadas as *burschenschaften* identificadas com a liberdade e a união do território alemão, verdadeiros centros secretos de agitação liberal, anticlerical e republicana. Com o assassinato de um escritor polonês simpático ao regime russo por um estudante fanático ligado a essa fraternidade estudantil, inicia-se uma onda de perseguições a professores e estudantes universitários alemães em tempos de dominação austríaca. Nesse contexto é que Júlio Frank chega ao Brasil. Segundo Afonso Arinos, ninguém sabia ao certo quem ele era e se este seria seu verdadeiro nome, sabendo-se apenas que chegou ao Brasil pobre e que morreu aos 30 anos de idade como professor de História do curso da Faculdade de Direito em 1841.[37]

Essas associações secretas possuíam estrutura semelhante às alemãs. Eram baseadas em laços de amizade pessoal, que se estendiam para muito além dos anos de academia. Uma das mais importantes características dessas fraternidades era sua atividade assistencial aos estudantes mais necessitados. A "bucha" auxiliava-os com livros, remédios e roupas que eram fornecidos sempre dentro do mais absoluto sigilo.[38] Pelo seu caráter secreto muito pouco se deixou sobre a *burschenschaft* por aqueles que a ela pertenceram. No entanto, Venâncio Filho nos fornece uma relação de integrantes da "bucha" que alcançariam os mais altos escalões políticos do Império e da República. Entre seus integrantes citamos: Visconde de Ouro Preto, Rui Barbosa, Assis Brasil, Rodrigues Alves, Afonso Pena, Rio Branco, Pinheiro Machado, Campos Sales, Afonso Arinos de Melo Franco, Pedro Lessa, Wenceslau Brás, Bernardino de Campos, Washington Luís, Raul Soares e Artur Bernardes. Entre os integrantes do Jardim da

[36] FRANCO, Afonso A. de M. op. cit., P. 126.
[37] Idem, P. 116.
[38] Ibidem, P. 129.

Infância participaram João Pinheiro, Afrânio de Melo Franco e David Campista.[39] Essa lista nos fornece uma referência para medirmos a dimensão dessa fraternidade e sua inserção na vida pública brasileira.

A vida estudantil era muito variada, se levarmos em conta que as exigências acadêmicas não eram as maiores. Os alunos podiam dividir seu tempo em atividades paralelas como o jornalismo nos diversos periódicos acadêmicos e dedicar-se à literatura, tanto poética como teatral. Participavam também das sociedades secretas, integravam grêmios literários e políticos. Era uma fase muito importante na vida desses jovens se considerarmos que essa outra aproximação da vida política proporcionada pela vida acadêmica agia como um complemento às experiências familiares. Sobre essa fase conseguimos um relato da aproximação entre o então acadêmico de direito João Pinheiro e Antônio da Silva Jardim, bombástico difamador da Família Real e aclamado propagandista republicano, cujo perfil veremos mais detalhadamente adiante. A aproximação se dá quando Pinheiro – que até então mantinha-se em São Paulo com uma pequena mesada de seu irmão padre – consegue uma ocupação como zelador na Escola Normal de São Paulo onde Silva Jardim lecionava Português[40]. Levado a essa função no colégio pelo também professor Cipriano de Carvalho, positivista convicto, Pinheiro ali se tornaria eleitor republicano, adversário da monarquia e defensor da abolição. Nesse momento eram estudantes na Faculdade de Direito, além de João Pinheiro, os mineiros Pedro Lessa, Astolfo Dutra, Josino de Araújo, Eduardo Lins, Afonso Arinos de Melo Franco, Afrânio de Melo Franco, Mendes Pimentel, Carlos Peixoto de Melo Filho, João Luís Alves, Camilo Soares, Delfim Moreira, Wenceslau Brás e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Citamos também Alfredo Pujol e Washington Luís entre os paulistas além do escritor fluminense Raul Pompéia.[41]

Com exceção de Pandiá Calógeras e Miguel Calmon, todos os outros integrantes do Jardim da Infância formaram-se em Direito. O mais jovem de nossos pesquisados, Miguel Calmon, cursaria a Escola Politécnica do Rio de Janeiro entre os anos 1896 e 1900. Contemporâneo do escritor Lima Barreto nesta instituição, Calmon era freqüentador assíduo da recém-inaugurada capelinha do Apostolado Positivista, situado na rua Benjamin Constant. Como nos informa Francisco de Assis Barbosa isso lhe imporia uma atitude mais grave e circunspecta, "entre arrogante e aristocrático", distante das rodas estudantis, dos teatros e da boemia. Tais eram os rígidos preceitos da moral comteana ministrados no Apostolado por

---

[39] VENANCIO FILHO, Alberto. op. cit., P. 149.

[40] SILVA, Ildefonso Mascarenhas da. João Pinheiro: Comemoração do centenário do seu nascimento.in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Volume 258, janeiro e março de 1963, P. 140.

[41] MONTEIRO, Norma de Góis. op. cit., p. 649.

Teixeira Mendes e Miguel Lemos.[42] Estes, ao lado de Benjamim Constant, professor na Escola Militar do Rio de Janeiro, eram as maiores expressões do positivismo no país.

A vida extra-classe nos permite observar como se dava o encontro de gerações: uma que atingia a sua meia-vida nos últimos anos do Império e a outra, nascida no seio das lutas abolicionistas e republicanas. Nesses anos, nos informa Sérgio Adorno, o periodismo acadêmico representou um importante canal onde tendências políticas e reivindicações eram feitas por parte dos estudantes. Tais periódicos defendiam explicitamente suas orientações políticas, como os periódicos paulistas "O Liberal" e "A República".[43] De uma forma geral o republicanismo predominava na juventude acadêmica e também na *burschenschaft*. Esta última era francamente liberal, abolicionista e republicana ainda que nisto não residisse um empecilho para que seus membros viessem a se tornar conservadores e monarquistas[44]. João Luís Alves esteve entre aqueles que não se deixaram levar pela onda republicana na mocidade, dirigindo nas arcadas o periódico conservador "O Constitucional", de oposição aos adversários do regime monárquico. Certamente sua orientação devia-se ao fato de ter como padrinho o Barão de Santa Helena, senador do Império e responsável por sua matricula na Faculdade de Direito. Outra exceção seria Gastão da Cunha, anti-liberal e anti-republicano quando estudante,[45] cujo pai fora político no Império.

Em Ouro Preto, sede administrativa da província mineira, uma intensa atividade republicana era agitada na sua maior parte por professores da Escola de Minas. Dentro da rígida escola o republicanismo proliferava a contragosto do seu diretor, Henri Gorceix, amigo do Imperador e conhecido por sua aversão à política. Vários de seus alunos vivenciaram a propaganda de perto. Entre eles Pandiá Calógeras, cuja assinatura constaria no documento de fundação do Partido Republicano de Ouro Preto em 1888 quando ainda era estudante de engenharia ao lado do já bacharel em direito João Pinheiro e do professor da Escola de Minas Antônio Olinto dos Santos Pires. A atuação de Calógeras e Pinheiro na propaganda republicana de Ouro Preto será tratada com mais detalhes no segundo capítulo.

A imprensa liberal mantinha-se distante de manifestações políticas mais radicais mas ainda conseguia comportar a defesa do abolicionismo e a implantação do regime republicano. Talvez fosse isso um reflexo, no espírito dos mais jovens, da fragmentação ideológica existente no bipartidarismo monárquico. O fisiologismo dos partidos liberal e conservador

---

[42] BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. P. 105.
[43] VENÂNCIO FILHO, Alberto. op. cit., p. 218.
[44] LACOMBE, Américo Jacobina. *Afonso Pena e sua época*. P. 33.
[45] CARVALHO, Antônio Gontijo de. *Ensaios Biográficos,* P. 210.

predominou durante o Segundo Reinado,[46] principalmente a partir da década de 50, alimentando a descrença nos sistemas partidário e representativo nacionais. A máquina política operava sob a supervisão do Poder Moderador, presente na ampla obra do controle das forças eleitorais locais que daí estendia-se ao alto círculo da Corte. No Império a distribuição dos títulos eleitorais era realizada pelas Juntas de Qualificação dos eleitores. Formadas por um Juiz de Paz, um delegado de polícia e por um pároco acabavam por ampliar a esfera de influência das famílias que tinham acesso a tais cargos-chave. Assim, o trabalho de qualificação se convertia em verdadeira escolha dos eleitores responsáveis pela formação das assembléias provinciais e gerais. A qualificação dos eleitores continuou centrada na política municipal com a República. A composição do Conselho de Estado e do Senado passava pela pena do Imperador e seus contemplados eram agraciados com a vitaliciedade de seus cargos[47], privilégio suprimido apenas com a República. Isso nos permite abrir uma forma de experiência de poder na qual também se educavam esses estudantes nos primeiros anos de suas vidas intelectuais e profissionais. A geração de bacharéis aí nascida ainda teria a oportunidade de assistir, dos bancos acadêmicos, tanto a abolição da escravidão quanto a proclamação da República e se bateriam pelas grandes idéias que haviam: liberalismo, federalismo, democracia e República.[48] Veremos mais adiante que alguns de nossos personagens alimentariam um profundo ceticismo com relação ao partidarismo nas primeiras décadas republicanas. Os partidos republicanos estaduais constituiriam verdadeiras agremiações políticas onde se davam as disputas intra-oligárquicas, guiadas pelo personalismo de seus líderes e sem maiores comprometimentos ideológicos ou sistematizações programáticas. A política municipal era a instância onde tais disputas se entranhavam pelas esferas legislativa, executiva e judiciária além do local onde se realizava a maior parte do recrutamento daqueles que se iniciavam na vida pública. Nossos personagens conviveram com as vias disponíveis de inserção na vida pública imperial como a politicagem na distribuição de cargos públicos e a presença cotidiana da fraude e do banditismo na prática eleitoral. O novo regime não representaria a superação de tais práticas, conforme veremos no segundo capítulo ao tratarmos do início da vida pública dos integrantes do "Jardim da Infância".

---

[46] NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As desventuras do liberalismo: Joaquim Nabuco, a monarquia e a república*. P. 51

[47] Idem, P. 46.

[48] VENANCIO FILHO, Alberto. op. cit., P. 162.

1.4. A teoria convertendo-se em luta

Um bom panorama das elites políticas brasileiras do oitocentos nos é dado por Roque Spencer Maciel de Barros. Ao analisar as elites intelectuais do último quartel do século XIX, o autor de "A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade" defende a tese do movimento "ilustrado" brasileiro que fundamentalmente acreditava no poder transformador das idéias. Desta forma, o "bando de idéias novas" a que se referiu Silvio Romero representava a incorporação, por nossas elites, de um conjunto de doutrinas vulgarizadas ao longo do século XIX a que Roque Spencer chama de "filosofias populares": doutrinas que traziam consigo uma "filosofia progressista de história" e "uma visão ecumênica dos fatos".[49]

Entretanto, na geração a que pertencem nossos personagens, tivemos que lidar com a escassez de trabalhos que articulassem, historicamente, a obra desses doutrinadores aos homens que através deles se formavam.[50] Alberto Venâncio Filho nos fornece uma relação dos autores lidos nas arcadas ainda que apenas nominalmente. As leituras feitas pelos estudantes de direito nos oferecem um panorama do pensamento filosófico, jurídico e econômico dos séculos XVIII e XIX. Encontramos autores cujas leituras muitas vezes rompiam os limites do pensamento econômico ou jurídico puro. Estes agregavam aos seus tratados uma filosofia de história que estendia seus tentáculos sobre diversas outras áreas de conhecimento. Pertencentes a este grupo citamos o economista inglês Adam Smith (1723-1790), um dos precursores da economia política e defensor da ação do livre-mercado; o pensador e jurista inglês Jeremy Bentham (1748-1832), um dos fundadores do utilitarismo filosófico nos tempos modernos; o político e economista francês Jean-Baptiste Say (1767-1832), autor da lei dos mercados, cujos princípios serviriam de base à ortodoxia econômica até a crise de 1929; o economista inglês Thomas Robert Malthus (1766-1834) autor da tese "Ensaio Sobre o Princípio da População" (1798) em que trata da relação deficitária existente entre o crescimento da população e a produção de alimentos; o economista inglês David Ricardo (1772-1823) que daria forma sistemática e clássica à nascente ciência econômica do séc. XIX; o historiador e economista suíço Jean-Charles-Léonard Sismondi (1773-1842) que, embora simpático às idéias de Adam Smith, no início de sua carreira, passaria depois a defender a regulamentação da concorrência e equilíbrio entre produção e consumo.

---

[49] BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. P. 13, passim.

[50] Dada a dilatada dimensão dessa tarefa, nosso trabalho realiza apenas a consulta a referências biográficas dos autores estudados nas diversas cadeiras. Tais referências foram extraídas de: Enciclopédia BARSA. Rio de Janeiro: Encyclpaedia Britannica do Brasil. 1987, 1° vol.

Entre as leituras mais restritas ao universo jurídico citamos as do catedrático alemão Samuel Puffendorf (1632-1694) que exerceu destacada influência na doutrina internacional de seu tempo, sobretudo no tocante à fixação do conceito de soberania; o criminalista italiano Cesare Beccaria (1738-1794) que preconizava um novo sistema penal, com a abolição de torturas e outras penas desumanas e a proporcionalidade entre penas e ofensas. Influenciaria o sistema penal em todo mundo.

Uma das mais duradouras influências no Brasil tanto na academia quanto entre os homens de Estado foi o positivismo de Comte. Sua filosofia tem como proposta central o comprometimento em retirar do universo de percepção dos homens a dimensão de fatalidade e eventualidade. Todo o conhecimento "verdadeiro" - forte apelo a valores, muito comum no cientificismo do século XIX - estaria comprometido, desta forma, com a percepção das *permanências*.[51] A grande repercussão das idéias evolucionistas de Darwin e Haeckel acabaram por reforçar esse momento em que a intelectualidade buscava na ciência as leis que regiam e determinavam a evolução do universo. Isso contaminou profundamente a filosofia de história compartilhada pelas culturas políticas positivistas, evolucionistas e cientificistas. De acordo com Roque Spencer, nada teria sido melhor para nossos intelectuais: tais filosofias colocavam a história como um processo passível de permanente aperfeiçoamento. A grande obra que caberia às elites nacionais seria a de colocar o país no caminho da civilização - cientificamente. Uma tarefa dessa dimensão se faria sentir nos mais diversos segmentos da atividade intelectual e material: a superação do direito natural pelo positivo, na jurisprudência; o espiritualismo pelo positivismo ou materialismo, em filosofia; a Monarquia pela República, em política; o privilégio pela livre concorrência na economia e na educação[52]. No entanto, havia outros "pensadores" que nos ilustram, de forma pitoresca, o papel de destaque que a ciência desfrutava como autoridade explicativa de uma ordem universal. Autores como Buffon e De Pauw, por exemplo, postulavam a existência de diferenças essenciais entre os homens. A ciência geral dos homens proposta por Buffon relacionava, por exemplo, características dos seres vivos do continente americano a uma debilidade e imaturidade intrínsecas desta terra. Exemplos disso seriam o pequeno porte dos animais, a proliferação de répteis e insetos e a ausência de pêlos nos homens aqui observados. Para o jurista Cornelius de Pauw não só os homens americanos seriam "imaturos" como também "decaídos" o que significava uma irrecuperável degenerescência das raças nativas. Curioso observar que tais idéias foram muito bem recebidas entre os "homens de sciencia" brasileiros quando tratavam

[51] COMTE, Auguste. *Discurso sobre o espírito positivo*. P. 15.
[52] BARROS, Roque Spencer, op. cit., P. 172.

de justificar a perfectibilidade ou degeneração inata às raças humanas. A recepção dessas doutrinas no Brasil se deu sobre as formas mais variadas. As elites intelectuais nacionais não só tiveram acesso a tal forma de pensamento como conseguiram adotá-la de forma original.[53]

O século XIX trouxe uma progressiva liberalização das relações sociais e a percepção de seus seguidores demonstrava a atenção e a fidelidade prestada ao cientificismo na explicação e solução de problemas. A instituição do ensino livre foi uma medida que acabou sendo caracterizada como mais uma incorporação equivocada de soluções estrangeiras aos problemas brasileiros, nas palavras de seus mais animados detratores. A liberdade de ensino realizada pela reforma Leôncio de Carvalho em 1879 efetuava a transposição das idéias darwinistas e liberais para o campo da educação. Adotada nas escolas superiores do Império, essa reforma, de acordo com seu executor, postulava que era utópica a percepção de que a assiduidade do professor, a "proficiência das (suas) preleções" e o rigor dos exames pudessem exercer uma ação estimulante aos alunos.[54] Cada aluno deveria estudar de acordo com o que lhe fosse mais cômodo e com aquilo que exigisse sua própria vontade para só então, perante os lentes do instituto oficial, serem realizadas as provas determinadas pela lei. Seus defensores acreditavam quase que cegamente no poder da concorrência na seleção de valores, o que significaria a sobrevivência apenas daqueles mais preparados. Na pratica isso se traduziu na liberdade de freqüência e na supressão dos exames regulares tanto nas faculdades de direito de São Paulo quanto na de Recife.

Importante ressaltarmos que a medida teve de ser também adotada, a contragosto de seus diretores, na Escola de Minas de Ouro Preto, instituição que até então exigia de seus alunos freqüência integral às aulas.[55] Foi por ter sido sustentada por tal noção de responsabilidade individual que a reforma de ensino livre acabou, na prática, por enfraquecer ainda mais a já frágil estrutura educacional das faculdades de direito.[56]

Tais idéias conseguiam grande penetração entre as elites brasileiras, principalmente nos círculos ligados ao direito, na medida que estas se viam cada vez mais libertas do constrangimento escolástico principalmente após a proclamação da República. A particular apropriação das idéias européias a que estavam expostos os jovens estudantes nos cursos superiores acabou desembocando no *ecletismo*. Vulgarizadas nas comunidades literárias ou afetando solitariamente o espírito de acadêmicos entretidos com leituras paralelas, essas doutrinas acabavam sofrendo uma grande despersonalização, formando uma espécie de

---

[53] SCHWARCZ, Lilia Moritz. op. cit., P. 17.
[54] VENANCIO FILHO, Alberto. op. cit., P. 79.
[55] CARVALHO, José Murilo. op. cit., P. 93.
[56] ADORNO, Sérgio. op. cit., P. 116.

monstro teórico a emprestar "aspecto científico" às mais divergentes asserções: foram capazes de comportar desde o absolutismo monárquico até o republicanismo mais radical.[57] Nos trabalhos consultados por nós que abordam o tema da incorporação das idéias entre as elites nacionais a tese predominante é a do ecletismo. Como tratamos até aqui, esta se baseia na ausência de uma tradição filosófica, nos moldes europeus, nas instituições de ensino superior e na comunidade "científica" brasileira. A tal leitura, realizada majoritariamente por pesquisadores da ciência política e do direito, fazemos uma observação. Este ecletismo não foi capaz de impedir que as faculdades conseguissem formar quadros de destaque. Tampouco impediu o surgimento de ferozes críticos à tradição livresca como Tobias Barreto ou Silvio Romero e mesmo alguns dos integrantes do "Jardim da Infância". Acrescentaríamos a esse contraponto a idéia proposta por Schwarcz, citada anteriormente, de compreendermos tal tradição eclética menos pelo viés pejorativo que ela pode suscitar do que como uma apropriação *original* de tais idéias por nossas elites. Entretanto fica clara a existência de deficiências na estrutura de ensino, muitas delas responsáveis por colocar nossa educação em um desvantajoso *handicap* em relação aos países civilizados.

A elite intelectual que incorporou o evolucionismo como visão de mundo tinha motivos para vislumbrar um mundo cheio de oportunidades. No entanto, integrar o país a esta marcha evolucionista exigia mudanças mais profundas. Uma forma de demonstrarmos a percepção pela qual o Brasil ainda não havia se colocado "ao nível do século" é aquela dos relatos de viajantes franceses que daqui levavam suas impressões para o público do velho mundo.[58] A "outra opinião" que esses relatos representavam acabam nos mostrando um pouco melhor como tais doutrinas eram encarnadas por aqueles que aqui vinham formar suas impressões. De uma forma geral, o Brasil era visto como uma nação ainda em sua "infância", sem efetiva ocupação do solo e com pouquíssimo conhecimento técnico-científico aplicado às suas parcas forças produtivas. Em outras palavras, o Brasil ainda não havia se adequado à marcha da humanidade.

1.5. Latifúndio e abolição

Um assunto presente nas observações desses viajantes e que integrou o vocabulário das disputas políticas nas últimas décadas do Império e na República foi a reforma do sistema fundiário. Na discussão levantada a respeito da concentração fundiária os franceses se uniram

[57] DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. P. 98.
[58] SANTOS, Cláudia Regina dos. Viajantes franceses e modelos de colonização para o Brasil (1850-1890), In *Revista do mestrado de história da Universidade Severino Sombra*. v. 5, 2003.

a uma parte dos intelectuais e políticos brasileiros que enxergavam na pequena propriedade a condição indispensável de sucesso da empresa imigratória. Havia o risco, muitas vezes confirmado, de o trabalhador imigrante vir a constituir mera peça de reposição ao combalido mercado de escravos, que declinava desde a vinda da família real portuguesa para o Brasil[59]. A concentração de terras, para estes viajantes, era um obstáculo a ser transposto[60].

Obviamente qualquer medida que invocasse transformações na estrutura fundiária seria vista como uma afronta aos interesses dos grandes proprietários. Algumas formas de se combater a concentração de terras foram traduzidas pelas tentativas de adoção de um imposto territorial e no confisco pelo Estado de áreas improdutivas com a finalidade de constituir colônias de povoamento. Aqueles que desejavam ver tais reformas serem implementadas além de se preocuparem com a oposição natural dos grandes proprietários tinham que ser cautelosos com a forma pela qual propunham essas reformas. Qualquer medida que pudesse representar uma ameaça aos latifundiários fundamentava acusações de que os direitos legítimos e liberais consagrados no princípio de propriedade privada estavam sendo atacados.

A questão da manutenção do sistema produtivo baseado no latifúndio era delicadíssima no (des)equilíbrio das forças políticas. A escravidão, com a estrutura social que ela gerava, foi tornando-se, no decorrer do século XIX, uma instituição acentuadamente anacrônica dentro da evolução dos princípios liberais. Historicamente, entretanto, o liberalismo habilmente adequou-se às vicissitudes conjunturais: na Europa foi absorvido sob a forma de uma atroz política utilitarista, responsável por uma espoliação inominável de seu proletariado; aqui o liberalismo nutriu-se do suor e do sangue cativo.[61] A ampla margem de interpretações que o liberalismo comportava fizeram proliferar panfletos e livros que buscavam apontar quais caminhos deveria seguir o país para livrar-se do problema social gerado pela grande lavoura de exportação. A inexistência de uma "classe média" de pequenos proprietários era apontada como a causa do pobre desenvolvimento de nosso mercado interno. Nada mais liberal para os críticos da grande propriedade que o embalo da abolição trouxesse junto a reforma do sistema fundiário.

Ainda que vários grandes proprietários de terras vissem a abolição como um desastre, mesmo depois de sua concretização eles estavam convencidos de que era possível acontecer algo muito pior: a reforma agrária.[62] Havia entre os grandes proprietários a idéia, fundada nos apelos de abolicionistas, de que a abolição seria apenas o princípio de um

[59] ALENCASTRO, Luiz Felipe de, "Caras e modos dos migrantes e imigrantes" In: *História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. P. 292.
[60] SANTOS, Cláudia Regina dos, op. cit., P. 53.
[61] BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. P. 204.
[62] GRAHAM, Richard. *Escravidão, Reforma e Imperialismo*. P. 183.

reforma muito mais profunda. Joaquim Nabuco, ilustre quadro da política imperial, foi um dos que mais teve sua imagem associada à causa abolicionista. Oriundo de família aristocrática do nordeste, viajou pela Europa e pelos Estados Unidos. Formado em direito, nas palavras de Richard Graham "era o líder urbano, autoconfiante e articulador de todo o movimento". Nabuco acreditava que a abolição integrava uma reforma mais ampla que transcendia a eliminação pura e simples da escravidão. À abolição deveriam seguir-se medidas que eliminassem os efeitos por ela causadas ao país.[63] Nada mais liberal para os grandes proprietários se acharem atacados nos seus direitos com a abolição e que se declarassem nessa altura estarrecidos diante da possibilidade de uma intervenção legal na estrutura fundiária.

Desta forma, a aproximação entre escravocratas e o movimento republicano não teria ocorrido tanto por conta de um abandono da política agrária pelo Estado, algo que o ato da abolição poderia sugerir.[64] O governo imperial era incontestavelmente dominado por proprietários rurais e a República posteriormente proclamada tampouco se orientaria, nos seus primeiros anos, por medidas de interesse dos proprietários. O interesse pelo movimento republicano por parte dos fazendeiros se explicaria pelo deslocamento do foco da monarquia, regime que ia se revelando aberto a propostas atentatórias ao conservadorismo dos fazendeiros, como veremos adiante.

A vertente mais "revolucionária" dos abolicionistas que tanto preocupava os latifundiários fazia uso da antiga identificação entre a pequena propriedade e a ocupação efetiva do território nacional com a completa exploração de seus recursos. Com o partido republicano a essa altura já inchado de fazendeiros otimistas com as perspectivas de inexistência de um terceiro reinado, os ataques dos abolicionistas históricos passam a se concentrar na especulação pragmática desses novos republicanos.

Um dos mais antigos e ardorosos defensores da causa republicana, agora adaptada aos novos tempos, era Antônio da Silva Jardim. Na faculdade, aproximou-se do positivismo de Comte fundando, com outros companheiros, o Centro Positivista de São Paulo. Professor de português na Escola Normal de São Paulo, era o tipo que se orgulhava de não possuir ares aristocráticos e fazia disto sua principal arma. Importante na criação de uma consciência republicana no período da propaganda, procurou dar a ela uma forte carga crítica, com um linguajar que chegava ao difamatório. Falava em nome da lavoura paulista, mas dirigia-se primeiramente em seus discursos aos proletários do Brasil. Sua importância para nosso

[63] NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As desventuras do liberalismo: Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República.* P. 111.
[64] GRAHAM, Richard. op. cit., P. 179.

trabalho é realçada principalmente quando se leva em conta a influência que exerceu sobre a mocidade acadêmica.[65] O tom apaixonado e vigoroso que utilizava nos ataques à dinastia era sua principal característica durante a propaganda republicana. Respondia também àqueles que porventura interrompessem a marcha republicana. Adotamos aqui duas respostas a Joaquim Nabuco publicadas na *Gazeta de Noticias* nos dias 13 e 20 de janeiro de 1889.

Ao contrário de Nabuco, que optava pela manutenção do regime monárquico na condução das reformas sociais, Silva Jardim via a abolição como um capítulo fundamental na maturidade nacional, mas que seria colimada apenas com a instalação do regime republicano. Por mais que Nabuco estivesse recebendo os aplausos pela realização da obra da abolição, ele era o menos apto a combater a propaganda republicana, "e para fazê-lo em nome do povo". A respeito de Nabuco fala Silva Jardim: "Não conheço entre nós homem político que se lhe avantaje no que toca à natureza aristocrática e impopular. Tradições de família, que o habituaram a tudo esperar do poder, educação de gentil-homem, tradições... e tendências que o transformaram em um representante dos elementos do poder".[66]

Ao mesmo tempo em que dissecava declarações de Joaquim Nabuco, Silva Jardim delineava aquilo que seria a sua República. Refere-se a idéia de conciliação entre monarquia e federalismo proposta por Nabuco, na sua opinião, "ilógica" e "absurda". A Monarquia representaria a vontade de uma única pessoa. Para Silva Jardim, a hipótese de uma monarquia constitucional já seria absurda pois a constituição exigiria a vontade popular. A união entre federalismo e monarquia seria "ilógica" pelo fato de que o primeiro supõe a existência de independência local. Supor a autonomia provincial, nesse caso, seria supor a inexistência do poder monárquico.

Nabuco queria a realização da autonomia das províncias através da Monarquia, instituição capaz de impedir a fragmentação territorial brasileira. Para Silva Jardim a situação era contrária. Exatamente por ser centralizadora a Monarquia forçaria a separação das províncias. Dizia que a República realizaria a obra federativa de Nabuco exatamente porque o novo regime representaria unidade política com descentralização governamental, administrativa, econômica e financeira: tudo aquilo que o regime monárquico até agora lhes havia negado.

Para Silva Jardim o Brasil perdia tempo. Vários países da América conseguiram em sua história conjugar a emancipação da raça negra e a realização da república. Apenas o

---

[65] Prefácio de Barbosa Lima Sobrinho In: JARDIM, Antônio da Silva. *Propaganda Republicana (1888-1889)*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1978.
[66] Discurso: "Pela República e contra a monarquia", idem, P.257.

Brasil continuava preso a uma dinastia "ambiciosa e impura".[67] Acusado por Silva Jardim de não acreditar na participação popular e de se dirigir apenas à alta esfera do poder, Nabuco fornecia os traços com os quais o exaltado propagandista republicano desenhava sua visão do novo regime: o regime da representação popular.

Silva Jardim é conhecido por sua radicalidade durante a propaganda republicana. Entretanto, nas respostas a Joaquim Nabuco, inexiste o tema da reforma da estrutura fundiária. Pelo contrário, há citações elogiosas aos políticos paulistas como Prudente de Moraes e Campos Sales, grandes proprietários de terras, antigos escravocratas e futuros presidentes da república. A respeito da relação entre a abolição da escravidão e a aproximação dos fazendeiros ao republicanismo fala Silva Jardim:

> "A lavoura aceitou a lei de 13 de maio sem violência, sem oposição, sem tomar armas... Se houvesse estadistas na monarquia mais lúcidos e menos egoístas, há muito que a abolição da escravidão estaria realizada, por que a previdência política teria percebido a alma generosa e fraterna dos fazendeiros, que, principalmente cercada de medidas econômicas, livres e eficazes, com aplausos receberiam a lei libertadora"[68]

Acusa os defensores da indenização de serem latifundiários monarquistas, pois os republicanos nada mais esperavam do governo. E é defendendo a classe dos latifundiários que Silva Jardim imagina a mudança de regime, relacionando a República à realização da representação popular.

Outro abolicionista de relevo foi José do Patrocínio que no período que agora tratamos concentrou suas forças principalmente no tema da reforma da propriedade fundiária e na suspeita efervescência daqueles a que chamou "novos republicanos". Alegando que a grande lavoura pirateou por anos a alma humana e que pouco contribuiu para o desenvolvimento nacional, Patrocínio identificava a lavoura à jogatina, à imprevidência e à oligarquia. O movimento republicano estaria, em meados de 1888, contaminado por especuladores, "neo-republicanos da indenização... que viram neles (os republicanos históricos) o melhor instrumento para seus despeitos encanecidos".[69]

Patrocínio coloca-se entre os mais arrojados reformadores do período ao propor medidas que auxiliassem a formação de pequenas propriedades, como a desapropriação de terras à margem das estradas de ferro e rios navegáveis, promovendo nessas áreas a

---

[67] Ibidem, P. 268.
[68] Ibidem, P. 293.
[69] PATROCÍNIO, José do. *Campanha abolicionista*. P. 236.

colonização. As estradas de ferro, que por todo o Império haviam sido objeto de disputas, deveriam receber agora um traçado de orientação mais econômica que política. Defende a completa laicização do país, medida que afetava diretamente o regime monárquico.

Critica o descompromisso do movimento republicano de 1888 com a propaganda abolicionista. Republicanos da indenização e do oportunismo que comiam "tranqüilamente o suor do negro, e tratavam a chicote seus irmãos". Aproxima-se de Nabuco ao afirmar que declarada a extinção da escravidão achava melhor ser solidário ao regime monárquico "para vê-la realizada de fato", o que poderia ser frustrada, por exemplo, pela ameaça indenizatória.

Patrocínio havia sido republicano revolucionário durante a propaganda abolicionista mas nesse tempo o Partido Republicano não dera espaço para que ele pudesse defender seus princípios abolicionistas. Com sua aproximação do regime monárquico após a abolição recebe críticas de Silva Jardim e as responde num documento que surpreende pela lucidez, dada a grande coincidência existente os entre seus alertas e aquilo que mais tarde se concretizaria com a proclamação da República. Dirige-se a Silva Jardim inicialmente com uma crítica à sua ambição, por ter se envolvido "com a podridão de todas as almas que se decompuseram ao contato com a lepra da escravidão". Na análise de José do Patrocínio, a Princesa Regente, objeto de difamação pública por parte de Silva Jardim, havia posto em risco o trono em prol de uma causa que os republicanos haviam se acovardado em defender. Patrocínio ainda alerta Silva Jardim de que muito de seu entusiasmo à causa republicana se devia ao financiamento dos grandes proprietários. A causa republicana pela qual ele agora se sacrificava seria um mero instrumento de acesso ao poder pelos latifundiários que por sua vez não hesitariam em tirar tudo dele enquanto pudessem e sem remorsos haveriam de difamá-lo com o mesmo sangue-frio com que hoje ele o fazia com os abolicionistas ainda simpáticos à monarquia.[70]

A colonização através da propriedade e da produção familiar era interpretada pelos defensores da grande propriedade como subversiva e anti-liberal. Haveria por parte do Estado imperial uma certa permeabilidade a idéias abolicionistas e isso explicaria a atual simpatia da Coroa à idéia de reforma agrária.[71] Joaquim Nabuco e José do Patrocínio viam de forma intimamente ligada a abolição da escravidão e a reforma no sistema de propriedade fundiária. A crescente preocupação dos grandes proprietários de terras talvez tenha crescido bastante com a "Falla" do trono em 3 de maio de 1889, quando o Imperador D. Pedro II dirigiu-se ao Senado para dar abertura aos trabalhos legislativos. Após tomar seu assento o Imperador inicia seu curto discurso tratando de assuntos relativos à política externa com os países

[70] Ibidem, P. 247.
[71] GRAHAM, Richard. op. cit., P. 194.

vizinhos e de saúde pública. Ao falar sobre a emancipação dos escravos afirma que ela ia prosseguindo sem os abalos que a caracterizaram em outras partes do mundo - mais conhecidas e traumáticas tinham sido as abolições no Haiti e em São Domingos - e da sua expectativa que seu fim promovesse a regeneração e o aumento das indústrias nacionais. O empenho do governo em garantir a extensão das linhas férreas estava representado na autorização orçamentária para este setor. Contribuindo para o fortalecimento econômico, o Imperador cita a entrada de 131.000 imigrantes, numa demonstração do governo em reforçar a indústria e a agricultura. Para uma mais eficaz execução da política imigratória, D. Pedro II propunha:

> Para fortalecer a immigração e augmentar o trabalho agrícola importa que seja convertida em lei, como julgar vossa sabedoria, a proposta para o fim de regularizar a propriedade territorial e facilitar a aquisição e cultura das terras devolutas. Nessa occasião resolvereis sobre a conveniencia de conceder ao Governo o direito de desapropriar, por utilidade publica, os terrenos marginaes das estradas de ferro que não são aproveitados pelos proprietários, e que podem servir de nucleos coloniaes[72]

Procuramos observar que temas como abolição, monarquia, liberalismo, federalismo e republicanismo compuseram um vocabulário em torno do qual se explicitavam as mais diversas visões de mundo. A República ainda abrigaria espaço para o confronto político em torno de vários destes temas. Poderemos observar nos próximos capítulos que os objetos de disputa travadas no calor desses anos seriam capazes de repetir desavenças em outras épocas e pela voz de outros homens. Com o início de suas carreiras públicas, perceberemos melhor como os integrantes do "Jardim da Infância" gradualmente vivenciariam as questões relativas ao sistema representativo, principalmente o sistema eleitoral e partidário, e o desequilíbrio federativo. Passariam pela política municipal onde se familiarizariam com o banditismo oligárquico e os crimes eleitorais. Como exemplo de temas econômicos que serão futuramente retomados por nossos pesquisados citamos o papel desempenhado pela grande lavoura, a diversificação de sua produção, a exploração de recursos minerais, a industrialização e a colonização do interior através da imigração e da pequena propriedade. A República cedo frustraria as esperanças de que uma simples mudança de regime pudesse *purificar* as *viciadas* práticas políticas monárquicas. A *irrealização* da República não demoraria a se tornar uma imagem freqüentemente retomada no novo regime, como veremos nos capítulos a seguir.

---

[72] *Annaes do Parlamento Brazileiro: 4ª sessão da vigésima legislatura de 27 de abril a 17 de junho de 1889.* Falla do Trono, sessão de 4 de maio de 1889, P. 16.

CAPÍTULO 2: O retorno ao interior

> Foi para mim motivo de grande júbilo assistir a brilhante estréia de tantos moços, mineiros distintos, que são a esperança de nosso Estado. Ex. Exas. dão provas de ardente patriotismo, revelam estudos e uma orientação que, corrigida pela experiência que só os anos podem dar, hão de prestar grandes e assinalados serviços (...) Mas quando tocarem aos 35 anos ou mais, hão de ter deixado no caminho muitas das suas ilusões (...) nem sempre se governa tendo em vista a ciência (...) mas sim guiando-se pela experiência, pelas lições da prática[73]
>
> Afonso Pena

Examinamos no capítulo anterior a juventude da geração de nossos personagens. Delineamos a vida escolar, o ensino superior e traçamos um breve panorama político do final do Império. Trataremos agora dos anos seguintes ao término dos estudos superiores e concluiremos com a chegada à política federal, período em que nossos personagens iniciam suas carreiras profissionais e passam a vivenciar mais de perto a vida política do país. Com o acompanhamento das trajetórias pessoais de nossos personagens procuraremos descrever e analisar suas vias de inserção na vida pública. Analisaremos os diversos graus de institucionalização dos cargos e atividades exercidas articulando-os ao capital político – relações familiares, visibilidade e prestígio pessoais – acumulado por esses jovens recém saídos da academia. Pretendemos analisar nosso grupo a partir dos valores compartilhados por seus integrantes e como eles puderam dar margem a práticas políticas alternativas, de caráter renovador sobre as culturas políticas existentes. Na realização desta tarefa, nos acompanhará a história política mineira dos primeiros anos da República.

Era finda a fase dos mineiros nas repúblicas estudantis. O exército de bacharéis recém-saídos das arcadas agora voltava seus olhos para as oportunidades de carreira em suas regiões natais. Deixavam para trás os anos na florescente capital paulista e dirigiam-se às pequenas e empoeiradas aglomerações urbanas interioranas. Para muitos isso representava o retorno ao chão de origem, à família e ao que esta poderia representar-lhes em termos de prestígio pessoal, valioso capital que desde já esses moços se preocupavam em contabilizar.

---

[73] Afonso Pena dirigindo-se à Assembléia Constituinte mineira em 1891. LACOMBE, Américo Jacobina. *Afonso Pena e sua época*. P. 142.

Poderiam iniciar suas atividades autônomas como advogados, médicos ou engenheiros. Outro caminho aberto a esses bacharéis seria as nomeações para cargos públicos onde se comprometiam com funções burocráticas. Disponibilizavam-se para ir aos mais distantes recantos onde houvesse espaço político para tais nomeações. Os desafios profissionais poderiam ser muito mais rigorosos para aqueles que não tinham a tradição familiar para se beneficiar. Mas de uma forma geral, levando-se em conta o critério *a posteriori* de escolha de nossos personagens, a atividade profissional se aliaria à inserção na vida pública. Estariam, assim, *fadados* a subirem da poeira dos cartórios e bancas da roça rumo às cadeiras de deputados e aos gabinetes ministeriais na capital federal. As circunstâncias políticas progressivamente passarão a ditar seus ritmos de ascendência ou decadência profissional, afinal não acompanhavam mais a máquina administrativa e as grandes questões nacionais dos bancos de faculdade. Passariam agora a integrá-las.

A vida pública se abria para esses moços de formas distintas. Entre aqueles que se formaram ainda no Império a maior parte de nossos biografados se comprometeu com a campanha republicana após retornarem a seus Estados de origem. Uma exceção seria Gastão da Cunha, anti-liberal e anti-republicano quando estudante[74], filho do médico e político do Império Balbino Cândido da Cunha.

Em 1883, um ano após formar-se, David Campista iniciaria sua carreira profissional em Rio Preto, na Zona da Mata, como advogado. Republicano desde os tempos da academia foi designado pelo órgão republicano daquela cidade para organizar o Clube Republicano de Rio Preto em 1888[75] quando contava com 25 anos. Um ano depois conseguiria uma nomeação para Promotor Público em Rio Preto graças ao prestígio de Luís Eugênio Horta Barbosa, seu tio e também ex-presidente da província de Minas Gerais.[76] No entanto, sua atividade como republicano lhe custaria uma transferência de Rio Preto para Muriaé. Em 1889 consta uma referencia à Campista feita por Afonso Pena, então deputado geral pelo partido liberal, na tribuna parlamentar. Como veremos mais adiante, Afonso Pena se tornaria um grande admirador de Campista até o fim de sua vida. Político experiente, Pena também tinha seu nome consolidado na política do Império. Além de deputado geral fora conselheiro nas pastas da Guerra, Agricultura e Justiça. No discurso acima referido, pedia explicações sobre a transferência de Campista na promotoria[77]. Campista não acataria a ordem do governo

---

[74] CARVALHO, Antônio Gontijo de. *Ensaios biográficos*. P. 210.
[75] MONTEIRO, Norma de Góis. (coord.) *Dicionário Biográfico de Minas Gerais*, P. 128.
[76] CARVALHO, Antônio Gontijo de. *Uma conspiração contra a inteligência: vida e obra de David Campista*. P. 25.
[77] LACOMBE, Américo Jacobina. op. cit., P. 114.

exonerando-se do cargo de promotor para dedicar-se exclusivamente à campanha republicana em seu município.

João Pinheiro também encarnaria fielmente a luta anti-monárquica que envolveu tantos desses jovens recém-formados. Conforme tratamos no capítulo anterior, Pinheiro havia se aproximado nos tempos de academia de uma das mais destacadas figuras da propaganda republicana, Antônio da Silva Jardim. O célebre propagandista dedicava-se agora a um *tour* pelas diversas províncias pregando em concorridas e, às vezes, tumultuadas conferências as virtudes do regime republicano em vivas cores, sempre contrastando-o com os *bachanais* políticos promovidos pela corte. Referindo-se mais uma vez à Família Real, Silva Jardim bradaria na cidade paulista de Campinas, sob vivas e aplausos, "abdicação ou deposição, exílio ou execução".[78] Na cidade fluminense de Santo Antônio de Pádua, os republicanistas impediram uma invasão de monarquistas no salão em que discursava Silva Jardim, que não se alterou, mantendo a palestra numa mão gesticulando, noutra empunhando um revólver.[79] Na antiga capital mineira, a campanha republicana fervilhava e seus militantes orgulhosamente glosavam as tradições liberais coloniais. De volta a Minas Gerais em 1888, João Pinheiro abriria em sociedade com Francisco de Assis Barcelos Correia um escritório de advocacia em Ouro Preto. Mas logo passaria a dedicar a maior parte do seu tempo à atividade política na capital e pela Província.

A ascensão do gabinete liberal de Visconde de Ouro Preto em junho de 1889 trouxe o recrudescimento da repressão ao movimento republicano. Apesar de seu programa de governo se revestir com propostas de concessões dentro das práticas políticas imperiais[80] os republicanos reclamavam de perseguição a seus partidários havendo casos de demissões em cargos públicos, o que tornou mais aceso o debate. A essa altura o movimento republicano já contabilizava os benefícios políticos que o 13 de maio havia provocado na lavoura. Em meio a um crescente conflito com os militares, Ouro Preto dissolve a câmara e estabelece novas eleições gerais em 31 de agosto nas quais o governo sai vitorioso não havendo um só republicano entre os novos eleitos. A prática da dissolução da câmara dos deputados era relativamente comum lembrando que nesse caso o Senado, pela vitaliciedade de seus integrantes, era preservado. Foram 11 dissoluções ao longo do 2° reinado, prática que

[78] Discurso pronunciado em 28 de fevereiro de 1888. JARDIM, Antônio da Silva. *Propaganda republicana (1888-1889)*. P. 85.
[79] BUSTAMANTE, Heitor de. *Sertões de Puris: História do município de Santo Antônio de Pádua*. P. 163.
[80] Entre elas: a liberdade de culto e ensino, a temporariedade do Senado e o alargamento do direito ao voto. Esta última visava uma maior autonomia na nomeação dos administradores de municípios e províncias. Com essa reforma os nomes seriam escolhidos pelo Imperador mediante listas organizadas pelo voto dos cidadãos,. PIRES, Antonio Olyntho dos Santos. A Proclamação da Republica em Minas Geraes. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Vol. 21, 1927 abr./ jun. Fascículo 2 P. 150.

representava, aos olhos da escandalizada oposição republicana ouro-pretana, um artificialismo extremo aplicado na condução das forças políticas. Uma vez dissolvida a Câmara, novas eleições eram convocadas para a composição de uma nova legislatura. Esta seria a última eleição presidida pela monarquia.

Os chamados "Clubes Republicanos" proliferavam-se por municípios em toda a província promovendo um aberto debate com as estruturas políticas imperiais através de jornais, panfletos e discursos. Temendo desdobramentos mais sérios com as máquinas políticas locais monarquistas os republicanos mineiros decidem transformar tais Clubes em sociedades secretas como uma forma de melhor preservar seus integrantes. Nessa fase da organização do movimento republicano em Minas Gerais eram realizadas reuniões reservadas e seus participantes utilizavam pseudônimos nas correspondências.

O Partido Republicano de Ouro Preto havia sido criado em 3 de junho de 1888 tendo por integrantes de sua primeira Comissão Executiva Francisco Ferreira Alves, João Pinheiro e Leônidas Damásio. Consta ainda entre os presentes na reunião e signatários da ata de criação do partido o nome de João Pandiá Calógeras quando então contava com 17 anos de idade. Outro nome que integrara o Partido em sua fundação era o de Antônio Olinto dos Santos Pires.[81] Tanto este como Leônidas Damásio eram professores da Escola de Minas de Ouro Preto. João Pinheiro lá chegaria a cursar dois anos de engenharia preferindo recomeçar seus estudos em São Paulo.[82] Como afirmamos anteriormente o republicanismo proliferara em Ouro Preto, especialmente na sua Escola de Minas. Vários de seus alunos vivenciaram a propaganda de perto.

Em 1889 foram realizadas eleições para as Assembléias Provinciais. Entre os candidatos do partido republicano estavam João Pinheiro e David Campista. Como de praxe, os candidatos publicavam suas circulares aos eleitores em órgãos de imprensa partidarizados onde faziam sua pública exposição de motivos ao "digno eleitorado" de seus distritos.

O jornal "O Movimento"[83], chefiado pelo professor Antônio Olinto, foi criado pelo republicanismo de Ouro Preto como um órgão oficial para sistematizar a propaganda e melhor divulgar aquilo que consideravam por princípios republicanos. A imprensa republicana glosava as benesses de sua luta e se prestava a dissolver, em suas páginas, calúnias e boatos sobre o republicanismo, como exemplo, de que ele seria anárquico, contrário à ordem e à paz. As circulares distribuídas aos afiliados do PR e os manifestos publicados pelo seu jornal[84]

[81] Ata da primeira reunião do Partido Republicano de Ouro Preto. PINHEIRO, João. *Idéias Políticas de João Pinheiro*. P. 74.
[82] Idem, p 15.
[83] Circular do Partido Republicano Mineiro, idem, p. 77.
[84] Manifesto do Congresso Republicano, ibidem, p. 79.

referiam-se à monarquia como o regime do parasitismo e da exploração. Sua única função era viver das rendas públicas e criar todo tipo de embaraço para o desenvolvimento nacional. A revisão histórica proposta nesses textos retomava o período colonial como uma época de submissão a um regime orientado por princípios atrasados. Ainda que esse período tenha sido entrecortado por revoltas liberais, a única perspectiva do colono, sob a ótica que tais textos nos proporciona, seria a subjugação à metrópole. O regime monárquico instaurado com a Independência adiaria por décadas a realização, em terras brasileiras, das idéias democráticas e dos sonhos de liberdade que rompiam por toda a América. Tais manifestos ainda identificavam o regime monárquico a uma baixa política de facções que a tudo avassalava em menosprezo dos interesses nacionais.[85] O regime era acusado de gerar o esvaziamento ideológico e programático dos partidos que, reféns do imperador e de um situacionismo corrosivo e amoral, distinguir-se-iam apenas pelo rótulo. A perspectiva histórica adotada na leitura destes textos nos sugere aquilo que António Manuel Hespanha se referiu pela imagem do "intruso estranho".[86] Segundo este autor, tal ponto de vista buscava conjugar um período colonial opressivo e aniquilador com – para o nosso caso – um período monárquico parasitário que melhor conviesse com uma visão histórica celebradora da proposta republicana.

João Pinheiro redigiu diversos desses documentos. Sempre utilizando o regime monárquico como referencial propunha a analisar os grandes problemas nacionais em suas circulares. Com vigor panfletário, em parte certamente herdado pelos anos de convivência com Silva Jardim na capital paulista, diferia-se dele, no entanto, por fazer não apenas uma ampla crítica ao regime mas também ao que este representava para aqueles que em torno de suas instituições orbitavam. Dentro do quadro de ineficácia administrativa delineada por Pinheiro o déficit seria o estado permanente das contas públicas. Para isso contribuía uma cultura de aumento de impostos e realizações de empréstimos anti-econômicos que incidia diretamente na principal classe produtora nacional, a da lavoura. Quanto a essa última classe, procura sensibilizá-los em uma referência à abolição. Afirma que é incontestável a compressão sobre a lavoura, classe para a qual o governo justamente nunca havia feito favor algum além de fonte quase exclusiva de rendas para um governo caríssimo e perigoso para a ordem social. No que diz respeito ao desenvolvimento econômico nacional declarava-se um admirador dos EUA, pelo seu alto nível de realização material conseguido. Chamava-lhe a atenção principalmente naquele país a circulação de sua produção com a difusão de estradas

[85] Artigo-Programa do jornal "O Movimento". ibidem, p.85.
[86] HESPANHA, António Manuel. A Constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In. *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. P. 168.

de ferro, indústrias e escolas profissionais. Aos governantes brasileiros, mais preocupados com o aumento dos empregos públicos e dos seus vencimentos, caberia fazer chegar o estado "de nossa desgraça ao seu limite". Criticava os governantes pelas nomeações para a "oficialidade de uma guarda nacional ridícula" com "privilégios ruinosíssimos" para o país. A natureza pacífica da índole nacional seria a única explicação para a permanência de uma família real esbanjadora que representava o governo do parasitismo e da exploração, cuja única função seria viver das rendas públicas "que nunca chegam para sua voracidade". A opção republicana se colocava como o meio de reconstrução nacional, uma ordem nova, honesta e moralizada, "digna de povos americanos". As propostas feitas pelo Imperador na fala de 3 de maio de 1889 relativas ao recrudescimento da imigração e a desapropriação de terras para fins de colonização eram consideradas por Pinheiro custosíssimas, com endereço certo na mão de concessionários protegidos.[87]

Para além da caracterização maniqueísta explorada por Pinheiro em sua referência ao regime monárquico, o que sobressalta, a nosso ver, é a proposta de que a forma de governo republicana seria o espaço de renovação das práticas políticas. A Monarquia que nos é possível traçar pelo texto de Pinheiro é um lugar onde a moralidade predominante expressa-se no descompromisso com doutrinas, sentidos ou projetos. O predomínio da corrupção e do servilismo como política de Estado nos ministérios, nas câmaras e nos cargos públicos convertera-se em uma cultura política pela qual a história política do Império se desenrolava. Pinheiro assim dirige-se ao seu eleitorado apresentando o republicanismo como última forma de salvação e como doutrina capaz de abrigar a regeneração dos valores públicos. Respaldava-se para isso, por um lado, em um histórico de egoísmos entre os partidos monárquicos e de outro os sacrifícios desinteressados identificados à propaganda republicana até aquele momento.

O outro candidato por nós observado, David Campista, foi candidato pelo 10° distrito para o qual também se dirigiu em circular.[88] Nela Campista revela um perfil mais moderado que Pinheiro mas, por outro lado, compartilha diversos temas tratados por seu companheiro de chapa, revelando alguns lugares-comuns dentro da percepção dos problemas mais fundamentais na política no Império. Em sua circular, Campista reclamava uma maior uniformidade de esforços frente às medidas utilizadas pelo gabinete liberal recém empossado de Ouro-Preto na contenção do movimento republicano. Observa uma evolução irresistível na qual desenvolvem-se as idéias democráticas no Brasil. Frente a tal evolução, tornava-se inútil

[87] Circular aos eleitores do 2° distrito. PINHEIRO, João. op. cit., P. 89
[88] LACOMBE, Américo Jacobina. op. cit., nota n° 20, P. 130-1.

toda e qualquer resistência, luta, corrupção ou violência compressora por parte do Império que visasse impedí-la ou mesmo atenuá-la. Segundo Campista, tal evolução, de ordem social, obedeceria à leis imprescindíveis e fatais, como as observadas em um fenômeno físico. A desconfiança e o ceticismo atingiam o âmago dos eleitores, melancolicamente acostumados com a confusão dos partidos políticos e com vitórias eleitorais manchadas pela influência opressora do poder público. Despede-se de seu eleitorado afirmando, finalmente, não distinguir a moralidade política da honestidade pessoal.

Nas vésperas da proclamação da República a comissão diretora do Partido Republicano escolheu João Pinheiro, então com 27 anos de idade, para a missão de costurar pessoalmente o movimento nos mais importantes municípios da província. Iniciaria sua tarefa visitando os Clubes Republicanos da Zona da Mata. Deixava o serviço do escritório de advocacia de Ouro Preto nas mãos de seu sócio, Francisco de Assis, também propagandista na capital. Mas uma pequena conexão ligava a agitação republicana da antiga capital mineira aos últimos acontecimentos na corte. Tanto assim que a notícia da Proclamação da República surpreendeu Antônio Olinto em casa enquanto jantava na noite de 15 de novembro. Chegou pela única linha que aparentemente ligava os dois centros – a telegráfica.

2.1. A nova ordem política

Quem nos fornece um relato do dia da Proclamação em Ouro Preto é o próprio professor Antônio Olinto.[89] Recebeu, pelas mãos de um funcionário da tipografia do "O Movimento", um telegrama enviado pelo diretor dos telégrafos no Rio de Janeiro José Augusto Vinhaes informando-o sobre o novo regime instaurado. Deixou sua casa e saiu pelas ruas da capital informando laconicamente aos conhecidos com quem encontrava que a República estava proclamada. A essa altura a notícia já se espalhava pela cidade e chegando Antônio Olinto à redação do "O Movimento" ficaria pouco por lá. A velha capital era um centro burocrático majoritariamente monarquista e havia, por parte dos republicanos, o temor de que a redação fosse atacada. Olinto então deixa o jornal entregue aos cuidados de um pequeno grupo de estudantes, a maioria da Escola de Minas, que lá pernoitaram. Passariam na sala da redação uma noite tensa onde contavam com alguns explosivos escondidos caso

[89] Em 3 de junho de 1888 reuniram-se 34 pessoas na casa do Coronel Francisco Ferreira Alves para uma reunião estipulando a organização do Partido Republicano do 1° distrito em Ouro Preto, cujos secretários foram João Pinheiro e Antônio Olinto dos Santos Pires. PIRES, Antonio Olyntho dos Santos. A idéa republicana em Minas Geraes; sua evolução; organização definitiva do Partido Republicano. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. P. 32.

fossem hostilizados. Entre estes estava o estudante de engenharia Pandiá Calógeras, então com 19 anos de idade.

Nas biografias por nós consultadas a atividade de organização de Clubes Republicanos ficou restrita a David Campista e João Pinheiro da Silva.[90] Campista além de ter organizado o Clube Republicano de Rio Preto, lá seria também vereador e agente executivo municipal, cargo que hoje equivaleria ao de prefeito. Gastão da Cunha, monarquista, acabou iniciando sua carreira profissional no serviço público logo após sua formatura, em 1884 sendo promotor público em Rio Novo, aparentemente mantendo-se distante de quaisquer agitações políticas. Outros se formariam no ano da proclamação ou já no novo regime. Carlos Peixoto de Melo Filho teria uma breve experiência com as campanhas pela abolição e pela República advogando por dois anos em Ubá após formar-se em 1889. Afrânio de Melo Franco, Pandiá Calógeras e João Luís Alves concluíram seus estudos superiores após o 15 de novembro. Alves foi outro caso entre aqueles que não se deixaram levar pela onda republicana na mocidade, dirigindo nas arcadas o periódico conservador "O Constitucional", de oposição aos adversários do regime monárquico.

Analisando tais eventos sob o prisma das instituições no pós 15 de novembro percebemos que a dedicação prestada à organização dos Clubes Republicanos apenas em princípio converter-se-ia em prestígio com o novo regime. Esses Clubes constituíam ramificações do movimento republicano pelos municípios da província mineira. Desta forma Ouro Preto mantinha-se em comunicação com seus correligionários recebendo cartas de adesão ao movimento e trocando jornais de propaganda. Com a República, o aparato logístico necessário para pôr em movimento a grande máquina política partidária já possuía seus alicerces nos antigos Clubes. Seus fundadores, num primeiro momento, foram alicerçados alguns níveis acima da massa adesista e contavam com o prestígio das diversas localidades onde eles foram criados. Apesar de jovens, tanto Davi Campista quanto João Pinheiro e mesmo Pandiá Calógeras seriam para sempre lembrados por suas virtudes republicanas. O período final da propaganda revestia-se com cores mais ideológicas, quando seus proponentes ocupavam-se em caricaturizar as deficiências de um regime viciado e obsoleto. Mas os desdobramentos da proclamação rapidamente separariam dois tipos de republicanos históricos: os radicais, mais sectários, e os moderados, que admitiam, com o novo regime, viabilizar uma grande conciliação.

Outro de nossos personagens pesquisados, Elói de Souza, vivenciou de perto as tensões decorrentes do 15 de novembro na constituição da nova ordem política. Trabalhando

[90] O primeiro formado em 1883 e o segundo em 1887.

no mais importante órgão de imprensa republicana do Rio Grande do Norte – o jornal "A República" – Eloi encontrava-se em convívio próximo de Pedro Velho, chefe republicano responsável por sua iniciação na vida pública. Quando da proclamação do novo regime, Velho buscaria junto aos conservadores – então a oposição daquele estado nos últimos dias do Império – o suporte político necessário para a proclamação do novo regime. Assim como em Minas, os republicanos históricos daquele estado tiveram que conviver com diversos nomes do antigo regime "tão republicanos quanto o monarca deposto, que até a véspera do advento da República riam-se dela e de nós!".[91]

Desta forma, o novo regime traria consigo o desafio de fazer coexistir os republicanos históricos, que se dividiam, e os adesistas. Em Minas, Antônio Olinto dos Santos assumiria interinamente a presidência do Estado por pouco mais de uma semana. Deodoro da Fonseca, primeiro chefe do governo nacional – e que absolutamente não fora republicano histórico – havia nomeado para esse cargo José Cesário de Faria Alvim, político de prestígio dentro de Minas Gerais mas com imagem ligada ao regime monárquico[92] e adesista de última hora. Isso causou indignação entre os mais radicais que, com a alvorada do novo regime, ansiavam a nomeação de um de seus pares, tirado das trincheiras republicanas.[93] Entretanto, o que se viu no Rio de Janeiro e em Ouro Preto foi a composição de um quadro administrativo que revelava seu perfil conciliatório. Na capital, a composição do primeiro ministério do novo regime congraçou desde o radical republicano Aristides Lobo até o monarquista Rui Barbosa, o primeiro na pasta do Interior e o segundo na Fazenda, convertido ao novo regime no 15 de novembro. Em Ouro Preto, Alvim nomeou João Pinheiro como Secretário de Governo e primeiro vice-presidente do estado; Antônio Olinto dos Santos Pires ficou como segundo vice-governador; como terceiro vice-governador foi escolhido Francisco de Paula Ferreira de Resende, antigo advogado e fazendeiro de Leopoldina.[94]

Em Rio Preto, David Campista seria nomeado Presidente do Conselho da Intendência Municipal pelo Governo Provisório do estado. Tal função substituía a Câmara dos Vereadores e tinha funções executivas semelhantes à de um prefeito. No entanto, com a

[91] Palavras de Hermógenes Tinoco, vice-chefe republicano do Rio Grande do Norte. SILVA, Janice Teodoro da. *Raízes da Ideologia do Planejamento: Nordeste (1889-1930)*. P. 27.

[92] Antigo quadro liberal de Minas nascido em 1839. No Império foi deputado provincial e geral além de nomeado presidente da província do Rio de Janeiro, em 1884. Em 1889 Alvim adere ao republicanismo com a ascensão de Afonso Celso (Visconde de Ouro Preto), seu inimigo pessoal, à chefia do Gabinete e com a perseguição que sofre promovida pelo então Ministro da Fazenda Barão de Cotegipe, após tê-lo denunciado por corrupção. FRANCO, Afonso A. de M. *Um estadista da República.* Vol. 1, P. 182.

[93] Afonso Arinos nos informa que republicanos históricos como Aristides Maia e Antônio Felício e Aristides Lobo conspiraram para impedir que Alvim assumisse o comando de Minas. FRANCO, Afonso A. de M. op. cit. P. 192.

[94] Página da internet do Supremo Tribunal Federal: http://www.stf.gov.br/institucional/ministros/republica.asp?cod_min=22. Acasso em 17 de dezembro de 2006.

organização administrativa empreendida pelo Governo Provisório, o cargo de chefe municipal ganhava mais poderes em um importantíssimo elo da corrente política por toda a República Velha: as eleições. Com a promulgação do decreto n° 511, conhecido por *regulamento Alvim*,[95] o processo eleitoral ficou estabelecido da seguinte forma: no distrito sede de um município a mesa eleitoral era comandada pelo presidente da Câmara – agente executivo municipal e presidente da intendência municipal são exemplos de nomes para a mesma ocupação – que então designava para compô-la mais dois vereadores e dois eleitores. Nas outras localidades do município a nomeação das mesas era diretamente feita pelo presidente da Câmara. A mesa apurava os votos e lavrava os livros de votação no qual constavam as assinaturas dos votantes. Tais livros eram utilizados para "comprovar" o comparecimento dos eleitores nas diversas seções. Foram com essas "armas tão eficazes", nas palavras de Vitor Nunes Leal, que se realizaram as eleições para o Congresso Constituinte. Entre nossos pesquisados outros nomes que ocupariam a função de Presidente da Câmara dos Vereadores e Agente Executivo Municipal foram Carlos Peixoto Filho em Ubá, Zona da Mata, no ano de 1895, João Pinheiro em Caeté, na zona central, e João Luis Alves em Campanha, região sul de Minas.

Em 27 de dezembro de 1889, portanto um mês antes de ser convocado por Alvim para compor o governo estadual, Pinheiro havia expressado, em artigo no jornal "O Movimento"[96] que caberia aos precursores da idéia do novo regime a maior parte da responsabilidade no novo governo. De nenhum modo a responsabilidade dos que promoveram a República poderia ser equiparada a dos que a ela aderiram. Para Pinheiro, tal postura não implicava a súbita exclusão dos velhos quadros monárquicos e sim a restrição da atuação destes como colaboradores da grande obra de reconstrução da pátria que se iniciava. No entanto, desse ponto em diante Pinheiro gradualmente se mostraria um moderado, distinguindo-se dos republicanos mais radicais, vários deles seus companheiros de propaganda. Segundo Afonso Arinos, João Pinheiro identificava-se com Alvim pela prudência tornando-se um fiel defensor da conciliação entre as forças políticas no estado.[97]

A composição do governo de Cesário Alvim não permitiu que se arrefecessem os dissídios no interior da política estadual. Deodoro ainda nomearia Alvim como Ministro do Interior com João Pinheiro assumindo, aos 29 anos de idade, a Presidência do Estado. A nomeação do adesista Alvim como substituto do ministro demissionário Aristides Lobo, republicano histórico, acabou acirrando a luta do radicalismo mineiro contra o deodorismo

[95] LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo*. P. 253.
[96] LACOMBE, Américo Jacobina. op. cit.,, p. 139.
[97] FRANCO, Afonso Arinos de M. op. cit., p. 199.

estadual. Como Presidente do Estado, João Pinheiro tentara articular uma chapa para a Assembléia Constituinte na qual figurava uma maioria adesista. Esta também incorporava elementos mais radicais considerados pelo jovem Pinheiro, nessa altura, "forças desagregadoras".[98]

Outras disputas entre históricos radicais, identificados com o deodorismo e com Alvim, e adesistas são relatadas por Afonso Arinos[99] e retratam a disputa de grupos na política mineira. Como poderemos observar ao longo deste trabalho, a capacidade de realizar nomeações era uma importante ferramenta na regulagem fina da máquina política tanto estadual quanto federal. Constituía também um importante instrumento de aferição do capital político acumulado quando forças antagônicas se enfrentavam. Um desses confrontos se deu quando o então Ministro da Instrução Benjamim Constant, militar e emblemático republicano, desejou nomear Leônidas Damásio como diretor da Escola de Minas de Ouro Preto. João Pinheiro, ainda Presidente de Minas, desejava a nomeação de Domingos da Rocha. Tanto Damásio quanto Rocha eram republicanos históricos, companheiros de Pinheiro e signatários da declaração que fundava o Partido Republicano Mineiro em 3 de junho de 1888. A disputa entre os históricos e o adesismo expunha especialmente Pinheiro, político de diálogo, que renunciaria ao comando de Minas Gerais para pleitear uma vaga na Assembléia Nacional Constituinte. Benjamin ainda tentaria a nomeação do histórico Antônio Olinto para o comando de Minas. No entanto, Alvim, em acordo com Pinheiro, conseguiria junto a Deodoro a nomeação de Bias Fortes, que não figurava entre os radicais. Deodoro prestigiaria Alvim mais uma vez aprofundando não só a associação entre ambos mas também o fosso entre seu núcleo e o dos históricos mineiros mais radicais. Enquanto o Marechal manteve-se no comando da política nacional a "conciliação" promovida por João Pinheiro e Alvim conseguiria sobreviver.

Nos primeiros dias de setembro de 1890 organiza-se em Juiz de Fora, pólo cafeeiro do estado, um congresso de históricos que propõe uma lista de deputados e senadores à primeira Assembléia da República. Entre os escolhidos para compor a chapa mineira citamos João Pinheiro, Antônio Olinto, Alexandre Stockler, Américo Lobo, Silviano Brandão, Aristides Maia, Leonel de Rezende, Chagas Lobato e Constantino Paleta[100]. A inclusão na chapa de nomes ligados ao partido conservador e mesmo ao escravismo nos dá uma medida da posição de prestígio mantida por esses grupos e a dimensão da cisão que se abria no

---

[98] VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Minas de Dentro para fora: a política interna mineira no contexto da Primeira República, In: *Locus: Revista de História*. Vol. 5, n° 2, 1999, P. 92.
[99] FRANCO, Afonso Arinos de M. op. cit., cap.5.
[100] MELO FRANCO, Afonso Arinos. op. cit., P. 202.

Estado. João Pinheiro defendia a manutenção da chapa tal como estava enquanto Antônio Olinto, Américo Lobo e Constantino Paleta reclamavam mais prestígio para os republicanos esquecidos. No dia 15 de setembro se realizaria a eleição e Minas Gerais enviaria para a Capital 37 deputados e 3 senadores à Assembléia Constituinte. Entre estes João Pinheiro que ainda integraria a Comissão dos 21, composta de um representante de cada estado e do distrito federal, que se encarregaria de enviar o projeto da primeira Constituição para a votação em plenário.

Em Minas, a composição da Assembléia Provincial foi organizada pelos representantes mineiros no Congresso Federal[101]. João Pinheiro, como chefe do Partido Republicano em Minas, queria também evitar, em nível estadual, uma assembléia que abrisse margem ao sectarismo e às perseguições. A fidelidade ao novo regime não seria avaliada por uma questão simplesmente cronológica. Assim os diretores da política dominante demonstravam seu empenho em aproveitar todos os "bons elementos" na constituição do novo regime. Entre os convocados para compor a Assembléia mineira citamos o "conselheiro" Afonso Pena e o jovem David Campista.

Na capital federal, Pinheiro adotaria um perfil centralizador nas discussões sobre como se organizaria o regime federal no Brasil. O Governo Provisório havia incluído em seu projeto de Constituição um artigo que foi interpretado pela Comissão dos 21 como uma interferência da União sobre a forma de eleição e nomeação nos poderes executivo, legislativo e judiciário estaduais. Os outros pontos que a proposta do governo provisório abordava referiam-se ao ensino público e à liberdade de culto. O princípio federativo que norteou os trabalhos dos autonomistas na constituinte sustentava que não caberia à Constituição Federal fazer qualquer menção à forma de organização dos estados federados. Em contrapartida caberia aos estados o compromisso de regerem-se pelas leis que quisessem adotar, respeitados os princípios constitucionais da União. Dois grupos se dividiam na Comissão dos 21: aqueles que defendiam a organização das Constituintes estaduais independentemente da Constituinte nacional e aqueles que admitiam restrições à organização política nos estados. Entre os simpatizantes da segunda proposta destacavam-se João Pinheiro e Júlio de Castilhos, este representando o Rio Grande do Sul[102].

Na prática, isso significou que na Constituinte se travaria uma batalha ao fim da qual poderia restar aos Estados apenas o respeito às restrições contidas na Constituição Federal. Entre os mais centralizadores havia a argumento de que uma autonomia extremada, no caso

---

[101] LACOMBE, Américo Jacobina. op. cit., P. 133.
[102] ROURE, Agenor de. *A Constituinte Republicana*. P. 90.

brasileiro, na prática se converteria em "liberdade da miséria", nas palavras de Júlio de Castilhos.[103] O sistema tributário, para estes, tinha a obrigação de contemplar os estados menores com um fundo comum, no caso, os impostos portuários, postais e telegráficos e os alfandegários de importação. Rui Barbosa conseguiria derrubar em plenário a proposta de Castilhos e diversas dessas prerrogativas tributárias foram transmitidas aos estados, com exceção do imposto de exportação, arrecadado para os estados. O direito de impostos sobre a exportação se tornaria fundamental para a compreensão do desequilíbrio econômico entre as unidades federadas. Havia o risco, posteriormente confirmado, de que os estados com menos atividades produtivas voltadas para a exportação – e portanto com menos receita – se deparassem com graves restrições orçamentárias. O que se viu posteriormente eram estados cada vez mais incapazes de cumprir a folha de pagamentos de seu funcionalismo e com investimentos em obras públicas, saúde e educação seriamente comprometidos. Uma solução paliativa concedida aos estados era o direito à emissão de títulos da divida pública. No entanto, convivendo cronicamente com déficits e incapazes de reagir produtivamente a essa situação, muitos estados da federação caminharam invariavelmente para a completa insolvência de suas contas e cessão dos direitos de emissões de dívidas. Assim como o Amazonas, produtor de borracha, e o Rio Grande do Sul no caso do charque, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro consolidavam-se como potências cafeeiras e se tornariam as grandes unidades federativas beneficiadas pela tributação sobre a produção exportada. João Pinheiro assinaria o texto final com restrições.

Os protestos ao longo da Constituinte foram muitos. O deputado pelo Distrito Federal Aristides Lobo e o mineiro Francisco Badaró, por exemplo, se rebelaram contra o que consideravam um regime federativo de fachada. Para Badaró, as antigas províncias, agora "pomposamente chamadas de estados", sofriam sob um regime que até o momento só lhes negara a prometida liberdade. O deputado pernambucano José Meira de Vasconcelos, defensor da ampla autonomia aos estados, lamentava os homens da revolução por não terem sido capazes de escapar a um defeito comum aos homens públicos, qual seja o de, uma vez detentores do poder, alienarem-se das doutrinas às quais, um dia, foram identificados.[104]

No texto final da Constituição promulgada em 24 de fevereiro não constariam tais restrições à organização dos Estados. A República realizaria a vinculação da classe política com seu estado de origem, ponto crítico que tantas vezes as nomeações imperiais de "forasteiros" para o comando das províncias ignorou. Durante a Constituinte Federal, as

[103] BARBOSA, Francisco de Assis. Minas e a Constituinte de 1890. In: MONTEIRO, Norma de Góes (org.). *V Seminário de Estudos Mineiros: A República Velha em Minas*. P. 109.
[104] ROURE, Agenor de. op. cit., P.99.

Assembléias estaduais de Alagoas, Mato Grosso e Goiás já se encontravam reunidas. A Assembléia Mineira, no entanto só se instalaria no final de março, em Ouro Preto, presidida por Crispim Jacques Bias Fortes. Seu relator foi Afonso Pena, que ali consolidaria sua admiração por David Campista, deputado constituinte aos 31 anos de idade.

Na capital mineira, a constituinte foi formada por históricos de todas as matizes – ortodoxos e adesistas – monarquistas e sacerdotes. Américo Jacobina nos informa que David Campista seria a grande revelação demonstrando talento como orador, amplo conhecimento de finanças e se firmando como um renovador. Segundo Gontijo de Carvalho, Campista distinguia-se não só pela elegância da palavra mas pelo aprumo da vestimenta e dos modos, característica que o distinguiria dos demais políticos até os últimos anos de sua breve vida. O próprio Afonso Pena, que como político no novo regime era considerado mais adesista que Cesário Alvim, maravilha-se com os jovens valores que vê surgir na constituinte mineira. Estabeleceria aí definitivamente sua volta à política[105].

Na forma da primeira Constituição da República o Congresso elegeu como governador de Minas Gerais, Cesário Alvim, que assim retornava a seu cargo. Em dezembro de 1891 Deodoro fecha o Congresso, no que é acompanhado pelas regiões mais conservadoras.[106] Um núcleo composto por Antônio Olinto, Aristides Maia e Constantino Paleta insistiu, em um manifesto, que Alvim havia traído as tradições de liberdade mineiras ao colocar-se a serviço do golpe ditatorial[107]. A oposição, nesse momento, deputados, senadores e "históricos", conseguiram junto a Floriano Peixoto, então vice-presidente cujo prestígio junto ao exército já superava Deodoro, apoio para um contra-golpe. Alvim, na iminência da renúncia, ainda enfrentaria um movimento separatista no sul de Minas, comandado por florianistas identificados aos cafeicultores e ao republicanismo histórico. Com a política federal equilibrando-se nas mãos dos militares mais exaltados o que predominou em Minas, nesse momento, seria uma força política que melhor representasse a pluralidade de forças estaduais. O nome de Afonso Pena emerge nesse momento por sua capacidade de reunir em torno de si diversas correntes e gerações, comprovado na Assembléia Constituinte.[108] Com a queda de Deodoro e a ascensão de Floriano em 1891 restaria o ostracismo aos fiéis alvinistas em Minas. João Pinheiro deixaria o comando da bancada mineira que passaria para as mãos de Antônio Olinto. A nova situação instaurada em torno de Floriano, com a criação do Partido Constitucional Republicano para sustentá-lo, receberia ainda diversos deodoristas

[105] LACOMBE, Américo Jacobina. op. cit., P. 145.
[106] VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. op. cit., P. 92.
[107] MELO FRANCO, Afonso Arinos. op. cit., P. 224.
[108] LACOMBE, Américo Jacobina. op. cit., P.157.

convertidos. A decretação do estado de sítio pelo novo presidente da República não atinge o estado de Minas Gerais, agora governado por Afonso Pena. Em um acordo de não intervenção federal, Minas Gerais se comprometia em manter-se alheia às disputas nacionais.

Após esses episódios, João Pinheiro deixaria a vida pública e passaria a se dedicar a um antigo projeto: fundar uma indústria cerâmica em Caeté, para onde se retiraria por quase dez anos. Mas Pinheiro nunca se alhearia das questões políticas. Na pequena cidade mineira exerceria tímida atuação como prefeito tornando-se um valioso nome preservado dos confrontos políticos cotidianos. Anos mais tarde o "solitário de Caethé"[109] retornaria à vida pública de forma meteórica pelas mãos de Francisco Sales.

2.2. Outras políticas: casamentos e iniciação à vida pública

A fase posterior aos estudos superiores trazia consigo outros compromissos que não os puramente profissionais e políticos. A aproximação desses jovens bacharéis, iniciantes na vida pública, com os mais experientes e consolidados nomes da política desdobrava-se na aproximação familiar. A aceitação do diploma no recrutamento da burocracia estatal repetia-se também nas possibilidades matrimoniais. Obter formação superior era o primeiro critério a preencher-se. Conseguir colocar-se entre os primeiros e mais populares da turma contaria ainda na distinção entre os formandos mais talentosos e aqueles simplesmente ordinários. Até então esses jovens enlevavam sem maiores compromissos as donzelas em bailes e conversas pelas janelas e praças do interior. Agora a união tornava-se ideal se trouxessem consigo, além de amor e companheirismo, um bom sobrenome.

O processo de *triagem* matrimonial passava pelo crivo dos potenciais sogros, se considerarmos as famílias a que se ligaram nossos personagens. Ainda que as fontes biográficas por nós consultadas não permitam aferir as nuances desse pragmatismo e mesmo sua existência caso a caso, percebemos nesses casamentos, entretanto, a presença freqüente de nomes ligados à elite econômica e a alta burocracia governamental. O matrimônio consolidava-se como uma via eficaz de ampliação de redes de amizade e lealdade inter-familiares e inter-regionais. Estes laços, tão preciosos no início da vida pública, constituiriam uma parte importante do arsenal para luta e sobrevivência na arena política. Norteada pelo personalismo de seus lideres e nas tradições que eles representavam, a vida pública freqüentemente colocava em prova a resistência desses nós que tinham a obrigação de resistir às mais graves crises.

[109] Carta de Lamounier Godofredo a João Pinheiro em 11 de novembro de 1904, AJP, caixa 11, doc. 1584, APM.

As *famílias governamentais* de que fala Cid Rebelo Horta[110] para o caso mineiro eram na verdade um fenômeno maior, difundido em todo o país. Os tradicionais sobrenomes da política regional solidificavam-se no folclore político dos municípios através da posse do poder local reproduzido por sucessivas ligações matrimoniais e pelas lutas com famílias rivais. Estes conflitos locais podiam tomar contornos violentos, constituindo a paisagem das cidadezinhas tanto quanto as bucólicas descrições de montanhas, pássaros e árvores presentes em suas *chorographias*. Clãs fundados no poder econômico e político desta forma acumulavam capital para a disputa das casas de vereança pelo país afora. Por mais que estendessem sua influência para além dos anos, muitos destes clãs pereceriam sem nunca alcançar o topo da elite política estadual e federal.

Diversas oligarquias regionais tradicionais do café, do ouro, do charque, da borracha, do açúcar e do fumo nunca teriam a oportunidade de ver seus filhos inscreverem em suas histórias familiares a chefia de partidos estaduais, governos de estado, ministérios e, que dirá, uma presidência da República. Confrontavam-se na sua medianidade, por exemplo, nos pedidos de empregos – *aqui ou em qualquer lugar* – feitos pessoalmente ou por cartinhas endereçadas a quem achassem poder conceder-lhes tais favores. Procuravam segurar-se na liderança da política local seja pela violência, pela fraude eleitoral, seja através da chefia de cargos públicos nos correios e telégrafos ou mesmo nos postos eclesiásticos da paróquia. Na mais grandiosa das hipóteses, ambicionavam alçar seus elementos para obscuras representações na burocracia estadual ou federal.

Desta forma, a aproximação por nossos personagens de grupos política ou economicamente consolidados nos seus estados era uma etapa fundamental para o benefício de suas carreiras públicas. Essa forma de compromisso, tanto em Minas Gerais como no Rio Grande do Norte, se deu de forma muito diversificada. Seja representando a lavoura cafeeira ou integrando a burocracia técnico-administrativa, as elites mineiras relacionavam-se com a política estadual e nacional de forma nem sempre unificada, comprometendo-se com as exigências próprias de cada setor. A oportunidade que os acadêmicos tinham ao deixarem suas cidades rumo às capitais lhes abria, sem dúvida, um outro mundo de possibilidades que não o estritamente regional.

---

[110] HORTA, Cid Rebelo. Famílias governamentais de Minas Gerais. *II Seminário de Estudos Mineiros*. P. 43-91.

Tabela 2

Carreira parlamentar dos políticos identificados ao Jardim da Infância

Nome	Formatura	Início da carreira política	Ingresso no Parlamento	Idade ao ingressar no Parlamento
David Moretzohn Campista	1883	1891	1903	40
Gastão da Cunha	1884	1900	1900	37
João Pinheiro da Silva	1887	1890	1890	30
João Luís Alves	1889	1889	1903	33
Carlos Peixoto de Melo Filho	1889	1903	1903	32
Estevão Lobo Leite Pereira	1890	1897	1900	31
João Pandiá Calógeras	1890	1896	1897	27
Afrânio de Melo Franco	1891	1895	1903	33
Augusto Tavares de Lira	1892	1893	1894	22
Elói Castriciano de Souza	1894	1895	1897	24
Celso Baima	1895	1909	1909	33
James Fitzgerald Darcy	1896	1903	1903	27
Miguel Calmon du Pin e Almeida	1900	1902	1906	26

João Pinheiro casou-se com Helena de Barros Leite, sua ex-aluna da Escola Normal de São Paulo em janeiro de 1890, quatro dias após sua nomeação como secretário de estado e duas semanas antes de assumir sua presidência interina. Helena vinha de uma abastada família de funcionários públicos e proprietários de fazendas de café, pertencentes à "velha e boa estirpe paulistana".[111] Após a queda do alvinismo em Minas Gerais, João Pinheiro decide estabelecer em Caeté uma indústria de produtos cerâmicos – louças finas, porcelanas e material sanitário. A Cerâmica Nacional de Caeté teve sua construção iniciada em 1894 em uma antiga propriedade do Barão de Cocais. No início, Pinheiro contou com a ajuda do amigo Domingos José da Rocha, que realizaria viagens de estudo para a Europa e Estados Unidos. Outros nomes que integraram a equipe na sua fundação foram Saturnino de Oliveira, Conservador da Escola de Minas de Ouro Preto e Carlos Thomaz de Magalhães Gomes, titular da cadeira de Química e Física Industriais pela mesma instituição. Uma parte do capital necessário para a instalação da indústria foi adiantada com um contrato assinado junto ao governo de Minas Gerais para o fornecimento de material sanitário para sua nova capital, Belo Horizonte.[112] Aproveitando-se de uma região com abundantes reservas de areia monazítica, principal matéria-prima da indústria cerâmica, Pinheiro experimentaria grande

[111] SILVA, Ildefonso Mascarenhas da. João Pinheiro: comemoração do centenário do seu nascimento. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. P. 140.
[112] Idem, p. 154.

êxito com sua indústria ao conquistar importantes contratos de fornecimento junto às Inspetorias de Obras públicas do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, para a Repartição de Esgotos do Estado de São Paulo e para a Estrada de Ferro Central do Brasil.[113] Sua experiência como industrial seria um diferencial fundamental frente aos quadros políticos da época. Dado relevante é que, se lançando para muito além daquilo a que os valores bacharelescos normalmente se associavam – a medianidade da classe burocrática e dos profissionais liberais – Pinheiro adicionava ao seu currículo, além do republicanismo de trincheira, uma bem sucedida carreira como industrialista. O exame de sua correspondência pessoal não apenas nos mostrou que contava com o reconhecimento de seus amigos mas que também tinha consciência da obra que realizava.

Outro nome por nós pesquisado foi o de Afrânio de Melo Franco, cujas tradições políticas familiares remontam ao Império. Casa-se com Sílvia Cesário Alvim, terceira filha de José Cesário de Faria Alvim, em 1893 assegurando, desta forma, a presença dos Melo Franco também no novo regime. Tanto Afrânio, por parentesco, quanto João Pinheiro, por identidade política, sofreriam com a queda de Alvim na débâcle do deodorismo. Afrânio iniciaria sua carreira profissional como promotor de justiça em Ouro Preto por simples designação, em 1890, quando ainda não havia se bacharelado em Direito. A reforma do ensino superior, que permitia aos alunos das Arcadas uma larga liberdade para não estarem presentes em São Paulo, possibilitaria ainda que em junho de 1891 Afrânio conseguisse junto a Cesário Alvim sua primeira nomeação como promotor em Queluz. No exercício desse cargo retornaria para São Paulo para finalmente pegar seu diploma. Conseguiria ainda nomeações para a promotoria em Ouro Preto e Juiz de Fora[114] e, posteriormente, Procurador Seccional da República em Minas Gerais espécie de representante e defensor dos interesses jurídicos do Presidente dentro do estado. Iniciaria carreira diplomática como Secretário da Legação no Uruguai e na Bélgica. Em 1898, retornaria para Belo Horizonte onde abriria escritório de advocacia.

Poucas referências encontramos sobre a família a que se ligou David Campista por casamento. Sabemos que se casa com Jovita Campista, filha do fazendeiro João Araújo Maia, fluminense de Valença, e Petrolina Ramos do Prado, de família capixaba.[115] David Campista é o único entre nossos biografados que possuí descendência judaica. Nos anos 1890 teria agitada experiência política. Destacara-se até então na Câmara Estadual pelo conhecimento e pela habilidade como orador ao interferir em temas variados como o orçamento do estado,

[113] Carta de João Pinheiro a Pandiá Calógeras em 30 de dezembro de 1904. AJP, caixa 11, doc. 1602, APM
[114] FRANCO, Afonso Arinos de Melo, op. cit., p.234.
[115] CARVALHO, Antônio Gontijo de. *Uma conspiração contra a inteligência*, op. cit., P. 16.

ferrovias e a instrução pública e profissionalizante. Nesse momento, Afonso Pena, deputado estadual antes de assumir o governo do Estado, se tornaria um admirador de Campista. Depois abandonaria a função na Câmara para assumir a Secretaria de Estado da Agricultura em agosto de 1892 aos 29 anos de idade durante a administração estadual de Afonso Pena. Com Bias Fortes assumindo o governo de Minas dois anos mais tarde, Francisco Sá, seu Secretário de Agricultura e Viação, convidaria David Campista para trabalhar como Comissário da Imigração de Minas Gerais na cidade italiana de Gênova. Um dado curioso é que, à exceção da atuação de Afrânio de Melo Franco como diplomata, Campista seria o único entre os futuros integrantes do "Jardim da Infância" que exerceria atividade profissional regular no exterior nos anos anteriores ao início da vida parlamentar. Convidaria Afonso Pena para ser padrinho de uma de suas filhas e com ele manteria uma constante correspondência quando à frente da Comissão de Imigração.[116] Nesse órgão seria responsável pela vinda de cerca de 50.000 imigrantes italianos para Minas Gerais. Exímio pianista e pintor, a crônica jornalística e a classe política da época o distinguiam por sua elegância no vestir, – sobrecasaca, cartola e gravata plastom predominavam não importasse o dia e a ocasião – no falar e por usar perfumes, peculiaridades que lhe valeriam o apelido de *David Pomada*.

Em 1891, Pandiá Calógeras casa-se com Elisa Guimarães, filha do Conselheiro Joaquim Caetano da Silva Guimarães, ministro do Supremo Tribunal de Justiça[117] no Império. Teria uma profícua carreira profissional como engenheiro antes de enveredar-se pela política. Iniciaria seus trabalhos realizando pesquisas geológicas em Santa Catarina e Minas Gerais e escrevendo artigos para o "Jornal do Comércio" e para revistas científicas européias. Identificaria-se aos republicanos históricos em detrimento dos adesistas, ligando-se ao núcleo de Antônio Olinto e de Bias Fortes, quando este último vence Francisco Bernardino na disputa pelo governo estadual.[118] Assumiria um cargo técnico como consultor de engenharia na Secretaria da Agricultura e Viação de Francisco Sá em 1896. No ano seguinte seria escolhido pelo Partido Republicano Mineiro para assumir uma cadeira no Parlamento nacional pelo primeiro distrito mineiro. Teria sua primeira experiência na legislatura federal aos 27 anos de idade entre 1897 a 1899. Rapidamente se destacaria pelo estudo dos problemas nacionais, especialmente os referentes à engenharia e a mineração. Por colocar-se em oposição ao presidente Prudente de Morais na cisão do Partido Republicano Federal, não conseguiria reeleger-se para a legislatura 1900-1903. Em 1904 publicaria obra de fôlego em

---

[116] LACOMBE, Américo Jacobina. op. cit., p. 205.
[117] CARVALHO, Antônio Gontijo de. *Calógeras*. P. 35.
[118] Apresentação de Francisco Iglesias a CALÓGERAS, João Pandiá. *Idéias políticas de Pandiá Calógeras*. P. 29.

três volumes titulada "As Minas do Brasil e sua Legislação" que o consolidaria como um erudito estudioso dos problemas econômicos nacionais, principalmente aqueles voltados para o estabelecimento de uma industria de base – aço e cimento principalmente – com um melhor aproveitamento dos recursos minerais brasileiros. De perfil desenvolvimentista, Calógeras se tornaria um incansável adversário dos programas oficiais de socorro à lavoura cafeeira.

A fundação da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais em 11 de maio de 1892[119] seria um momento em que vários de nossos personagens se encontrariam. Afonso Pena seria um dos principais responsáveis pelo estabelecimento de uma escola jurídica na recém-construída capital. Seu corpo docente reuniu, no momento de sua inauguração, desde jovens promessas na política estadual até seus mais consolidados nomes. Afonso Pena, ainda no exercício do cargo, se dividiria entre a presidência do estado, a direção da faculdade e as aulas.[120] Outros nomes que compuseram seu corpo docente foram: Antonio Augusto de Lima, Antônio Gonçalves Chaves, Antônio de Pádua Assis Resende, Bernardino Augusto de Lima, Camilo Augusto Maria de Brito, Francisco Luís da Veiga, Francisco Silviano de Almeida Brandão, Henrique de Magalhães Sales, João Gomes Rebelo Horta, Sabino Barroso Júnior, Afonso Arinos e Virgílio de Melo Franco. Entre os integrantes do futuro "Jardim da Infância" encontramos como professores fundadores dessa instituição David Campista, que lá lecionaria Economia Política, Direito Civil, Público e Constitucional, e João Pinheiro, que ocuparia a cátedra de Direito Público Internacional, dividindo seu tempo agora entre as funções de industrial em Caeté e o magistério em Ouro Preto. Tudo nos indica que, ao contrário do exigido nas tradicionais instituições de ensino jurídico em São Paulo e Recife, a Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais não requisitava nesse momento o grau de doutor na composição de suas cadeiras. Entre os nossos personagens, integrariam também seu corpo docente Gastão da Cunha, em substituição a João Pinheiro na sua cadeira, e João Luís Alves, lente substituto de Direito Administrativo no lugar do então professor e prefeito de Belo Horizonte Francisco Sales.

Carlos Peixoto de Melo Filho seguiria um caminho distinto, distante do círculo de Afonso Pena e de sua Faculdade de Direito. Não se casaria nem deixaria descendente. Pôde contar ainda com o prestígio em seu sobrenome de uma das mais tradicionais famílias mineiras na política: seu pai, Carlos Peixoto de Melo, fora senador do Império. Carlos Peixoto forma-se em 1889 na mesma turma de João Luís Alves e Afonso Arinos. Retornando para Ubá, sua cidade natal, abre banca de advogado e integraria o júri em uma disputa entre as

[119] WEINER, Jerry T. *Afonso Pena: Minas Gerais and the transition from Empire to Republic in Brazil*. P. 142.
[120] LACOMBE, Américo Jacobina. op. cit., P. 179.

mais tradicionais famílias da região, os Soares de Moura e os Peixoto de Melo, já interligados por laços de parentesco.[121] Com a experiência de advogado ingressaria na magistratura aos 20 anos de idade como juiz municipal, primeiro em Rio Pomba e depois em Ubá. Destacando-se nessa função, mergulharia na política local ao retomar sua banca de advogado onde rapidamente seria eleito vereador e agente executivo em Ubá. Deixa as funções na cidade natal para assumir a cadeira de Deputado Estadual na legislatura iniciada em 1903, já assumindo o posto de *leader* do governo Francisco Sales naquela casa. Peixoto teria lá uma curta permanência – apenas quatro meses – onde se aproximaria de Afrânio de Melo, muitas vezes em lados opostos, nas discussões acerca de temas como as reformas da organização judiciária, da instrução pública e da legislação eleitoral. Nas palavras de Afonso Arinos, Peixoto assumiria nas sessões um "ceticismo sobranceiro e corrosivo", que, "desvendando orgulhosamente feridas vergonhosas",[122] tratava de forma realista e brutal os temas debatidos. Demonstraria desprezo pelo formato sobre o qual se realizavam as eleições, comandadas pelos chefes políticos locais sempre comprometidos em beneficiarem-se da multiplicação do número de analfabetos alistados. Para Carlos Peixoto, o problema era mais amplo: "Povo são as classes medianas e instruídas e não apenas a massa amorfa, quase inconsciente, que recebe nas eleições a cédula fechada e lhe ignora o conteúdo". Rapidamente Francisco Sales perceberia que Carlos Peixoto, polêmico e eficiente na tribuna, seria mais útil na arena federal. Elege-se em 1903, aos 32 anos de idade, já iniciada a quinta legislatura, para substituir o deputado Carlos Vaz de Melo que se dirigira para o Senado.

Elói de Souza, outro de nossos pesquisados forma-se em direito pela Faculdade de Direito de Recife. Diplomado, retornaria na década de 1890 para a cidade de Macaíba, antigo núcleo de sua família e maior centro comercial e político do Rio Grande do Norte. Como jornalista, Elói redigiria para o jornal "A República" ao lado de seu irmão Henrique Castriciano e da irmã Auta de Souza. Esta última, auto-didata e de formação intelectual muito além da média feminina da época, foi poeta de rica obra em sua breve e trágica vida, ceifada pela tuberculose aos 25 anos de idade. O jornal "A República" fora fundado por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, representante daquela que era, certamente, a mais poderosa linhagem política potiguar com raízes no comércio, na lavoura canavieira e na indústria têxtil. Pudemos registrar ocorrências de descendentes desta família na política nacional por toda a Primeira República nos estados do Rio Grande do Norte, Pará e Pernambuco.

---

[121] FLEISCHER, David. Política Municipal, In: PEIXOTO FILHO, Carlos. *Discursos Parlamentares de Carlos Peixoto Filho*. P. 24.

[122] FRANCO, Afonso Arinos de Melo, op. cit., P. 374.

A proclamação da República no Rio Grande do Norte acarretou a marginalização dos republicanos "históricos". A criação do órgão republicano foi tardia – janeiro de 1889 – e Pedro Velho, seu chefe-executivo durante o Império, encarregou-se de liderar a grande coalizão com os monarquistas quando da instauração do novo regime. Sua liderança seria contestada durante o deodorismo mas consolidada a partir de Floriano Peixoto.[123] Um dos fundadores do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, Pedro Velho foi deputado Constituinte Federal em 1891, senador e governador do Rio Grande do Norte, permanecendo na chefia da oficialidade potiguar até sua morte em 1907. A iniciação de Eloy de Souza na política federal se dá durante a administração estadual de Pedro Velho, nos primeiros anos da década de 1890, quando então é eleito para a Câmara Federal. Os irmãos da família Castriciano de Souza sempre estiveram ligados ao círculo literário potiguar, com participações em jornais, revistas e grêmios jurídicos e literários.

Outro personagem por nós pesquisado, Miguel Calmon,[124] seria o mais precoce de todos em sua trajetória política. Retornaria para a Bahia após formar-se na Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1900 para assumir os negócios de seu pai, falecido em 1899, a frente da *Empresa Lenha Econômica*. Logo depois, tornou-se professor de Geometria Analítica e Cálculo Diferencial na Escola Politécnica da Bahia onde então se aprofundaria no estudo de problemas industriais e energéticos. Inicia essa fase de atuação escrevendo pareceres e relatórios logo partindo para a produção de trabalhos científicos. Em 1902 publica "A mica sob o ponto de vista industrial" e um "Ensaio sobre a fadiga dos metais". Mas a notoriedade de Miguel Calmon viria com a apresentação de uma monografia à Primeira Conferência Açucareira do Brasil, realizada em Salvador, intitulada "Aplicações Industriais do Álcool". Nele Calmon defende que muito teria o país a ganhar com o barateamento do processo de produção do Álcool. Tendo em vista a opressão provocada pelos trustes norte-americanos e alemães do petróleo e seus derivados aqui e no comércio mundial, o álcool surgia, conforme nos informa o próprio Calmon, como um possível substituto da gasolina e do querosene. A lista de aplicações para o combustível nacional seria enorme: automóveis, caminhões, máquinas agrícolas e embarcações além de seu uso na iluminação pública e no aquecimento. Entretanto, um duplo problema se abria: a presença maciça do petróleo como combustível padrão gerara o condicionamento dos avanços tecnológicos em mecânica e metalurgia ao uso deste tipo de produto. Não só o barateamento da produção do álcool era necessário como também a adaptação do *standard* industrial às propriedades do novo combustível. Plano sem

[123] SILVA, Janice Theodoro da, op. cit., P. 68.
[124] Dados biográficos de Miguel Calmon colhidos em introdução escrita por Francisco de Assis Barbosa em ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e. *Ideias Econômicas de Miguel Calmon*. P. 21-80.

dúvida rentável, mas por demais ambicioso, que no Brasil demoraria sete décadas para ser posto em prática.

Com a apresentação deste trabalho, Miguel Calmon impressiona o então governador da Bahia, Severino Vieira. Por sua ordem, a monografia de Calmon seria editada como um folheto pela imprensa oficial do estado. Severino fora ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas no governo de Campos Sales. Esta aproximação seria decisiva para o futuro político de Calmon. Em 1902, Severino Vieira o convida para assumir a Secretaria de Agricultura da Bahia quando contava com 23 anos de idade. O experiente deputado baiano Ignácio Tosta repercutiria, no Parlamento, a monografia escrita por Calmon para o Congresso Agrícola de Salvador. A respeito das propostas de utilização industrial do álcool apresentadas na Conferência Açucareira, afirmaria Tosta:

> Este assunto mereceu acurado estudo e foi até objeto de importantes e criteriosas monografias, entre as quais o orador se desvanece de mencionar a o sr. Miguel Calmon du pin Almeida, o que lhe valeu talvez a distinção de ser escolhido para secretário da agricultura do honrado governador da Bahia Severino Vieira, cuja orientação patriótica tem consistido também em cercar-se de moços honestos, inteligentes e ilustrados.[125]

Como Secretário da agricultura, Calmon publicaria os escritos "*Brève notice sur l'Etat de Bahia*" para a Exposição de Saint Louis nos Estados Unidos e "O ensino industrial na Bahia". Em março de 1905 é delegado pela Bahia à 2ª Conferência Açucareira realizada em Recife. É então encarregado pela mesma conferência a fazer uma viagem de pesquisa de culturas tropicais no oriente. Nos meses seguintes e até o fim de 1905, Miguel Calmon visitaria a Índia, Sumatra e Java, sem dúvida uma aventura fantástica para os padrões da época. De volta ao Brasil, seria convidado pelo "Jornal do Commercio" a publicar suas impressões da viagem.

Exerceria a função nos dois últimos anos desta administração e seria mantido por mais dois anos, na mesma função, pelo sucessor no governo estadual, José Marcelino de Souza. Conduzido pela inserção política de Severino Vieira, Miguel Calmon seria eleito para integrar a 6ª legislatura na Câmara Federal. Retornaria à Capital Federal em 1906, apenas 6 anos após formar-se pela Politécnica do Rio de Janeiro e já com uma considerável experiência e capital político acumulados. Não se casaria nessa fase da vida pré-parlamentar. Apenas em 1911 se uniria a Alice de Porciúncula, filha de Simão da Porciúncula, rico proprietário de

[125] Sessão da Câmara dos Deputados em 22 de junho de 1903. *Annaes da Camara dos Deputados*. Vol 2, p 75.

terras no Rio Grande do Sul e no Paraguai. Na vida pública se notabilizaria, como veremos no próximo capítulo, pela defesa dos interesses da borracha, do açúcar, pela educação profissionalizante para a indústria e por se opor ao plano oficial de defesa do café.

2.3. Chegada à arena política estadual e federal

O exame dos Anais da Câmara dos Deputados nos permitiu visualizar como a oficialidade e o situacionismo, na expressão dos partidos republicanos estaduais, eram responsáveis pela composição das chapas que concorriam e venciam as eleições. O consenso estipulado entre as lideranças locais e os chefes políticos estaduais permitia aos candidatos terem pleno acesso à máquina política. Era possível a ocorrência de parlamentares que, prestigiados em outros tempos e eleitos para sucessivas legislaturas, passassem, sob determinada conjuntura, a ser preteridos pelos chefes estaduais na composição das chapas. Relegados a candidaturas autônomas e sem qualquer acesso a maquina eleitoral e às fraudes que esta possibilitava, se lançavam à heróica tarefa de conseguir ultrapassar, na apuração dos votos, a muralha de atas de votações falsas. Feito mais difícil ainda era sobreviver à batalha do Reconhecimento de Poderes no Parlamento, prerrogativa responsável em examinar e julgar as atas contestadas que já vinham adulteradas das seções eleitorais nos municípios controlados pelo situacionismo. Segundo Afonso Arinos, "fora do oficialismo, não havia esperança em Minas" e qualquer tentativa dos que estavam à margem desse jogo em contestar tais estruturas revelava-se inútil[126]. Procuraremos descrever, com a chegada de vários de nossos personagens ao Parlamento, as nuances do sistema eleitoral brasileiro nesse período da Primeira República. Examinamos, para essa tarefa, os Anais da Câmara dos Deputados nas suas páginas referentes ao Reconhecimento de Poderes para a quinta legislatura (1903-1905). Entre os 14 integrantes do "Jardim da Infância" por nós enumerados que tiveram passagem pela Câmara Federal, 10 foram eleitos para essa legislatura.

[126] FRANCO, Afonso A. de M. *Um estadista da República*. P. 477.

Tabela 3

Participação dos integrantes do Jardim da Infância na Câmara Federal

		Legislaturas (•) e distritos eleitorais pelos quais foram eleitos (número)										
Nome	**Estado**	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	10ª	11ª
João Pinheiro da Silva	MG	•										
Leovigildo Amorim Filgueiras	BA	•	• 5	•5		•1	•1	•1				
Augusto Tavares de Lira	RN		•	•	•	•						
Elói Castriciano de Souza	RN			•	•	•	•	•	•	•		
João Pandiá Calógeras	MG			•1		•8	•3	•3	•3		•7	
Gastão da Cunha	MG				•2	•2						
Estevão Lobo	MG				•1	•1						
Carlos Peixoto de Melo Filho	MG					•3	•2	•3	•2			
David Campista	MG					•4						
João Luís Alves	MG					•6	•4					
James F. Darcy	RS					•3	•1					
Afrânio de Melo Franco	MG						•6	•6	•6		•6	•7
Celso Baima	SC							•	•		•	•
Miguel Calmon du Pin e Almeida	BA								•1			

Fonte: A Câmara dos Deputados. **Revista do IHGB**. Volume 254 1962, p. 97-193

Nas reuniões da *tarasca,* nome dado à comissão executiva do Partido Republicano Mineiro, vários nomes de pretendentes a cargos políticos das mais diversas regiões eram colocados sobre a mesa. Com a separação dos estados da federação em distritos eleitorais – no caso mineiro foram 12 até a reforma de 1904 – discutia-se quais seriam os escolhidos para a composição da chapa oficial. Os iniciantes na política que contassem com apoio dos chefes regionais podiam romper a barreira da carreira na burocracia judiciária ou da vereança e alcançar o legislativo estadual. Outros que já haviam comprovado sua eficiência nesta instância legislativa agora ansiavam ser lembrados pela comissão executiva para um posto na capital federal. Dentro desse permanente processo de cotação de valores e capacidades, políticos que outrora desfrutaram de prestígio junto ao situacionismo e que acumulavam presença em seguidas legislaturas – estaduais ou federais – corriam o risco de serem preteridos na composição das chapas oficiais, rebaixados a candidaturas autônomas, sem apoio da maquina oficial. Mas os predicados intelectuais não eram o único critério lembrado. Na composição da chapa oficial buscava-se um equilíbrio que contemplasse tanto os representantes dos setores econômicos mais tradicionais – os "homens da terra" – quanto

aqueles de perfil mais técnico – homens de talento mas sem prestígio junto a aqueles setores. A este respeito, registramos entre nossos personagens atuações como diplomatas, cargos do legislativo federal e em ministérios. Mesmo estendendo-se sobre os anos subseqüentes de suas carreiras políticas nenhum deles alcançaria o posto de presidente da República e apenas dois chegaram ao topo do executivo estadual, casos de João Pinheiro e Tavares de Lira, governadores de Minas Gerais e Rio Grande do Norte, respectivamente. Pinheiro e David Campista seriam posteriormente nomes cotados para ocupar a presidência da República. O motivo do insucesso de suas candidaturas será tratado nos próximos capítulos.

Em Minas Gerais, uma reunião da comissão executiva do PRM estava marcada para o dia 8 de janeiro na casa do secretário do partido, coronel Francisco Bressane. A política mineira se dividia entre os seguidores de Bias Fortes, ou biistas, os silvianistas também chamados de "viuvinhas" após a morte de Silviano Brandão em 1902 e, por último, os salistas, liderados por Francisco Sales, governador de Minas Gerais neste momento. Seu mais emblemático integrante, Crispim Jacques Bias Fortes, presidiu a comissão executiva do partido de 1898 a 1917, ano de sua morte. Em descrição feita por Cesário Alvim, Bias Fortes aparecia com a aparência de campônio rústico, de movimentos sem ritmos calculados a denunciar uma alma sem traço de dissimulação[127]. Outro dado, muito reproduzido na historiografia sobre a política mineira, seria o de que Bias Fortes nunca saía de Minas Gerais. No momento em que vários de nossos personagens davam início à fase federal de suas carreiras parlamentares poucos duvidavam da sua proeminência na política mineira. Corporificava o personalismo presente na cultura política da época, capaz de agregar homens e fazer política orquestrando nomeações de deputados e senadores estaduais e federais.

Os silvianistas na comissão executiva do partido, Carlos Vaz de Melo, Sabino Barroso e Júlio Bueno Brandão debateriam com Francisco Bressane, Antônio Martins e Bias Fortes a chapa que disputaria as próximas eleições. Em uma ata da reunião publicada em jornal de Juiz de Fora, tanto Pandiá Calógeras quanto David Campista contavam com o apoio de Bias Fortes para serem incluídos na chapa para deputado federal. Outras opções tinham os silvianistas presentes na reunião. Segundo argumento do presidente da comissão executiva, Campista contava com o prestígio do então governador Francisco Sales e com a admiração de seu antecessor, o já falecido Silviano Brandão.

A possibilidade de remanejamentos ou substituições dos candidatos entre os diversos distritos era negociada, sempre se levando em conta o peso político que eventuais exclusões poderiam ter. Concluída as reuniões uma lista era fechada com o nome dos

[127] Jornal "*O Pharol*" , 4 de Janeiro de 1903.

candidatos que contariam com o apoio da oficialidade mineira. Francisco Bressane, o operoso secretário do partido, ficava então encarregado de repassar os "eleitos" do PRM via telégrafo para todos os diretórios municipais do partido no estado.

Ficaram marcadas para uma quarta-feira, dia 18 de fevereiro de 1903, as eleições nacionais para a composição do Senado e Câmara federais. Porém, em vários lugares do país as cidades já enfeitavam suas ruas e praças para as festividades carnavalescas. Os bailes mais concorridos anunciavam música e luz elétrica em profusão como garantia de que os festejos, realizados entre os dias 21 e 24, não seriam interrompidos. Os foliões, indiferentes aos arranjos políticos subterrâneos que perpassavam as semanas antecedentes às eleições, já se aqueciam nas primeiras *bolinagens* e desfiles à fantasia promovidas nos salões.

O aspecto de um dia de eleição que pudemos restaurar através dos registros nos *Annaes* do Congresso Federal chega a ser assustador[128]. As ruas, muitas vezes desertas em plena luz do dia nas horas de eleição, se transformavam num lugar perigoso para o pequeno público votante. Mesmo na capital federal e em seções sediadas em prédios públicos havia a possibilidade de rompantes de violência. A legislação que instruía o processo eleitoral proibia a presença de qualquer força pública no interior dos edifícios em que ocorriam as eleições e sequer nas imediações das seções eleitorais no dia do pleito. No entanto, a mesma medida que ilustrativamente visava restringir a ação de grupos políticos desdobrados na polícia, na prática acabava por converter os locais onde se situavam as seções eleitorais em uma potencial zona de risco. Bandos de desordeiros armados – gente acostumada a servir e receber – tinham, desta forma, livre e despreocupado trânsito pela cidade. Os principais jornais dos grandes centros se prontificavam em receber e divulgar denúncias de abusos e crimes cometidos nas mais diversas regiões do país. Sempre tinham muito o que publicar.

O exame do Inquérito Parlamentar de reconhecimento e diplomação dos parlamentares nos permitiu ter acesso aos processos onde as partes envolvidas – o candidato vitorioso e os derrotados – confrontavam-se através de dossiês que incluíam, por exemplo, cópias "autenticadas" das atas de votação, relatos de correligionários e recortes de jornais.

Qualquer tentativa de se tomar algo por "verdadeiro" no montante de documentos apresentados em plenário durante o reconhecimento de poderes é tarefa arriscada. No entanto, o alto índice de recorrência observada em alguns tipos de contestação – consideradas mais brandas – nos permite visualizar onde se encontravam os mais frágeis pontos do processo eleitoral. Outros tipos de contestação mais raros e graves, e nem por isso menos explicativos

[128] No trato do tema eleitoral utilizamos um volume dos *Annaes da Camara* dedicado ao trabalho das chamadas Comissões de Inquérito Parlamentar, neste caso chamadas de Comissão de Verificação de Poderes. *Annaes da Camara dos Deputados*. Vol 1, sessões de 18 de abril a 30 de maio de 1903.

da atmosfera de confronto vivido nas ruas durante as eleições e no parlamento durante o reconhecimento, ganharão aqui breves descrições.

Para melhor compreendermos a qualidade das denúncias apresentadas traçaremos em rápidas linhas a legislação que regulou o processo eleitoral até 1904 – a lei n.° 35 de 26 de janeiro de 1892.[129] Uma das questões mais exploradas e fundamento do processo eleitoral era o alistamento dos eleitores. Constituía um lugar-comum, comprovado pela recorrência em discursos relativos à prática eleitoral, de que a moralização do regime republicano passaria por uma reforma no processo de alistamento dos eleitores. A legislação eleitoral que vigorou nesse período dava largas margens ao poder municipal. Este era responsável pela apuração final e diplomação de seus vereadores, conselheiros e agentes executivos[130] bem como a direção na composição das comissões e mesas encarregadas de realizar as eleições estaduais e federais. Cabia aos cinco membros mais votados na administração municipal – em outras palavras, o agente executivo e mais quatro vereadores – o papel de dividir o município em seções eleitorais. Estes também eram responsáveis em nomear uma comissão com quatro nomes encarregados de alistar os eleitores e dividí-los entre as seções. A cada eleição o município era obrigado a realizar um novo alistamento – o que raramente era feito – sendo as eleições muitas vezes realizadas com listas que datavam mais de dez anos. Os nomes dos eleitores alistados eram preenchidos em livros que, das mãos do presidente da comissão de alistamento, seguia para as do agente executivo e destas, em duas cópias, para o governador do estado e para o juiz seccional. Encontramos aqui o que consideramos como a primeira etapa das irregularidades cometidas no processo eleitoral. O uso de alistamentos realizados sob o crivo da situação política municipal dava margem para a não exclusão de eleitores que haviam mudado de residência ou município e inclusive dos que já haviam falecido. O processo de escolha dos locais de funcionamento das seções eleitorais também estava sujeito a denúncias de conveniências políticas. As regiões do município em que a situação política local sabidamente desfrutava de pouco poder eram *premiados* com seções eleitorais em locais de difícil acesso. O dia da eleição não era feriado, o que impedia os eleitores de abandonarem suas funções e deslocarem-se para votar. Este momento se caracterizava *apenas* por uma parte da fraude pois à situação política municipal era reservado todo o processo de *escolha* dos eleitores. A segunda etapa, reservada ao dia da eleição, não só se caracterizaria por outras formas de fraude mas também pela violência física.

---

[129] *Collecção das Leis da República dos Estados Unidos do Brazil de 1892*. Partes I e II. P. 14-35.
[130] RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906)*. P. 85.

Concluído o alistamento os locais escolhidos para as seções eleitorais eram então publicados em jornais e, a partir daí, alterações ficavam proibidas o que na prática também não se constituiu um hábito. O processo de escolha dos mesários das seções eleitorais repetia o processo das comissões de alistamento: ao agente executivo cabia escolher aqueles que comporiam as equipes dedicadas a cada local. Terminada a eleição, o presidente da mesa se encarregava de afixar na porta do edifício da seção uma ata com informações como o horário dos trabalhos e o número de eleitores votantes e faltosos. Concluída a apuração dos votos no município – presididas pelo agente executivo e mais 10 integrantes – eram lavradas atas com os resultados e enviadas à Câmara ou Senado, ao governador do estado e aos candidatos eleitos, para lhes servir de diploma perante a Comissão de Reconhecimento de Poderes. Na prática eram considerados mais *legítimos* os diplomas que continham as assinaturas da maior parte da comissão de apuração. A República, generosa com os estados mais ricos ao lhes confiar os direitos tributários de exportação entregava à situação política dos municípios o direito de controlarem as eleições. O princípio federativo dos primeiros anos da República se realizou na autonomia municipal, verdadeira célula do compromisso coronelista. As experiências partidárias de alcance nacional não obtiveram sucesso nesses anos se comparadas às máquinas políticas estaduais. Controlados por clãs familiares, os municípios tentavam capitalizar poder de barganha como podiam, seja através laços de fidelidade pessoais ou matrimoniais inter-familiares ou regionais, seja através do confronto armado.

Inicialmente o processo de diplomação definitiva dos parlamentares, concentrado na Comissão de Reconhecimento de Poderes, separava os "candidatos" entre os imediatamente eleitos – aqueles que conseguiam chegar ao distrito federal sem quaisquer denúncias que questionassem a lisura de suas eleições – e os que teriam de enfrentar a contestação dos candidatos derrotados nas eleições do distrito, acotovelando-se entre diplomas, atas e denúncias. Normalmente, o número de eleitos sem contestação supria a necessidade de se compor a Comissão de Verificação de Poderes. O funcionamento desta estava prevista no Regimento Interno da Câmara e separava os 21 estados da federação entre seis comissões de inquérito, cada uma com cinco membros. Estas tinham como prerrogativa verificar o grande volume de atas de apuração, receber as reclamações dos contestantes e, finalmente, reconhecer os vencedores.

Pandiá Calógeras e João Luiz Alves são exemplos, entre nossos personagens, que conseguiram ser eleitos imediatamente e foram designados para compor as Comissões de Inquérito[131]. Calógeras foi dirigido para a segunda comissão, encarregada de examinar as

[131] Sessão em 20 de abril de 1903. *Annaes da Camara dos Deputados*, volume 1, 1903. P. 7-10.

eleições nos estados da Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. João Luiz Alves foi para a terceira comissão tratar das eleições na Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal. De uma forma geral, mesmo aqueles comprometidos em realizar os trabalhos com honestidade tinham muito pouco a fazer. O trabalho de fraude, onde havia, já se encontrava consumado nos documentos enviados pelo município e era sobre estes papéis que o julgamento dos casos era feito.

Algumas comissões apresentavam padrões de sistemática negação das contestações apresentadas. Isso se deu com aquela encarregada de examinar a documentação das eleições em Pernambuco, integrada por Pandiá Calógeras, que foi seu relator[132]. O texto final conclui que apesar do imenso volume de contestações a ilegalidade das eleições naquele estado não podia ser juridicamente sustentada. Um a um, os argumentos dos contestantes relativos aos municípios onde teria havido fraude vão sendo desconsiderados por serem frágeis as provas apresentadas. Em poucas páginas conclui-se pela diplomação de todos os vencedores oficiais.

No caso da comissão integrada por João Luiz Alves observou-se outro padrão bastante recorrente no exame das eleições na Bahia e no Rio de Janeiro: o número de atas de votação fraudadas enviadas pelas seções não chegaria a interferir no resultado final[133]. Todos eram, desta forma, diplomados.

Entre nossos pesquisados foram observados casos de contestações. O gaúcho James Darcy teve sua eleição questionada em virtude de uma suposta incompatibilidade entre a candidatura a deputado e um cargo por ele ocupado[134]. A legislação previa restrições à elegibilidade de setores do funcionalismo público, do judiciário federal, militares, ministros e governadores. A Comissão de Verificação de Poderes, a despeito da lei existente, era muito tolerante com os casos de incompatibilidade. Nas autenticas examinadas pela Comissão de inquérito havia outras irregularidades menores que não conseguiram impedir que Darcy fosse diplomado deputado federal.

[132] Sessão em 30 de abril de 1903. Idem. P.114.
[133] Sessão em 24 de abril de 1903. Idem. P. 26.
[134] Sessão em 24 de abril de 1903. Idem. P. 32.

Figura 1

Movimentação do chapéo de um candidato a deputado para as eleições

Fonte: Revista Fon-fon, ano 1, n° 4, maio de 1907.

David Campista também enfrentou problemas na sua chegada a capital federal[135]. Sua diplomação foi contestada por Antônio Esperidião Gomes da Silva, deputado na quarta legislatura que não conseguira reeleger-se. Silva mostra diversas irregularidades na documentação vinda do quarto distrito, que compreendia a Zona da Mata mineira: assinaturas diferentes de um mesmo comissário em vários livros, assinaturas de diversos eleitores com a mesma letra, excesso de cédulas nas urnas, não exigência de títulos eleitorais para votar, utilização de alistamento antigo além da suspeita de uma pouco provável unanimidade de votos conseguida por Campista na cidade de Além Paraíba. Campista, para fundamentar sua resposta, examinou os *Annaes* da Câmara dos Deputados de 1900 relativos ao reconhecimento da quarta legislatura. Descobriu que, naquela ocasião, Gomes da Silva sofrera uma contestação por fraude nos mesmos termos em que ele agora acusava Campista. Pouco teve de criar a partir daí. Utilizando a defesa apresentada pelo próprio Gomes da Silva, tudo o que fez foi coloca-lo contra suas próprias palavras. O candidato derrotado pouco pôde argumentar após a réplica de Campista.

Outros casos nos dão uma medida de até onde poderiam ir as irregularidades. No Distrito Federal o candidato e contestante Fonseca Hermes, que fora deputado constituinte, apresentou à Câmara várias ocorrências[136]. Lugares onde tradicionalmente eram realizadas as eleições viram-se inesperadamente transferidos para lugares distantes, justamente aqueles em que a chapa não oficial deveria ser derrotada. Como dissemos anteriormente, poucos em uma quarta-feira deixariam suas casas ou postos de trabalho para exercerem o voto. Irineu Machado, político da situação, teria se empenhado pessoalmente pela mudança dos locais.

Ainda no Distrito Federal, Herédia de Sá e Francisco Dutra enfrentavam contestação por integrarem a Guarda Municipal[137]. Além disso, uma sessão eleitoral teria sido invadida por um bando de "facínoras e desordeiros" que adentraram o edifício com facas, porretes e tiros de revólver afugentando os fiscais e levando, "debaixo de vivas estrepitosos", os livros e a urna para a casa de um dos mandantes da invasão. Nos livros de votação, que reuniam a assinatura dos eleitores à medida estes compareciam à seção eleitoral, foi encontrado um fato curioso que evidenciava a fraude: como que "obedecendo à mais stricta disciplina de soldados prussianos", os nomes dos eleitores apareciam em ordem alfabética! Tanto Herédia de Sá quanto Francisco Dutra tiveram seus assentos na quinta legislatura assegurados.

---

[135] Sessão em 9 de maio de 1903. Ibidem. P. 325-338.
[136] Sessão em 6 de maio de 1903. Ibidem. P. 201.
[137] Sessão em 30 de abril de 1903. Ibidem. P. 119.

Serzedelo Correia, candidato pelo Pará, apresentou um dossiê em que contavam 120 documentos e 1629 títulos eleitorais que seriam falsos[138]. A fraude denunciada por Serzedelo Correia era tal que o número de votantes superava a população adulta. Mulheres, crianças, analfabetos e mortos ganhavam nome nos livros de votação, o que demonstrava que sequer uma simulação de eleição fora tentada. No município de Cametá, onde o partido governista do estado encontrava algumas dificuldades na composição das comissões, sob a justificativa de tentativa de deposição do prefeito dessa cidade, uma mesa eleitoral inteira foi detida, tendo sido reposta com elementos governistas – assegurando tolerância com quaisquer fraudes que viessem ocorrer no pleito. Em outra cidade, uma das sessões eleitorais funcionou na casa do prefeito. Serzedelo Correia, que havia sido deputado na constituinte, na terceira e na quarta legislatura, não conseguiria a reeleição.

Fausto de Aguiar, ex-deputado pelo estado de Sergipe, apresentou uma denúncia na qual a Constituição do seu estado havia sido reimpressa na tipografia oficial com adulterações. Nesta versão, a Constituição estadual concedia aos Conselhos Municipais o direito de dividir o estado em distritos policiais além de permitir a polícia nas ruas. Sua contestação relatava a prática de agressões e assassinatos em todo o estado, obrigando adversários políticos a resignarem de suas funções.[139]

Vencidos os trabalhos de Verificação de Poderes eram realizadas eleições para as Comissões Permanentes. Nossos personagens, muitos deles estreantes no parlamento, tiveram apenas um tímido desempenho nestas escolhas. Tavares de Lira e James Darcy contaram apenas com o próprio voto para secretários da mesa. Muitos deputados tentavam se candidatar a diversas mesas. João Luis Alves, Augusto de Freitas e Eloy de Souza e Pandiá Calógeras não conseguiriam ser escolhidos em diversas Comissões. Mas ao final das eleições, Tavares de Lira seria eleito para a Comissão de Petições e Poderes; Gastão da Cunha e Leovigildo Filgueiras iriam para a Comissão de Diplomacia e Tratados e David Campista, que já acumulava experiência como secretário de finanças no governo mineiro de Silviano Brandão (1899-1902), integraria a mais importante delas: a Comissão de Orçamento.[140] A participação nas comissões em certo grau determinava os assuntos sobre os quais os deputados se aprofundariam.

Caminho diverso ao seguido pela ala parlamentar dos nossos pesquisados seguiu João Pinheiro. Recluso ainda em fins de 1902 em sua fábrica de cerâmica em Caeté contaria,

[138] Sessão em 4 de maio de 1903. Ibidem. P. 171.
[139] Sessão em 25 de abril de 1903. Ibidem. P. 99.
[140] Esta Comissão ficava responsável em formular o projeto de orçamento da União: suas receitas e despesas. Possuía intima ligação política com todos os ministérios pois cabia a esta Comissão deliberar sobre a criação e extinção de cargos ou repartições públicas, aumento de salários e gratificações do funcionalismo.

entretanto, com a lembrança do então governador de Minas Gerais Francisco Sales para um importante evento a ser realizado em fins de maio de 1903 na cidade de Belo Horizonte: o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial. Tais congressos não contavam com a simpatia imediata de agricultores e industrialistas, pois, normalmente, caracterizavam-se mais pelo falatório político do que pela discussão aprofundada dos problemas econômicos e dos entraves políticos que comprometiam a classe produtora. Pretendia-se com o Congresso que os problemas econômicos e sociais tivessem a oportunidade de serem apresentados por integrantes da iniciativa privada e estudados por políticos, que daí extrairiam um programa de ação. A idéia de que do Congresso poderia ser retirada a proposta de um partido político, ainda que transitório e orientado por interesses e missões específicas, nos dá uma medida do pragmatismo com que eram vistas tais agremiações. Germinados ao menor frêmito dos grupos de interesses, estes modelos de *partidos políticos* desfrutavam de grande aceitação, inclusive entre nossos personagens, em contraposição ao partido representativo das oligarquias, sem programas definidos – da política e para a política – assunto que trataremos mais detalhadamente no terceiro capítulo.

Francisco Sales era um dos mais prestigiados nomes da política mineira. Nascido na cidade de Lavras ao sul do estado em 1863, Sales, assim como João Pinheiro, estudaria no Seminário de Mariana bacharelando-se em Direito, em São Paulo, aos 23 anos de idade. Rapidamente desenvolveu intensa atividade política na organização de Clubes Republicanos na região sul.[141] Deputado Estadual na Constituinte e na primeira legislatura, Francisco Sales ainda seria secretário de finanças de Bias Fortes (1894 – 1898) e no primeiro ano de Silviano Brandão (1899). Em 1898, como prova de seu prestígio no estado, foi eleito para integrar a Comissão Executiva do PRM, o que lhe garantiu controle político de grande parte da próspera região sul do estado. Seria professor na Faculdade de Direito de Minas Gerais, prefeito de Belo Horizonte e Deputado Federal, estas duas últimas funções pela indicação de Silviano Brandão. Sales já havia lançado alguns nomes dentro de Minas como Carlos Peixoto de Melo Filho, seu líder na Assembléia Estadual, Afrânio de Melo Franco e João Luis Alves. Agora retomava o nome de João Pinheiro em um evento de grande repercussão política em que se tratariam assuntos pertinentes à atuação futura de vários de nossos personagens.

O Congresso investiu no tema que os produtores mais ansiavam ouvir: protecionismo. Lá João Luis Alves defenderia esta matéria e David Campista trataria da questão cambial. Protecionistas e não-protecionistas concordavam que a flutuação cambial provocava sérios danos aos exportadores e ao governo: os primeiros por não serem capazes de

[141] CARVALHO, Daniel de. *Francisco Sales: Um Político de Outros Tempos*. P. 15.

projetar com precisão as margens de lucros em suas atividades, o último por não conseguir precisar sua receita, logo, seu orçamento. Isto representava o aumento no risco de não cumprimento dos compromissos pela variação cambial, o que impedia a regularização das contas e a expansão do crédito brasileiro no exterior. Campista então levou ao Congresso Agrícola sua proposta de criação de uma Caixa de Conversão – dispositivo financeiro usado nessa época em diversos países do mundo – como forma de o governo federal interferir no mercado cambial via tesouro. A proposta de Campista significava um freio ao liberalismo econômico extremado praticado nos primeiros anos da República pois até então o governo limitava-se a agir no câmbio apenas por meio das incinerações. João Pinheiro, nesse momento no auge de sua carreira como industrialista, defenderia a intervenção do estado em assunto cambial, postura protecionista demonstrada em correspondência enviada para Ouro Preto: "Este negócio de livre câmbio é teoria de bacharel desocupado que, na qualidade de consumidor parasita, tem horror ao levantamento de preços da nossa produção".[142]

No Congresso seriam ainda estabelecidas políticas de prêmios que animassem a iniciativa privada e a fundação de cooperativas e escolas técnico-agrícolas, como estratégia para melhor estruturar o povoamento do interior do estado. O tema da colonização, realizadas em núcleos familiares e com amparo dos últimos avanços científicos disponibilizados pelas escolas técnicas, era um lugar-comum a que muitos políticos recorriam em tempos de preocupantes altas nas colheitas de café. João Pinheiro criticaria a política de austeridade financeira no governo de Campos Sales e o predomínio de capital estrangeiro nos setores comerciais, financeiros e na mineração. A posição de João Pinheiro oscilava entre o protecionismo e o liberalismo, de acordo com os setores a serem afetados e a situação em questão. Trabalhou nesse momento para tentar disciplinar o mercado através de índices de impostos e fretes diferenciados conforme a qualidade do café produzido. O grão de qualidade mais baixa, concentrado na região da Zona da Mata mineira, nesse caso seria penalizado.

Com as grandes safras observadas no pós-1896, os produtores debatiam sobre o que fazer com todo o café produzido. Discursos de tonalidade protecionista eram muito bem-vindos entre a classe produtora e haviam dominado o Congresso Comercial e Agrícola. Mas gradativamente a insatisfação com a retórica cresceria e medidas práticas por parte do governo passariam, daí em diante, a ser exigidas. João Pinheiro sairia do Congresso de 1903 com seu capital político aumentado e com uma bem recebida perspectiva de volta à vida política. Francisco Sales nesse momento leva seu nome ao PRM como candidato ao Senado

[142] Carta de João Pinheiro à FECA (Ouro Preto). Caixa 11, nº 1493, 3 de maio de 1903.

Federal. Encontraria a política republicana muito pouco diferente de quando a deixara, a cerca de 10 anos atrás.

Afinado com as necessidades da lavoura e da indústria no país, Pinheiro retornava à política com a dupla missão de proteger a lavoura e a indústria nacionais – missão imediata - e ainda realizar a imensa obra de ocupação do interior do estado. Pedra de toque de diversos ensaístas preocupados com o progresso econômico e civilizatório, a atração e a fixação do colonizador à terra se mostrava um desafio frente às incontáveis restrições orçamentárias. O avanço econômico norte-americano era o exemplo a ser seguido pelo Brasil: Pinheiro e tantos outros de sua geração acreditavam que a educação e o trabalho voltados para a terra eram elementos vitais para a consolidação de uma nação. Há muito pouco o Brasil efetuara a transição jurídica do trabalho cativo para o livre. A desorganização da mão de obra nacional enfrentava problemas em suas fundações básicas: ausência de políticas de concessão de terras, deficiências nos meios de transporte e ainda um sistema financeiro majoritariamente estrangeiro, parasitário e pouco comprometido com o estímulo, via crédito, de atividades produtivas.

Procuramos mostrar com este capítulo que os nomes por nós pesquisados destacaram-se por suas habilitações profissionais e intelectuais, ainda que ocorressem casos de ausência de bases políticas locais ou antecedentes sociais tradicionais, deficiência compensada com a aproximação de políticos consolidados estadual e nacionalmente. Nomes como Pandiá Calógeras, David Campista, Carlos Peixoto, Afrânio Melo Franco, Gastão da Cunha e Miguel Calmon foram diretamente recrutados e em idade muito jovem iniciariam suas vidas públicas. Com isso, alcançariam a Câmara Federal e, sob as mãos de Afonso Pena, atingiriam visibilidade e prestígio nacionais durante seu governo.

CAPÍTULO 3: A experiência do poder

> Como o moço solteiro antes de tratar casamento é igualmente querido pelas moças? Tratou? A coisa muda aí; as pretendidas discutem-lhe os defeitos um por um. Quando não se têm pretensões políticas é a gente a melhor coisa deste mundo; arranja-se uma e... começa a destruição. [133]
>
> João Pinheiro

Nesse capítulo falaremos da atuação dos nossos personagens nos anos anteriores ao governo Afonso Pena. Procuraremos demonstrar que progressivamente nossos personagens se consolidariam como uma força parlamentar para, posteriormente, se afirmarem também na esfera executiva.

Ao longo deste capítulo, analisaremos algumas propostas apresentadas por nossos pesquisados. Nestes estudos de caso, procuraremos delinear com mais clareza os locais temáticos onde os confrontos se deram quando o objeto sob julgamento era a própria sorte do regime republicano. Conforme tratamos ainda no segundo capítulo, a chegada a tal escalão do poder significava a aprovação dentro das conveniências regionais e de um criterioso processo de seleção de capacidades, pela esfera do poder estadual. A organização partidária de então não era entendida pela comunhão programática ou ideológica e tampouco era imune às marés situacionistas. Era possível que políticos de segundo escalão, altos quadros estaduais e mesmo os super-coronéis concordassem pela inexistência de partidos políticos dignos do nome na história nacional. Muito do 15 de novembro de 1889 havia germinado da falência do regime bi-partidário do Império e a jovem República ainda vacilava em sedimentar sua experiência de PRs em todo o seu território. Eram difusas as noções do que seria um *verdadeiro* partido nesse momento: muitas vezes utilizada para se referir a uma conveniência econômica específica – a lavoura do café, a pecuária, a borracha, a siderurgia, a colonização do solo – ou então a uma questão política conjuntural, como a aprovação de uma importante matéria no Parlamento ou a montagem de uma chapa presidencial. Procuraremos entender um pouco melhor o modelo partidário até então vivenciado na República através das críticas à sua estrutura por parte de alguns de nossos personagens.

---

[133] Carta endereçada a um amigo de nome Juscelino em que João Pinheiro comenta seu próprio retorno à vida política. Caixa 11, n° 1599, 24 de dezembro de 1904, APM.

Temas como a reforma eleitoral, a diversificação de nossa pauta produtiva, a colonização do interior do país e a validade da defesa do café em detrimento de outros setores da economia são exemplos que dizem respeito à natureza da forma republicana que até então se afirmara. Sempre que possível procuraremos estabelecer uma articulação entre os perfis profissionais e políticos de nossos pesquisados à suas propostas.

Outro nível de confronto que abordaremos será o percurso de nossos personagens rumo à capital federal em relação às situações políticas de seus respectivos estados. O tratamento deste tema será essencial para compreendermos as forças sobre a qual assentou-se o governo Afonso Pena: os grupos do Jardim da Infância e do Morro da Graça.

Um dos aspectos mais característicos do grupo Jardim da Infância seria a presença freqüente de reflexões acerca dos problemas brasileiros em seus debates, assunto sem dúvida com imensa gama de abordagens. Nos serviremos, entretanto, de pontos específicos para mostrarmos como eram possíveis dissensões de opinião dentro de um mesmo agrupamento político ou bancada estadual. Assim, comprovaremos também que, em vários momentos, os integrantes do nosso grupo divergiram entre si sobre quais os melhores caminhos a serem tomados para a solução de problemas sociais, econômicos e políticos nacionais.

Por mais uma vez neste trabalho, nossos personagens estarão fadados a romperem a medianidade das empoeiradas bancas de advocacia e repartições públicas do interior. Lançariam-se, uns em carreiras verdadeiramente meteóricas, ao núcleo do poder. Iniciaremos este capítulo com uma breve descrição das principais forças políticas já assentadas.

3.1. As *repúblicas* cariocas

Recém-chegados, os novos parlamentares começavam a instalar-se no centro político do país. A mesma elite que freqüentara os grandes centros para obterem seus diplomas de bacharel agora estabeleciam-se, uns em grupos, outros com suas famílias, na calorenta capital federal em pleno processo de saneamento de suas epidemias.

Diferenças entre as personalidades existiam e nem sempre se prestavam a respeitar o contorno das 21 unidades federadas do Brasil de então. Desta forma, políticos das mais variadas regiões do país e com as mais diversas trajetórias pessoais e profissionais se encontravam no Rio de Janeiro. Aqueles que se dirigiam sem suas famílias para a Capital Federal se instalavam nas chamadas "repúblicas", decerto uma saudosa referência agora aplicada aos amplos casarões imperiais e aos hotéis de luxo que assim se convertiam em uma

extensão física do Palácio Monroe e da Cadeia Velha, respectivamente sedes das casas alta e baixa do legislativo federal.

Diversos eram os lugares para onde convergiam jornalistas e políticos ávidos por contatos, notícias e intrigas com os mais prestigiosos nomes da política nacional. Sertório de Castro nos informaria que a romaria do poder podia dirigir-se ao Grande Hotel do Largo da Lapa. Ali residiam, além do vice-presidente da República Afonso Pena, a maior parte da bancada paulista e vários outros parlamentares, entre eles o senador João Pinheiro e os deputados Carlos Peixoto Filho, João Luís Alves, David Campista e Gastão da Cunha. Como nos informa o potiguar Elói de Souza, outro de nossos pesquisados e deputado neste momento, a gestação do Jardim da Infância se deu nesses dias quando então convergiam para o Hotel do largo da Lapa diversos advogados, jornalistas e políticos. Sobre os nossos personagens, os primeiros encontros, que se tornariam semanais, para trocas de idéias se deram no quarto de Carlos Peixoto Filho onde os mais assíduos freqüentadores eram o médico e escritor baiano Afrânio Peixoto, o advogado Celso Baima, o jornalista Euclides da Cunha além do deputado Miguel Calmon, representante da Bahia.[134]

Anos depois Carlos Peixoto Filho deixaria o Grande Hotel da Lapa mudando-se para uma casa na esquina das ruas Laranjeiras e Soares Cabral onde estabeleceria uma "república". Freqüentariam a casa não apenas políticos e jornalistas mas também advogados e intelectuais que ali permaneciam até altas horas da madrugada. Moravam nesta casa, além de Carlos Peixoto: Eloy de Souza, deputado pelo Rio Grande do Norte, talentoso jornalista que se tornaria um dos mais significativos representantes da literatura do Nordeste seco, Primitivo Moacyr, funcionário da Câmara e o já citado Afrânio Peixoto. Discípulo do médico Nina Rodrigues, Afrânio até então fora Inspetor de Saúde, Diretor do Hospital de Alienados e professor na Faculdade de Medicina da capital. Havia retornado recentemente ao Brasil após dois anos em viagem de estudos na Europa. Poucos anos mais tarde Afrânio assumiria a cadeira de Euclides da Cunha – seu amigo e também freqüentador da *república* de Carlos Peixoto – na Academia Brasileira de Letras. Outro político muito visto na casa das Laranjeiras era o deputado gaúcho James Darcy – amigo inseparável de Peixoto[135] – além do Almirante Alexandrino de Alencar, futuro ministro da marinha de Afonso Pena.

Contavam com outra alternativa os seguidores do senador Pinheiro Machado que poderiam sempre encontrá-lo em seu palacete situado na rua Guanabara, no alto do Morro da Graça. Os correligionários mais íntimos de Ruy Barbosa dirigiam-se para seu belo sobrado

[134] RIBEIRO, Leonídio. O Jardim da Infância e Afrânio Peixoto. *Revista do IHGB*. P. 100.
[135] FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo*. P. 196.

sito na rua São Clemente. Curioso exemplo nos é dado por outro chefe político do nordeste, o pernambucano Rosa e Silva, senador da República desde 1896. Em descrição feita por Robert Levine, Rosa e Silva se distinguia dos outros caciques do seu tempo: tinha aversão à violência gratuita, vestia-se impecavelmente e apenas em ocasiões excepcionais trocava o Distrito Federal por seu estado. Quando isso ocorria, tratava rapidamente as querelas políticas sem por os pés em terra firme, de um navio ancorado na baía de Recife ali de passagem rumo à Europa. Tinha uma ampla rede de alianças que se estendiam para além das oligarquias de Pernambuco passando pelos Maltas de Alagoas, aos Artur Reis, na Bahia, aos Aciólis no Ceará e aos Justo Chermont no Pará.[136]

Na primeira década do novo regime assistimos nos estados a emergência de lideranças regionais não homogêneas somadas a um período conturbado, social e economicamente. Aos chefes políticos cabia a tarefa de negociar com os municípios e calcular o prestígio a ser distribuído entre monarquistas, adesistas e republicanos históricos no mapa das forças clânicas do estado. A contrapartida dos poderes locais era o seu comprometimento em fazer a máquina funcionar para o bem das situações estaduais. Por mais que estas instâncias de poder operassem dentro de um compromisso e tivesse na lei sua instrumentação jurídica, dissensões no interior do sistema eram possíveis, explicitadas na coexistência de lideranças oligárquicas dentro de um mesmo estado.

Minas Gerais se dividia em três principais grupos políticos na virada do século, a saber: os silvianistas e os salistas na região sul e os biistas na região central. Em dezembro de 1897 se dá o encontro decisivo em Belo Horizonte no qual o Partido Republicano Mineiro é reestruturado. Estas forças, representadas no interior da Comissão Executiva do Partido Republicano Mineiro, centralizavam a tarefa de composição das chapas "oficiais" para as eleições: escolhiam quem poderia concorrer e quem poderia ganhar.[137]

No caso baiano, as forças políticas estavam divididas pelas figuras de seus governadores entre os severinistas, partidários de Severino Vieira (1900-04) e os marcelinistas, ligados a José Marcelino de Souza (1904-08). O governador Severino Vieira, quando da época da presidência Campos Sales, também articularia a criação de um Partido Republicano em seu estado nos moldes da "política dos governadores".[138] Outra força baiana em ascensão neste momento era Joaquim Seabra, experiente parlamentar e Ministro da Justiça de Rodrigues Alves.

---

[136] LEVINE, Robert M. *A velha usina: Pernambuco na federação brasileira (1889-1937)*. P. 128.
[137] WEINER, Jerry T. *Afonso Pena: Minas Gerais and the transition from empire to Republic in Brazil*. P. 163.
[138] Introdução de Francisco de Assis Barbosa a ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e. *Idéias econômicas de Miguel Calmon*. P. 30.

Pernambuco, quarta força parlamentar nacional com 17 deputados, também viveria um período de institucionalização partidária sob o domínio de Rosa e Silva entre os anos 1896 e 1911. Após um período de incessantes intervenções federais e de profundo desacordo entre históricos e adesistas nos primeiros anos do novo regime – Pernambuco não teria nenhum republicano histórico entre seus governadores em toda a primeira República – finalmente aquele estado encontraria a direção que lhe daria o título de "porta-voz dos estados do Norte".[139] Gradualmente estes instrumentos de recrutamento e regulagem fina da máquina política teriam que ser ajustadas. A tarefa de unificação da política estadual sob os Partidos Republicanos se mostraria um exercício sob permanente vigilância, onde o nível de controle das lideranças estaduais sobre suas forças internas variava de estado para estado.

Os interesses também entravam em conflito se adotamos o recorte econômico. O café, mais valioso suporte orçamentário do país seria, no caso mineiro, o fundamento da força política desfrutada pelas regiões Sul e Zona da Mata. São Paulo contava com uma terra mais valorizada, de melhor fertilidade, produzindo os grãos de melhor qualidade – os tipos mais elevados de café. Seu projeto de imigração de mão de obra e transposição do trabalho escravo para o livre teve um sucesso não alcançado em qualquer outra parte do país. Os mineiros do Sul, aparentados a São Paulo, defendiam a limitação das exportações de café aos tipos mais nobres. Alimentada por tais diferenças, nos primeiros anos da República essa mesma região havia ensaiado um mal-sucedido movimento separatista sediado na cidade de Campanha. Como nos informa Jonh Wirth, com essas diferenças, raramente os cafeicultores tinham os mesmos interesses, assunto que voltaremos a abordar quando tratarmos do Convênio de Taubaté.[140]

Como nos informa Maria Efigênia Lage de Resende, Campos Sales já contava com os grandes estados – São Paulo e Minas Gerais – quando da formulação de sua política. A história da República até 1898 assistira o período de maturação dos partidos estaduais. Para esta autora, a "política dos governadores" de Campos Sales importara o modelo norte-americano que pressupunha a co-existência de uma dualidade de forças expressas pelas esferas federal e estadual. Essa política representou, de certa maneira, o corolário de um sistema político fundado no poder estadual. Data de 1899 uma visita do recém-empossado Presidente da República Campos Sales a Minas Gerais, ocasião em que recebe do governador mineiro Silviano Brandão o "apoio incondicional" à realização de sua política.[141] Para Maria

---

[139] LEVINE, Robert. Ibidem. P. 126

[140] WIRTH, Jonh D. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira (1889/1937)*. P. 82.

[141] RESENDE, Maria Efigênia Lage. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906)*. P. 161.

Efigênia Lage, este momento significaria uma mudança de *status* na relação entre o poder federal e o estado de Minas Gerais. Os desejos autonomistas de Minas Gerais encontrariam finalmente uma direção, sendo ultrapassadas as fases de subserviência relacionados aos anos Cesário Alvim/Deodoro da Fonseca bem como aos anos seguintes ao golpe de Floriano Peixoto quando então quem operou a política de conciliação com o poder federal foi Afonso Pena.

Campos Sales teria que enfrentar um quadro de grave recessão econômica, o desprestígio do exército e a falta de continuidade administrativa no poder público, incessantemente interrompida por substituições em ministérios. O Governo Federal não poderia negociar com resistências parlamentares sobre assuntos econômicos. Para isso buscaria aprovar uma reforma no Regimento interno da Câmara para as eleições da legislatura de 1900 que tratasse principalmente do processo de reconhecimento de poderes. O Presidente da Câmara nas sessões preparatórias, durante as quais as diplomações eram realizadas, deixava de ser o deputado mais velho – critério que poderia representar surpresas entre os novos eleitos – passando a ser aquele que havia presidido a Câmara no ano anterior. Uma vez conhecido antecipadamente o nome do Presidente, eram constituídas as Comissões Parlamentares de Reconhecimento de Poder encarregadas de apurar a montanha de atas de votação chegadas de todo o país e proceder à diplomação de seus *legítimos* vencedores. Com as degolas promovidas nessa instância àqueles elementos que porventura conseguissem transpor as fraudes em nível regional, concebia-se um Parlamento disciplinado e com poucas vozes discordantes a política econômica daí em diante promovida. É nesse contexto que observamos a consolidação de um dos mais influentes nomes da política republicana pelos próximos 15 anos: Pinheiro Machado.

Nascido a 8 de maio de 1851 na cidade de Cruz Alta no estado do Rio Grande do Sul, Pinheiro Machado quando ainda estudante alistara-se no exército – sem consentimento ou conhecimento de sua família – para combater no Paraguai. Fez-se ali oficial embora em seguida deixasse o exército para tornar-se estancieiro. Mais tarde, em 1878, bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. Propagandista ferrenho da República, com o novo regime elege-se senador federal atuando nesta casa como braço direito de Júlio de Castilhos, chefe político inconteste do Rio Grande do Sul desde a implantação da República até 1903, ano de sua morte.

Aderindo à política de Campos Sales, Pinheiro se encarregaria de defender, no Senado, o chefe da nação das acusações de ter subordinado o poder legislativo ao executivo, polêmica explicitada principalmente na continuidade de interesses entre as pastas ministeriais

e as correspondentes Comissões Permanentes no Parlamento.[142] Gradualmente construiria sua reputação de "general das vinte e uma brigadas", eterno vice-presidente do senado[143], identificado como o líder do eixo de poder conhecido por "Morro da Graça". Pinheiro Machado era o tipo de político que se destacava mais pelo magnetismo do contato pessoal do que pelo desembaraço como orador na tribuna parlamentar.[144] Aliás, nas raras ocasiões em que a ocupava, tratava, em sua maior parte, de problemas relativos ao charque produzido por seu estado ou sobre as questões mais cotidianas do dia-a-dia político. Os mais íntimos poderiam também acompanha-lo nas *churrascadas gaúchas*, em passeios a cavalo nas matas ainda desocupadas da cidade ou nas rinhas de galo da antiga capital, este último um de seus passatempos prediletos. Em descrição feita por Augusto Tavares de Lira, um de nossos pesquisados, Pinheiro Machado era "amado e temido, mais temido do que amado".[145]

[142] Discurso de Pinheiro Machado no Senado Federal em defesa do Ministro da Fazenda na sessão do dia 18 de novembro de 1899. MACHADO, Pinheiro. *Discursos do Senador Pinheiro Machado*. P. 131-5.
[143] A esse momento era dada a presidência do Senado ao Vice-Presidente da República.
[144] CARVALHO, Daniel de. *Capítulos de memórias*. P. 70.
[145] LYRA, Augusto Tavares de. O senado da República de 1890 a 1930. In: *Revista do IHGB*. Volume 210, 1951, p. 18.

Figura 2

Pinheiro Machado em charge da revista Fon-Fon

Fonte: Revista Fon-Fon, ano 1, n°1, abril de 1907.

3.2. A tribuna parlamentar

O início dos trabalhos da quinta legislatura (1903-05) iniciava-se sob a sombra provocada pela iminente crise do café. Os problemas com as super-safras arrastavam-se desde as duas últimas décadas no Império e avolumavam-se a cada nova colheita, sempre com projeções nada animadoras. Diversas tentativas de proibir novas plantações haviam fracassado. Considerando-se o tempo de maturação exigido pela planta para produzir grãos – cerca de 5 anos – as previsões de uma verdadeira catástrofe marcada para acontecer nos anos 1906-1910 estavam na ordem do dia. A perspectiva de socorro aos cafeicultores pressionados pelas constantes baixas no mercado internacional era assunto que reverberava pela Capital Federal com as mais diversas cores. Simpatizantes e detratores da ajuda ao mais importante gerador individual de receitas do país procuravam munir-se de argumentos elaborando as mais diversas teorias sobre quais seriam as conseqüências que um plano de tal tipo poderia provocar. Quanto a isso, a invocação da idéia liberal encerraria uma verdadeira cosmologia na cultura política brasileira através da qual se confrontavam, retoricamente, as mais diversas visões do mundo social e econômico.

Tradicional e principal fonte de rendas fiscais no país nesse momento, a lavoura de exportação do café entranhara-se também de tal modo no imaginário político que difíceis eram quaisquer contestações à sua hegemonia que pudessem se traduzir em projetos de desenvolvimento estranhos aos seus interesses. As distorções eram muitas. A legislação que destinava as receitas de importação à União e as receitas de exportação aos estados acabou por gerar uma acentuada desigualdade federativa que incidiria nas políticas de estado daí em diante. Aos estados mais dependentes das rendas do café deveria caber a maior parte do esforços para defender os interesses deste setor. No topo da lista dos estados com maiores receitas advindas do café ficava o estado de São Paulo, o mais rico da federação, seguido por Minas Gerais – este o mais populoso – e pelo Rio de Janeiro. O mundo do café reclamava para si condições somente proporcionadas por políticas de estado: estradas de ferro cujos traçados fossem economicamente orientados pelas grandes fazendas, crédito abundante, portos modernos e eficientes além de uma política cambial favorável à atividade exportadora. Soma-se a isso as reiteradas exigências de fretes de transporte e custos de estocagem mais baratos. O alto valor político que exigências dessa magnitude demandavam eram lastreadas pela dependência que os grandes estados possuíam das receitas advindas do imposto de exportação do café.

Um caso ilustrativo das ajudas oferecidas ao setor cafeeiro seria aquele protagonizado por Carlos Peixoto Filho, estreante na arena federal.[146] A família Melo Franco tinha por base política a Zona da Mata mineira, mais precisamente o município de Ubá. Sendo a Zona da Mata juntamente com o Sul as mais proeminentes regiões cafeicultoras do estado, seria razoável esperar que a região se preocupasse em enviar à Câmara Federal representantes de seus interesses. Entretanto, em dezembro de 1903, fora apresentado um texto que previa a redução de impostos aos produtos importados de países que concedessem, em contrapartida, livre entrada ou redução de impostos ao café brasileiro. Carlos Peixoto adiciona um trecho excluindo do benefício da redução de impostos os produtos importados que encontrassem similares na indústria brasileira. Defendendo-se das repreensões de que uma proposta deste tipo estava além da vontade do governo brasileiro e que demandava tempo para ser posta em prática – eufemismo para a violação de acordos internacionais – Carlos Peixoto rebateria afirmando que, a prevalecer na lei o texto original do projeto, ela seria completamente inútil. Segundo este, os orçamentos nacionais dos países compradores do café já estavam completamente ajustados às receitas oriundas das empresas compradoras do artigo brasileiro. Jamais eles abririam mão destas receitas. A lei só teria aplicação aos países que começassem ou então os que incrementassem a compra do café brasileiro. Afirmaria por fim que apesar de representar uma região cafeicultora jamais aceitaria ajudas ao café que prejudicassem as indústrias nacionais. Apesar da rejeição à sua emenda, Carlos Peixoto se mostraria atento à idéia protecionista. Acreditava mais na força dos grandes temas econômicos para o adequado tratamento dos problemas nacionais do que nos partidos políticos, pelo menos tal como estes até então haviam se configurado na República. Esta descrença na estrutura partidária de então, compartilhada por outros de nossos pesquisados, voltará a ser abordada ainda neste capítulo.

Peixoto teria uma carreira fulminante na Câmara Federal. Começa a destacar-se no Parlamento após o caso protagonizado pelo deputado gaúcho Alfredo Varela. Utilizando-se de sua imunidade parlamentar, Varela invadira uma delegacia da capital com uma multidão de correligionários para libertar um homem que havia sido preso durante um comício seu. O caso inflama o Parlamento e Peixoto se indispõe com vários outros deputados ao defender veementemente a cassação do mandato de Varela. Até 1903 Peixoto fora Deputado Estadual sendo alçado à Capital Federal pelas mãos de Francisco Sales. Em 1904 seria elevado à liderança da bancada mineira nesta casa e no ano seguinte passaria a integrar a prestigiosa Comissão Executiva do Partido Republicano Mineiro. Consolidaria, desta forma, o seu nome como líder inconteste da maior bancada na Câmara, com 37 cadeiras. No exercício de sua

[146] Sessão de 19 de dezembro de 1903. *Annaes da Câmara dos Deputados*. Volume 8, 1903, p. 967.

liderança da bancada mineira é que se daria o início de sua rivalidade com o gaúcho Pinheiro Machado.

Aliás, a tribuna parlamentar é o domínio da retórica por excelência. É o local onde os grandes problemas do cotidiano nacional ganham contornos jurídicos e econômicos, debatidos sempre dentro da gravidade e do respeito pelos quais reza o decoro parlamentar estabelecido no Regimento. O tema desenvolvimento econômico, a nosso ver, foi o mais importante desdobramento da idéia protecionista. Através do protecionismo uma infinidade de projetos de nação que negavam ou consideravam a liberdade de forças no desenvolvimento do país encontravam um espaço para o confronto político.

No entanto, críticas à supremacia do café após as super-safras do fim do século XIX tornaram-se comuns na câmara. Projetos que facilitassem a formação de cooperativas de pequenos ou grandes produtores surgiam sob as mais diversas formas. Uns defendiam como podiam os interesses de seus agrupamentos políticos. Outros traziam consigo um debate mais amplo à estrutura social brasileira, profundamente agrária neste momento. Entre exemplos de propostas apresentadas citamos as do mineiro David Campista, que defenderia a instituição do crédito agrícola e a de Leovigildo Filgueiras, deputado pela Bahia, que defenderia a instituição do *Homestead* no país.

Ao longo do ano de 1904, David Campista trataria prolongadamente questões relativas à popularização do crédito agrícola. Conforme afirmamos anteriormente, a predominância de bancos europeus e americanos era vista como um de nossos escândalos mais flagrantes, ilustrativo das deficiências de nosso sistema financeiro. Campista nos aponta que uma nova regulamentação do crédito seria uma ferramenta criteriosa a fornecer ajuda aos pequenos núcleos agrários, desprotegidos pela inexistência de legislação apropriada à matéria e sufocados pela opressão dos bancos estrangeiros que aqui atuavam. A imagem de que "o crédito hipotecário sustenta o lavrador assim como a corda sustenta o enforcado" era um entrave cultural enraizado ao longo de décadas e de complexa e longa solução. O crédito, desde a crise do encilhamento, ficara vinculado como coisa maldita, incapaz de recuperação. David Campista, no entanto, acreditava que a disseminação do crédito – ferramenta de acesso facilitado à população nas grandes potências agrárias mundiais de então – seria uma forma de estimular o cooperativismo e o mutualismo entre os produtores. Isso seria feito através de uma federação de bancos agrícolas que se encarregariam de avaliar os pedidos com maior proximidade, respeitadas as particularidades regionais. O mais importante em sua iniciativa era o fato de que estes bancos deveriam ser privados. Opondo-se à subvenção do Estado nessa matéria, Campista acredita que esta destrói o espírito cooperativo. Ao Estado caberia apenas

criar os princípios de direitos necessários ao funcionamento de tais cooperativas de crédito, devendo o Estado ser afastado de qualquer subvenção pecuniária. Em tempos de uma crise iminente do café, Campista afirmaria que a era deste produto, como a do açúcar, já havia passado. As fracassadas tentativas de proibição da plantação de novos pés no estado de São Paulo eram sua constatação mais óbvia. Sustentando este argumento, o crédito agrícola era tomado como uma ferramenta capaz de desviar a atenção de um ramo de atividade econômica já saturado. O principal motivo das mal-sucedidas experiências de crédito no país, para David Campista, era o seu emprego em setores com poucas perspectivas de expansão. O crédito deveria necessariamente significar enriquecimento e desenvolvimento nacional e tanto mais valiosas eram as propostas quanto elas fossem capazes de retirar o excesso de atenção depositada no café.

O que David Campista nos aponta neste momento com esse projeto é seu desejo em apresentar propostas que não apenas se prestassem a socorrer a lavoura mas que também estimulassem no Brasil a iniciativa particular. Entretanto, Campista compreendia a deficiência na disseminação do cooperativismo bem como a importância com que o café contribuía para as receitas estaduais. Exemplo do liberalismo aplicado com moderação e critério que concluiria:

> Não sou dos que entendem que o Estado deve regular a matéria, mas sou dos que entendem que, principalmente em paiz novo, sem nacionalidade, como o nosso, o Estado deve intervir nas grandes manifestações da atividade nacional, senão regula-las em seus detalhes, ao menos para favorecer o desenvolvimento do próprio indivíduo. E nessa matéria eu seria uma mistura de individualismo e socialismo, mas sou mais solidarista.[147]

O projeto que regulamentava o crédito agrícola proposto por David Campista tornaria-se lei. Resultaria em uma reforma no Banco do Brasil a partir da qual este deixaria de possuir agências apenas na Capital Federal, estendendo sua atuação por todo o país. Conforme tratamos no segundo capítulo, Campista já acumulara uma experiência de três anos ao comando da agência de imigração mineira sediada na Itália. Estava capacitado a discutir as dificuldades e os exemplos nacionais e europeus a serem seguidos para esta matéria. Acumulara também experiência à frente da Secretaria de Finanças do governo Silviano Brandão. Chegava a esta legislatura como um dos integrantes da Comissão de Orçamento, uma das mais importante da Câmara. A julgar as intervenções realizadas por outros parlamentares, Campista se encontrava em um nível diferenciado dentro do Parlamento,

[147] Sessão de 25 de julho de 1904. *Annaes da Câmara dos Deputados*. Volume 3, 1904, p. 436.

estando capacitado a sustentar, teórica e retoricamente, suas opiniões. Em poucos anos, David Campista se encontraria na situação de promover uma grande reforma política de cunho cambial e tarifário expressadas na obra do Convênio de Taubaté. Assumiria o compromisso, primeiro como deputado federal e depois como Ministro da Fazenda, de implementar um plano de socorro aos cafeicultores retirando do mercado o excesso da produção mediante um grande empréstimo externo, assunto que trataremos mais adiante.

Leovigildo Filgueiras, que até esse momento, entre nossos personagens, era o que possuía mais longa carreira parlamentar – já acumulava 10 anos de casa – apresenta um projeto alternativo para a questão cooperativa agrária. Iria buscar nos EUA sua proposta de *Homestead*, há muitos anos por ele apresentado na câmara mas que se encontrava engavetada.

O *Homestead* tornara-se um popular dispositivo legal primeiramente adotado nos EUA em meados do século XIX com a finalidade de promover o estabelecimento de núcleos familiares no interior do país em terras incultas da União. No Brasil a primeira diferença seria que aos estados da federação se dava o controle das terras devolutas e a estes caberiam regulamentar tais concessões para fins de colonização. Esse método de estímulo à colonização, tal como adotado nos EUA, previa a isenção completa de obrigações do arrendatário por cinco anos ao fim dos quais lhe era concedido seu título definitivo de propriedade. No entanto, o que propunha Leovigildo Filgueiras era uma alteração na idéia do *Homestead*. Desejava o deputado baiano instituí-lo não para sua concessão a pequenos proprietários, mas para os imóveis em geral: partes integrantes de fábricas e refinarias de açúcar ou engenhos.

Acreditamos que esta alteração fundamental aplicada por Filgueiras à idéia de *Homestead* vinculada ao desvio de foco quanto às classes beneficiadas, voltava-se à regularização da situação de posse de propriedades fundiárias. Seu projeto não se referia, como no caso norte-americano, ao estabelecimento de núcleos familiares para fins de colonização. No caso americano, a julgarmos os relatos de deputados que em seus discursos referiam-se à "grande nação ao norte", as medidas de estabelecimento de núcleos familiares no campo lá adotadas vinham acompanhadas de uma melhor regulamentada legislação. Ao se discutir o problema fundiário no Brasil era comum a invocação de exemplos das potências econômicas de então e principalmente de seus *aparatos financeiros*: bancos com linhas de crédito regulamentadas; política cambial estável com uma cotação da moeda nacional em nível nem alta nem baixa mas constante, a permitir visualizações de longo prazo entre receita e gastos; tarifas aduaneiras atentas à seleção dos setores a serem protegidos, estabelecendo-se, assim, uma ferramenta a regular a atividade e a longevidade de indústrias produtivas e

improdutivas; e por último a disseminação de escolas agrícolas e faculdades especificamente voltadas para a economia, administração e comércio. Pudemos perceber uma rotina no que se refere às discussões sobre tais pontos. A percepção compartilhada na câmara sobre a inexistência de uma base legislativa e econômica – cambial, tarifária e bancária – somadas à ausência de uma cultura de cientificização da prática agrícola faziam com que tais propostas, voltadas para a "colonização do interior", fossem recebidas com muita frieza, até mesmo como uma ingênua fantasia. Propostas como a de Leovigildo Filgueiras, mais preocupadas com a concessão de favores a setores economicamente e politicamente institucionalizados, geralmente contavam com uma melhor receptividade na câmara.

3.3. O protecionsimo

Uma outra abordagem, inclusive mais popularizada, para se debater problemas econômicos era aquela proporcionada em torno da idéia protecionista, sem bancos agrícolas ou concessões de terras. Neste ponto o deputado mineiro João Luís Alves, que havia tratado do tema no Congresso Comercial e Agrícola de Belo Horizonte em 1903, se destacaria na proposta de uma lei que levaria seu nome quando de sua aprovação. Alves acreditava no protecionismo não como uma doutrina rígida, mas como uma questão a ser discutida conforme as necessidades práticas e atuais de cada país. Não se declararia nem um protecionista exagerado nem um livre-cambista ferrenho. O protecionismo, como nos aponta Alves, não se daria apenas por *medidas protecionistas*, especificando aqui a questão tarifária.[148] Esta daria espaço também para a formulação de políticas que previssem prêmios e a diminuição de custo de transportes. A mesma fonte da qual os governos estaduais e a União tiravam os recursos para a manutenção dos serviços públicos era a que fazia a ira dos produtores preocupados em tornar mais competitivos os preços de seus produtos frente à concorrência estrangeira.

As questões relativas a imposto eram sempre delicadas, com muitas resistências no Parlamento. Isso porque cortes nessa área implicavam, principalmente, e readequação dos gastos (obras públicas, folha de pagamento do funcionalismo, serviço das dívidas) ao desfalque na receita. João Luis Alves, no entanto, citaria uma extensa lista de países economicamente mais desenvolvidos, entre os quais França, EUA e Alemanha, que haviam alterado suas tarifas no sentido de proteger os produtores nacionais. Repete a velha idéia, entranhada em grande parte das elites de então, do exemplo norte-americano a ser seguido.

[148] Sessão em 28 de julho de 1904. *Annaes da Câmara dos Deputados*. Volume 3, 1904, p. 501.

Este país, para Alves, continuava um modelo econômico a ser constantemente invocado como modelo na questão econômica por equivaler-se a nós como país novo, pois "é lá que havemos de beber os ensinamentos já experimentados de uma boa política econômica, que tem feito a grandeza daquela nação, grandeza que espanta o mundo inteiro".

A política econômica dos primeiros anos do novo regime provocou no Brasil uma violenta depreciação cambial. No caso mineiro, Amílcar Martins nos aponta que esta recessiva conjuntura econômica levou o estado a concentrar sua atividade produtiva, nas regiões Sul e Zona da Mata, no café e em laticínios. Isso provocou um desvio de atenção dos gêneros alimentícios de consumo interno que apenas em 1899, após uma crise de super-produção de café, começaria a se desfazer. Desse momento em diante as fazendas mineiras passam a dedicar uma crescente parte de suas áreas à produção de laticínios, carnes e cereais. Minas Gerais também se distanciaria ainda mais do estado de São Paulo que se consolidava como a maior potência cafeeira entre os estados da federação.[149] Outros problemas que não apenas os ligados ao problema da produção interna de alimentos geravam preocupação no Brasil de então. João Luis Alves a esse respeito afirmaria que seu trabalho é protecionista e nem poderia ser diferente:

> Como não proteger a produção de um paiz que importa tudo, podendo exportar ao menos os produtos de sua agricultura, paiz dotado de um solo ubérrimo e feracíssimo que importa: gado, fio de algodão, peles e couros, xarque, badha, manteiga, queijos, frutas, arroz, feijão, milho, alhos e cebolas, batatas, farinha de trigo, pinho, palhas para cigarros, palitos, telhas, ladrilhos e canos de barro e ferro guza. Nação fraca, sem trabalho organizado, como pode entrar em franca luta com as nações estrangeiras?[150]

Em sua fala, Alves procurava distinguir o que seria uma proteção franca à matéria-prima produzida no país daquela que seria uma proteção exagerada. Como Alves nos aponta, um projeto puramente livre-cambista e generalista acarretaria aquilo que os teóricos protecionistas moderados mais procuravam evitar: proteção a indústrias inviáveis, abertura das alfândegas do país, estabelecimento de uma tarifa aduaneira puramente fiscal, desvinculada de uma ação desenvolvimentista. Tudo isso ainda poderia significar um aumento do imposto sobre o consumo para cobrir déficits orçamentários.

A proposta de Alves sofreria críticas, entre elas a do deputado paulista Galeão Carvalhal. Este nos sugere que o Brasil não poderia dar mais um passo sequer em termos protecionistas. O capital empregado tanto na lavoura quanto na indústria mereceria todo o

---

[149] MARTINS FILHO, Amílcar Vianna. *The White Collar Republic. Patronage and Interest Representation in Minas Gerais, Brazil, 1889 – 1930.* P. 36.

[150] Sessão em 28 de julho de 1904. *Annaes da Câmara dos Deputados*. Volume 3, 1904, P. 505.

respeito que as medidas protecionistas sugerem, mas o impacto nas contas do governo seria inevitável. Além disso, Carvalhal soma ao problema orçamentário a questão da mão-de-obra implantada até então no país. Medidas protecionistas sempre dariam margem para a proteção, à custa do tesouro, de indústrias ineficazes em um país ainda não povoado convenientemente, incapaz de oferecer vasto campo de consumo para os produtores. Seria ainda uma condição primordial para o país, como ainda nos informa o deputado paulista, que se realizasse a *boa imigração espontânea* que aqui fixasse residência e que aqui gastasse sua renda. Carvalhal assim fundamentava a associação do protecionismo às industrias *viáveis*, ou seja, aquelas com importância já consolidada e que não dependiam da demorada formação de um mercado interno robusto a oferecer lucratividade aos seus empreendedores. O mercado externo constituía, assim, um imperativo a ser preservado pelas rendas decorrentes do imposto de exportação, tão valiosas para as receitas públicas. De nada adiantaria comprometer as finanças nacionais com atividades ineficazes.

Tal tipo de postura enfurecia o empresariado nacional. O projeto de lei proposto por João Luís Alves seria calorosamente defendido pela Confederação Industrial do Brasil conforme boletim referente aos anos 1904-05. O empresariado ainda convivia com um modo de pensar, muito difundido no meio político, que postulava a inexistência de uma indústria nacional, até então qualificada de artificial e pouco digna de proteção. O boletim citado faria menção ao velho desafio proposto pelos defensores das importações. Estes diziam à indústria nacional – cresçam e apareçam – ao que eram retrucados pelos industriais – garantam-nos os meios e cresceremos. Para o empresariado, o sistema livre-cambista há muito se esgotara, observados os progressos econômicos dos EUA, da Alemanha, da Rússia e da Itália em muito derivados da atenção dada pelos governos destes países às suas indústrias na forma de *trusts* resultando indiscutível a vitória do protecionismo.[151]

As invocações feitas às idéias de uma nação jovem, sem mão-de-obra qualificada e de território pouco ocupado assim serviam a dois senhorios simultaneamente. Aqueles que bradavam a proteção da economia nacional como condição de seu desenvolvimento conclamavam as imagens da "infância" do Brasil exatamente por esta *explicar* uma ajuda originada no Estado: como estabelecer condições pacíficas para os produtores prosperarem se eles estariam entregues aos leões da competitividade estrangeira? Por outro lado, os detratores da idéia protecionista argumentavam que, quando constatada a ineficácia reinante na gerência de diversos setores da economia, tudo o que estes mereceriam era exatamente serem jogados

[151] As tarifas e o desenvolvimento das Indústrias Nacionais. Boletim da Confederação Industrial do Brasil. STREET, Jorge. *Idéias sociais de Jorge Street*. P. 129.

aos leões, salvando-se os mais competentes. O protecionismo assim se prestava a alimentar a retórica política de então tanto para grupos de interesse específico, para os que transitavam ao sabor do contexto por seus diversos matizes e àqueles de interesse mais amplo e desenvolvimentista, que acreditavam ser o protecionismo a solução adequada para os problemas do empresariado.

Em uma seqüência de correspondências, João Pinheiro e Pandiá Calógeras discutiriam os fundamentos do protecionismo e sua aplicabilidade. Pinheiro contava com uma decisiva experiência empresarial como proprietário de uma grande indústria cerâmica em Caeté, Minas Gerais. Este fato provavelmente o levaria a ter sentido na pele as contingências da atividade empresarial levando-o a consolidar uma postura protecionista, ainda que criteriosa.

Falando a Calógeras, Pinheiro lamentaria a má sorte da indústria e da agricultura nacional reclamando maior proteção à indústria nacional. No entanto, Pinheiro afirmaria, indo além do dualismo proporcionado pelo protecionismo, que aquilo que mais atrapalhava o país era a pobreza de seu povo. Não se referia apenas à baixa capacidade de consumo interno ou à fome mas a ausência de uma política desenvolvimentista via educação. Para Pinheiro, o pior de tudo era que o mal vinha de cima para baixo:

> É preciso reagir resolutamente, criar os meios técnicos, fazer guerra o burro de cangalhas, botar carroça onde não possa botar automóvel para mercadorias, estradas de ferro de bitola estreita onde não sejam possíveis as de bitola larga. Ensinar o povo a plantar batatas, mas garantir-lhes a renda. Colocar no país homens como o dr. Gorceix (...) mandar vir outros de experiência e competência como fez o Japão. E lembrar um homem que este Brasil e estas Minas andam a brigar por causa dos punhados de coronéis da guarda nacional e das nomeações de subdelegados de polícia![152]

A experiência política e empresarial de Pinheiro o levaria a possuir uma afiada opinião sobre o regime republicano que até então se desenrolara. Em manifesto redigido por ocasião do lançamento de sua candidatura ao Senado Federal em janeiro de 1905, ocasião que marca também seu retorno à vida política, Pinheiro demonstraria sua impressão da política que abandonara em 1893 e a qual agora retornava. Primeiramente procura diferenciar sua decisão de deixar a vida pública ao afirmar que nada tinha a ver com "a banalidade das alegações de que *não fora esta e República de meus sonhos*[153]". A descrença até então alimentada por Pinheiro em relação aos partidos políticos nos aponta a falta de compromisso

[152] Carta de João Pinheiro a Calógeras em 25 de fevereiro de 1905. AJP, caixa 12, número 1620, APM.
[153] Candidatura ao Senado Federal, PINHEIRO, João. *Idéias políticas de João Pinheiro*. P. 167.

do espaço político com a excelência administrativa. Impregnada por lutas pessoais, pela política como profissão e por agrupamentos partidários indiferentes a qualquer compromisso programático, a República que nos é delineada por João Pinheiro necessitava de um movimento que resgatasse o vigor identificado a vários de seus propagandistas. Deixando sua indústria cerâmica no interior de Minas para passar boa parte do ano na capital federal, Pinheiro acreditava que o novo regime se abstivera de realizar as transformações idealizadas ainda na Monarquia:

> Assim não foi. Aos programas sem sinceridade, na monarquia, sucederam os partidos sem programa, na República; a conquista do poder, antes como depois, foi o ponto culminante de extremação partidária, na mais desmoralizadora das pugnas, a da baixa politicagem, constituindo mesmo uma indústria, - a de viver do orçamento.[154]

Havia aqueles que de forma alguma consideravam a conjuntura como um peso a ser considerado quanto a proteção das indústrias. João Pandiá Calógeras se distinguiria em nosso grupo de pesquisados por uma grande aversão a idéia protecionista, uma solução a ser utilizada apenas em situações extremas. Solidificaria, desde já, uma postura francamente liberal em uma extensão de assuntos que abarcam desde a economia até a seleção de valores individuais. Pandiá Calógeras, em resposta a João Pinheiro pouco antes deste chegar ao Senado, também se queixava da politicagem profissional. Muito do sentimento de frustração expresso por Calógeras em relação à jovem República era gerado por um talento aparentemente infinito dos políticos em descreverem os problemas nacionais acompanhada por uma incapacidade sem limites de nunca conseguirem resolver estes mesmos problemas. Disso resultava uma enorme desconfiança geral pelo espaço político. Calógeras, a esse respeito, desconsiderava a teoria protecionista como fórmula geradora de soluções universais. Para este, o poder retórico dos discursos e das leis promulgadas referentes aos incentivos tributários ou tarifários era um sintoma claro da deficiência de ação nacional. Afirma que a geração a que ele e seu amigo João Pinheiro pertenciam deveriam comprometer-se com a ação e a verdade, acima de tudo, ainda que lamentasse ter encontrado tão poucas pessoas em sua vida que pensassem por esta forma. Sobre o retorno de Pinheiro à política federal comentaria ainda Calógeras: "Vais agora para o Senado cuja hesitação e moleza chegam a exasperar por agir; mais uma vez verificareis esta verdade e contra empenharás luta forte! Conta comigo para auxiliar-te na Câmara". [155]

---

[154] Idem, P. 169.

[155] Carta de Calógeras a João Pinheiro em 28 de fevereiro de 1905. AJP, caixa 12, número 1621, APM.

Calógeras, por seu perfil acentuadamente intolerante, nos aparentou ter acumulado até então uma experiência desgostosa com a política. Curiosoamente ele ainda permaneceria no centro da vida política nacional por décadas, estendendo sua carreira para além do outubro de 1930.

3.4. A engenharia política eleitoral e partidária

Percebemos em outros personagens por nós pesquisados uma declarada aversão ao modelo de agrupamento político vigente neste momento. Como nos aponta Gontijo de Carvalho, tanto Carlos Peixoto Filho quanto David Campista simplesmente não acreditavam em partidos políticos.[156]

Carlos Peixoto era adversário de organizações partidárias permanentes e repudiava o hábito dos "Partidos Rotatórios" que haviam feito do jovem regime republicano uma mal remendada cópia do regime monárquico.[157] Preferia aquilo que nomeava "longa política": aquela que servia ao seu sentido mais nobre quando orientada pelos problemas econômicos. Como nos informa Venâncio Filho, muito da desconfiança de Carlos Peixoto pelo sistema partidário até então praticado derivava de sua incapacidade em desempenhar a função de transmissora de idéias e programas. O presidencialismo brasileiro havia tornado os partidos políticos em mero instrumento de interesses pessoais. Admirador de Alberto Torres, Ministro do Superior Tribunal Federal quando da sua chegada ao Rio de Janeiro, Peixoto incorporaria muito de sua causticante visão dos problemas nacionais. Torres seria identificado décadas mais tarde por sua obra de cunho nacionalista-autoritário com impiedosas críticas à dispersão programática nacional e ao fracasso republicano, exemplificados nas *peregrinações* às *cegas* em terreno econômico e na decadência dos costumes eleitorais – verdadeira base do sistema representativo e título dos governos democráticos. Segundo Manuel Duarte, Carlos Peixoto também recusava o modelo partidário centrado em órgãos estaduais. Como nos aponta este autor, Peixoto acreditava que a vida política nacional deveria ser o ponto condensador e coordenador dos elementos regionais, restringindo, desta forma, a ação do sultanismo regional. Curiosamente, desde 1905 Carlos Peixoto passou a integrar a Comissão Executiva do Partido Republicano Mineiro, a chamada *Tarasca*, órgão modelar do coronelismo nacional durante a Primeira República. Certamente um caso de que a sobrevivência na arena política se

[156] CARVALHO, Antônio Gontijo de. *Ensaios biográficos*. P. 160.
[157] PEIXOTO FILHO, Carlos. *Discursos Parlamentares de Carlos Peixoto Filho*. P. 664.

via permanentemente comprimida pela submissão ao trato da coisa política interiorizado pelos atores dos mais variados graus hierárquicos.[158]

Campista fundamentaria sua crítica às agremiações políticas nacionais em suas leituras do sociólogo bielo-russo Moisei Ostrogorsky, um dos pais da sociologia moderna ao lado de Max Weber e pioneiro na pesquisa de máquinas partidárias européias e norte-americanas na virada para o século XX. Para Campista, a organização partidária tal como se dava servia mais à fragmentação das opiniões do que à solução de problemas. Nesse sentido, defendia que a política deveria operar o agrupamento de suas forças em torno de um objetivo comum e não a adaptação dos problemas às vicissitudes partidárias. Acreditava que a evolução social haveria de desembocar em um outro método de ação política – as ligas temporárias – segundo as questões, em vez dos partidos permanentes.

João Pinheiro também se indispunha com o rumo dado à idéia partidária na República. Criticava a existência de "partidos de políticos, feitos por políticos e para políticos". O partidarismo, a política do empreguismo e da posse do poder – heranças do regime monárquico – simbolizavam o grande fracasso da experiência republicana. Ao não romper com o hábito das agremiações parasitárias o novo regime perigava sofrer do mesmo mal que havia derrubado a monarquia: a indiferença perante a opinião pública[159].

João Pinheiro havia deixado o comando de sua indústria cerâmica ao ser escolhido para suceder Francisco Sales no governo do estado. Como nos aponta a seguinte correspondência, Sales, que agora ia para o Senado Federal, havia sido o principal responsável pelo retorno de Pinheiro à vida pública. Suprimira as pressões políticas oriundas das diversas regiões do estado representadas na Comissão Executiva do PRM: tanto aos partidários de Bias Fortes, ligados ao centro do estado, quanto ao das "viuvinhas", estes da região sul, que ansiavam Wenceslau Brás para o posto. João Pinheiro estava convencido da grave situação moral da política brasileira:

> Podemos fazer alguma coisa pela pátria? Infelizmente nesses três meses em que tenho sondado a política encontro-a tão ruim como a deixara há 10 anos.
> Tem o Brasil, agora, algum ideal a resolver? Outrora tivemos a Independência. Independentes, tivemos os cem anos quase da monarquia que explorou e estragou os homens públicos, inventou a política como profissão e com o Senado vitalício lançou a semente funesta das oligarquias, que dão agora na República os seus mais danados frutos.

---

[158] DUARTE, Manuel. Carlos Peixoto e seu Presidencialismo. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio, 1918, p. 149 e 150, apud. FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 210.

[159] PINHEIRO, João. *Idéias políticas de João Pinheiro*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980, p. 192.

> Ao tomar o governo, o dr. Salles mostrou-me desejo de que eu voltasse à política, fiz-lhe estas mesmas ponderações e concluí: em nome de que ideal?
> Havia e há um (...) As suas intenções eram realiza-lo e suprimir a politicagem dos municípios (...) criar o ensino técnico para controlar a ação de um funesto bacharelismo, causa principal de todos os males.[160]

E de fato João Pinheiro assumiria o governo mineiro com uma agressiva estratégia de disseminação do trabalho agrícola e povoamento do solo. Em seu Manifesto-Programa como candidato ao governo de Minas defenderia diversas medidas que estimulassem o trabalho familiar. Esta seria uma contrapartida aos numerosos debates que acreditavam pertencer ao protecionismo alfandegário a solução do problema econômico brasileiro, em especial o café. Citando o economista francês Paul Leroy-Beaulieu, demonstraria uma grande afeição pelo exemplo norte-americano que, segundo nos aponta Pinheiro, soube realizar a adequação da colonização européia às necessidades de povoamento de um vasto território deserto. Para além das soluções alfandegárias, Pinheiro acreditava mais na disseminação da pequena propriedade familiar do que da mão-de-obra assalariada. As questões relativas às imagens de nação nova, desabitada, de vasta extensão e de parcos meios de comunicação e transporte eram a própria explicação do atraso econômico brasileiro. Mas em meio aos projetos educacionais e desenvolvimentistas Pinheiro acentuará, no momento de sua chegada ao governo de Minas, que o problema do café era de tal urgência que não poderia ser postergado. O encaminhamento de seu trabalho à frente do governo mineiro renderia elogios de várias pessoas entre as quais Afonso Pena. Em pouco tempo começaria a receber cartas de simpatizantes de sua candidatura ao Catete.

Assunto intrinsecamente ligado à organização partidária de então e outro conhecido escândalo brasileiro, as fraudes cometidas durante o processo eleitoral ganhavam novo impulso após a fase de reconhecimento de poderes e instauração da 5ª Legislatura. Como nos informa Augusto Tavares de Lira, até 1902, diversas tentativas de reformas na lei eleitoral n°. 35 de 1892, que até então gerira todo o processo eleitoral, haviam sido frustradas.[161] Em 1902, tanto o Presidente da República Rodrigues Alves, em sua mensagem anual, quanto a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça da Câmara dos Deputados retomaram o assunto. Esta última apresentaria seu parecer baseando-se em um antigo projeto de lei apresentado por Anízio de Abreu, deputado pelo estado do Piauí. O fundamento do projeto proposto por Abreu era, além de conter a prática da fraude amplamente disseminada em todos os estados da federação, buscar meios de promover uma melhor representação das minorias

[160] Carta de João Pinheiro a destinatário desconhecido em 26 de março de 1905. Caixa 12, número 1626, APM.
[161] Apêndice de Tavares de Lyra à: *Seminário sobre modelos alternativos de representação política no Brasil*. P. 187.

políticas. Este último ponto era o grande desafio democrático que se colocava. Para isso concentrou seu fogo no método de composição das mesas eleitorais no município. A considerarmos os críticos das regras estipuladas na lei n° 35, as situações políticas municipais contavam com uma *margem de atuação* exageradamente ampla na composição das mesas. Conforme tratamos no segundo capítulo, a lei n° 35 reservara ao poder local a tarefa de realizar o alistamento dos eleitores. Até então isso se traduzira na prática em uma verdadeira *escolha* de quem poderia votar além de fornecer meio para que crianças, analfabetos e mortos também escolhessem seus representantes. O poder municipal se encarregava não apenas de conduzir o processo de diplomação de seus componentes – vereadores e agentes executivos – mas também de operar o alistamento para as eleições estaduais e federais. Para o deputado Anízio de Abreu este era o ponto no qual residia um franco e permanente conluio entre o município e a situação política estadual. Nas mãos dos PR's estaduais, a política municipal assim subsidiava a eliminação dos representantes minoritários ao Governo do Estado, à Câmara e ao Senado Federais além da Presidência da República.

A proposta de Anízio de Abreu, que influenciaria decisivamente a nova legislação eleitoral promulgada em 1904 – mais conhecida por "Lei Rosa e Silva" – assim previa a substituição das regras de composição das mesas eleitorais, no alistamento e na apuração dos votos. Abreu entendia que a prática da fraude eleitoral era algo entranhado nos homens públicos, constituindo a própria estrutura legal do regime republicano de então:

> "Quem consultar os papeis eleitorais guardados nos arquivos desta Câmara verá que todas as fraudes, todos os vícios e todos os crimes que se notam em várias actas são apadrinhados e solidamente amparados por disposições da lei eleitoral em vigor.
> Os autores desta lei julgavam encontrar na autonomia dos municípios garantias suficientes para todo o processo; tal, porém, não se dá, pois os governos estaduais confiscaram a autonomia dos municípios. Desta forma, os governos estaduais fabricam as câmaras, estas fabricam as mesas eleitorais, que por sua vez fabricam as atas".[162]

Durante as discussões do projeto de lei os apartes registram uma concordância na qual o problema da fraude em vários estados se concentrava principalmente em suas regiões interioranas, distantes das capitais, menos sujeitas à fiscalização da sociedade e da imprensa. Mas outros discordariam das formas pelas quais Anízio de Abreu acreditava estar diluindo a influência dos grandes chefes políticos estaduais. Segundo seu projeto, o trabalho das juntas de alistamento deixaria de ser realizado no interior do estado concentrando-o nas sedes dos distritos. A junta de apuração de votos deixava de ser composta pelos vereadores mais

[162] Sessão em 23 de junho de 1903. *Annaes da Câmara dos Deputados*. Volume 2, 1903, p. 115.

votados passando a ser agora formada por um juiz de direito da comarca, pelo presidente do conselho, câmara ou intendência municipal, pelo primeiro suplente do juiz seccional e finalmente pelos dois maiores contribuintes de receita para o Estado.

Pandiá Calógeras seria o maior crítico da proposta de Anízio de Abreu. Muito da contrariedade que Calógeras possuía pelos políticos se dava pela noção por ele repudiada de que discursos e leis fossem capazes de alterar hábitos interiorizados no tempo. Se considerarmos que, em grande medida, esta é a prerrogativa de toda atividade legislativa, o que pudemos captar dentro da cultura política parlamentar seriam dois movimentos dialógicos a esse respeito: um ostentando a força da lei, fornecendo ao texto legal todos os dispositivos necessários para que um meio seja alcançado; outro dando maior ênfase às possibilidades de realização de uma idéia e à adequação da lei às vicissitudes contextuais. O mineiro João Pandiá Calógeras discordaria de diversos pontos propostos por Anízio de Abreu exatamente por acreditar que sua proposta não atendia a nenhum dos critérios: estaria "legislando para um paiz ideal".[163] Por um lado concentrava rigidez em pontos inúteis e por outro ignoraria aquilo que mais fundamentalmente afetava o processo eleitoral.

Calógeras resume os problemas relativos ao sistema eleitoral em quatro questões básicas: o alistamento eleitoral, para ele, o mais grave de todos; a divisão dos municípios em seções fora da sede das povoações; a composição das mesas de apuração; e finalmente aquilo que o deputado mineiro se refere como o terceiro escrutínio, na verdade, o trabalho de corroboração das fraudes operado na Câmara Federal pela Comissão Verificadora de Poderes.

Quanto à participação do Judiciário no processo de composição das juntas de apuração Calógeras argumentaria que tal proposta era totalmente infrutífera, se considerarmos o aparato de nomeações institucionalizado neste poder. Chama a atenção para a existência de "juízes políticos", que sabidamente interviam franca e abusivamente na eleição. A proposta de Anízio de Abreu não realizava a substituição do elemento político na composição das mesas eleitorais. A esse respeito, diria Calógeras:

[163] Sessão em 22 de junho de 1903. Idem, p. 87.

> "Effectivamente, tenho tido, por occasião da verificação de poderes, na qualidade de membro de uma das Comissões de Inquérito, oportunidade de ver o modo por que intervem, nos processos eleitoraes, esses suplentes de Juiz seccional. Por vezes, eram adversários tão ferrenhos da política dominante no Estado, que me disseram mais tarde os Deputados eleitos por alguns destes, não trepidavam em acceitar e processar justificações onde tudo era falsificado".[164]

Outra questão semelhante residia na identificação dos dois maiores contribuintes na composição das juntas de apuração. A *escolha* destes ficava a cargo de quem ocupasse a chefia na coletoria de impostos, cargo submetido à nomeação do governador do Estado.[165] Quanto ao alistamento eleitoral Calógeras acreditava que a proposta do deputado piauiense mais atrapalhava que solucionava o problema. Obrigando o eleitor a deslocar-se à sede da comarca muitos deles desistiriam de alistar-se. Correria-se ainda o risco de se criar um alistamento subsidiado pelos mais ricos, que assim cobririam os custos da viagem e os dias de folga gastos pelos eleitores na realização da viagem. Como ainda nos aponta Calógeras, talvez no Piauí tal medida pudesse ter alguma viabilidade, mas em se tratando do estado de Minas Gerais, com cidades distando das respectivas sedes de comarca em até 300 quilômetros, cerca de 12 dias de viagem dependendo das condições de transporte, tal proposta seria absurda. A escolha dos locais de votação era outro ponto questionado: muitas vezes as seções eleitorais iam para longe dos centros dos povoados. A má fé no uso da legislação possibilitava a sua localização nas sedes das fazendas, onde então a fraude imperava. Uma das mais preocupantes questões, no que muitos concordavam com o deputado mineiro, dizia respeito ao papel desempenhado pela Comissão de Reconhecimento de Poderes. Como dissemos anteriormente, Calógeras integrara uma destas comissões mas, ao estudar a matéria, não encontraria meio de retirar da Câmara a função de diplomar seus integrantes. Proporia como melhoras para a legislação em vigor a adoção do critério censitário no alistamento dos eleitores, ainda que por meio da comprovação de uma pequena renda, que confirmasse sua existência e a expansão dos distritos eleitorais, cada qual com uma maior número de deputados, de forma a melhor permitir a representação das minorias. Calógeras apresentaria um extenso estudo com emendas ao projeto de lei de Anízio de Abreu. Suas propostas, afinal incorporadas no texto final da lei aprovado em 1904, seriam elogiadas por Galeão Carvalhal, Manoel Fulgêncio e Lindolfo Caetano, três dos maiores críticos do projeto por ora discutido.

---

[164] Ibidem, p. 89.

[165] Como nos informa Daniel de Carvalho, os governadores reuniam este feixe de forças e davam unidade ao sistema, graças ao poder de nomear e demitir livremente as autoridades estaduais (delegados de polícia, subdelegados, inspetores de quarteirão, professores, promotores públicos, coletores, escrivões, etc.) e federais (coletores, agentes do correio, oficiais da guarda nacional). CARVALHO, Daniel de. *Francisco Sales: Um Político de Outros Tempos*. P. 57.

Apesar de reunidos em um círculo de amizade na capital federal, nossos personagens possuíam diferenças significativas de opiniões acerca de pontos fundamentais no regime republicano. A questão econômica nacional era polêmica e muitos duvidavam de seus critérios. Realizaria-se a proteção com a diminuição das tarifas alfandegárias, de transporte e de estocagem, mexer nos impostos, privilegiar setores nascentes ou os mais consolidados? Estimulá-la com a criação de escolas agrícolas, com a imigração e com a concessão de prêmios? A profusão de soluções muitas vezes conflitantes nos dá a medida da diversidade de propostas bem como a inexistência de um comprometimento programático com um tema específico entre nossos personagens. Mas o estudo e a discussão dos problemas nacionais não eram exclusividade do círculo de nossos personagens. Em nossas leituras dos *Annaes* pudemos reunir evidencias suficientes para concluir que representantes de outros estados, certamente identificados a outros círculos políticos na capital, também se ocupavam do tratamento dos problemas econômicos e políticos nacionais. No entanto, nossos personagens cada vez mais se destacavam no uso da tribuna, restando-lhes apenas o poder de fato.

Procuramos reconstruir até aqui os rastros da formação de um grupo político. Entre os elementos a lhe fornecer uma primeira identidade citamos até aqui o restrito ensino superior de então e os meios de recrutamento político. Nossos personagens se revelariam, em suas vidas públicas, leitores ávidos de economistas e juristas europeus e norte-americanos, fossem estes autores clássicos ou debatedores contemporâneos às suas gerações. Adornavam seus discursos com requintes de erudição, em citações retiradas de obras escritas por grandes homens de estado da época, como as dos políticos franceses – e também historiadores – Louis Adolphe Thiers e François Guizot. Formavam uma elite intelectual apta a fundamentar, no Parlamento, suas teorias sobre os problemas nacionais. Acreditamos que uma parte da identificação mútua dos nossos personagens se daria por esta aproximação *intelectual* ao tempo das reuniões no Grande Hotel da Lapa e na *república* de Carlos Peixoto nas Laranjeiras. A esta primeira aproximação seguirá agora uma outra. Nossa hipótese sobre a identidade do grupo na etapa que iremos tratar a seguir – a experiência de governo – é a de que a coesão do Jardim da Infância será catalisada com o início da administração Afonso Pena, quando este decide por uma maior autonomia em relação à *Coligação*. Isto ficará claro na formação do seu ministério bem como na escolha de Carlos Peixoto para a presidência da Câmara, fatos que colocarão o "Jardim da Infância" em luta com a *Coligação*. Neste movimento, o circulo que gravitava em torno da figura imperiosa de Carlos Peixoto ganharia outros adeptos na medida em que as tensões nas bancadas estaduais se aprofundaram em sua

oposição ao “Morro da Graça”. Mas contra o “Jardim da Infância” trabalharia também a fatalidade.

CAPÍTULO 4: A formação do governo Afonso Pena

> Ainda uma vez se mostrou nossa bôa padroeira, que só a Ella devemos a série de safras más que salvaram o Convenio de Taubaté do desastre para o qual caminhava infallivelmente, como se póde inferir do que sucedeu nos primeiros tempos de sua applicação.[166]
>
> Miguel Calmon

O assunto abordado neste capítulo será a consolidação no poder, pelas mãos do presidente Afonso Pena, do grupo político que foi um dos pilares de sua administração: o Jardim da Infância. Conforme afirmamos no primeiro capítulo, nossos personagens não comporiam um partido político com conteúdo programático definido e tampouco seus integrantes compartilhavam uma visão unificada de como se daria o desenvolvimento econômico da nação. Esta hipótese, tratada no terceiro capítulo quando consideramos opiniões externadas em correspondências pessoais e na tribuna parlamentar, será retomada agora com a chegada de nossos personagens aos altos cargos do legislativo e executivo federais.

Os integrantes do Jardim da Infância distinguir-se-iam por conjugarem dois espaços de atuação. Em um deles percebemos a temática da discussão dos problemas sociais, jurídicos e econômicos nacionais como o espaço adequado para uma renovação das práticas políticas republicanas e o aperfeiçoamento da máquina estatal. A este se soma um segundo espaço que se inicia com o novo governo – mas que não excluirá o primeiro momento – qual seja o de incorrer na mesma agenda de suscetibilidade do aparelho estatal às vicissitudes morais do compromisso político, se considerarmos para isso o modelo de organização político-partidária resultante da eleição de Afonso Pena.

---

[166] Comentário de Miguel Calmon referindo-se à interferência da "providencia divina" nos números da safra de café nos anos posteriores a assinatura, em fevereiro de 1906, do Convênio de Taubaté. BUESCU, Mircea. Miguel Calmon e a valorização do café. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol. 327, janeiro de 1980, P. 237. A integra do referido discurso encontra-se em ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e. *Factos Econômicos*. P. 139-90.

4.1. A eleição de Afonso Pena

Desde meados de 1904, iniciaram as negociações acerca da sucessão presidencial. Diversos nomes surgiriam como presidenciáveis. Uma visita de Rodrigues Alves a Minas Gerais para uma inauguração foi equivocadamente entendida como um apoio deste à Afonso Pena.[167] Pinheiro Machado, que segundo Afonso Arinos "não podia ver com bons olhos aqueles cochichos de Conselheiros[168]", lançou o nome do republicano histórico Campos Sales, sugestão que não foi bem acolhida pelos paulistas. A situação de Sales em seu estado era delicada e os paulistas tinham motivos para ver nisso uma interferência do *general* em dividir as lideranças daquele estado. Desde o término de seu mandato como presidente em 1902 admitia Sales ter se retirado definitivamente da vida pública e sequer tivera conhecimento prévio quando da sugestão de seu nome.[169] Para adicionar mais tensão na corrida sucessória, Rodrigues Alves, junto do presidente do Estado de São Paulo Jorge Tibiriçá, iniciariam a gestação do sucessor na Presidência da República. O nome por eles lançado foi o de Bernardino de Campos, Ministro da Fazenda na presidência Prudente de Morais tendo ao seu lado como vice o governador mineiro Francisco Sales. A interferência do Presidente da República na escolha de seu sucessor tornara-se até então uma incômoda rotina e a sugestão de um novo candidato paulista foi recebida como uma afronta às outras unidades da federação.

Os outros estados já se colocavam à disposição para apoiar um nome que se opusesse à candidatura paulista. Diante do risco de não ser necessária a formação da *Coligação*, Pinheiro Machado assumiu, nesse momento, uma postura tempestiva: num momento levantou a candidatura paulista de Campos Sales – o que não animou os próprios paulistas; confirmada a desistência do ex-presidente, desacredita a candidatura do baiano Rui Barbosa; em meio a isso trabalhou contra a candidatura de Bernardino de Campos como quem luta contra uma catástrofe. Seria Pinheiro Machado quem melhor perceberia a insatisfação dos outros estados procurando encabeçar uma coligação nacional que prestigiasse o mineiro Afonso Pena. Sua postura agressiva como "fazedor de reis" era visto com suspeição pelos mineiros, cautelosos frente à desenvoltura do senador gaúcho.

As lideranças mineiras tinham dificuldades em unificar-se sob o nome do *Conselheiro* Pena, mal conseguindo esconder o apoio à Bernardino de Campos. Francisco

---

[167] VISCARDI, Cláudia M. R. *Teatro das Oligarquias: uma revisão da política do "café com leite"*. P. 91.
[168] ARINOS, Afonso. *Um estadista na República*. P. 458.
[169] Manifesto de Campos Sales. In. BONAVIDES, Paulo, AMARAL, Roberto. *Textos políticos da história do Brasil*. P. 520-5.

Sales, então governador de Minas e cotado para compor, como vice-presidente, a chapa paulista, chegara a declarar não estar em condições de romper com a União – sob qualquer aspecto – dada a grave situação financeira do estado e sua conseqüente dependência da boa vontade do Catete.[170] Francisco Sales preferia uma solução *pacífica* para a questão sucessória, o que para ele significava convencer Rodrigues Alves a retirar a candidatura de Bernardino de Campos para apoiar Afonso Pena. A depressão criada neste estado com os baixos valores arrecadados com o imposto de exportação, em 1905, havia criado dificuldades para Sales se opor aos paulistas ansiosos em realizar a intervenção oficial no preço do café.[171] Bias Fortes também não nutria muitas simpatias por Afonso Pena. O senador João Pinheiro, o mais consolidado nome na sucessão do governo de Minas Gerais tinha mais simpatia por Francisco Sales como candidato mineiro à presidência do que por Afonso Pena, opinião seguida também pelo deputado Carlos Peixoto. Soma-se a isso o fato de que o próprio Afonso Pena não se sentia à vontade em confrontar publicamente Rodrigues Alves, amigos que eram desde os tempos da Faculdade de Direito de São Paulo e da *Burschenschaft*, fraternidade estudantil a ela ligada. Exigira de seus partidários um comportamento mais discreto durante as articulações de sua eleição. Tal postura se alteraria após conversas entre Pena e Pinheiro Machado.

Outros estados que já se aproximavam da opção mineira eram, além do Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Pará e Amazonas. O grande desafio da campanha a qual procurava assumir sua parte mais substancial o *general* Pinheiro Machado foi, além de confirmar o apoio do maior número possível de estados, convencer as oligarquias que disputavam o poder regional a se unificarem em torno de um candidato comum. Era necessário também quebrar a relação de forças existente no predomínio paulista na chefia da nação, que até então relegara o Rio Grande do Sul a um papel secundário na República. Ao fim da luta, Bernardino de Campos finalmente retiraria sua candidatura em agosto de 1905. Afonso Pena conseguiria tornar-se um nome forte e quebrar a hegemonia paulista na presidência da República com o apoio dos chamados estados dissidentes, em particular aqueles que até este momento haviam sido alijados do poder central[172]. A esse momento, sua candidatura contaria inclusive com a aprovação de São Paulo, fato que teria irritado a cúpula da *Coligação*. Desta forma, Rui Barbosa e Pinheiro Machado completariam

[170] Carta de Francisco Sales para Afonso Pena em 22 de maio de 1905. AP13, 25.49, AN.
[171] VISCARDI, Cláudia M. R, op. cit., P. 97.
[172] Idem, 102.

a chapa com Nilo Peçanha, nome próximo a estes dois chefes, em decisão que foi entendida como uma espécie de aviso a Afonso Pena.[173]

O que possibilitara a candidatura de Afonso Pena superar a de São Paulo e alcançar a Presidência da República não teria sido uma postura mais ou menos simpática à intervenção oficial no mercado de café – questão fechada para o próximo quadriênio – e sim a mobilização reunida pela *Coligação* em quebrar a hegemonia paulista na presidência da república.[174] Como nos informa Viscardi, Afonso Pena sequer contara com o apoio das lideranças políticas em seu estado em sua trajetória ao Catete. A ausência de base política em seu próprio estado faria com que o novo presidente alçasse à condição de seus principais articuladores políticos jovens lideranças, sem maiores indicações por parte das oligarquias sedimentadas no interior do PRM. Pena recrutaria esses elementos principalmente na Zona da Mata mineira, região ligada ao florianismo radical e que estivera afastada do poder em Minas desde a ascensão ao poder deste estado por Silviano Brandão, governador responsável pela re-estruturação do PRM em 1899.[175] Poucos haveriam de concordar com Afonso Pena que, no início de seu governo, se negaria a promover qualquer programa que não o formulado por ele mesmo.

Ao início dos trabalhos legislativos do ano de 1906 pudemos perceber um grande número de nomes ligados ao círculo de nossos personagens. A nova legislação eleitoral – a "lei Rosa e Silva" – possibilitara uma maior renovação na Câmara. Esta lei, no entanto, não impediu que o volume e o tipo de denúncias relativas a crimes eleitorais permanecessem muito semelhantes. Ponto mantido no regimento, a composição das Comissões de Reconhecimento de Poderes permaneceu reservada aos deputados *líquidos*, ou seja, aos que chegavam à capital federal sem quaisquer denúncias contra suas eleições. Vários dos nossos personagens chegariam, simultaneamente, ao Parlamento na condição de legalmente diplomados. Entre estes citamos: Miguel Calmon e Leovigildo Filgueiras pela Bahia; Carlos Peixoto Filho, David Campista, Calógeras, João Luis Alves e Afrânio de Melo Franco por Minas Gerais; Eloi de Souza pelo Rio Grande do Norte; James Darcy pelo Rio Grande do Sul. Paula Guimarães, experiente deputado federal pela Bahia desde a Constituinte de 1891, presidiria os trabalhos de formação das Comissões de Reconhecimento na qualidade de Presidente da casa no ano anterior. Estreando no Parlamento, James Darcy e Miguel Calmon seriam seus 1° e 2° secretários, respectivamente. Este último e David Campista integrariam

[173] Notas de Rodrigues Alves sobre as candidaturas presidenciais. RA/lata 806, pasta 48, sem data, AN.
[174] Para mais detalhes acerca do caminho trilhado por Afonso Pena até sua indicação para a presidência da República, ver: VISCARDI, Cláudia M. R. op. cit., P. 84-119.
[175] VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Minas de Dentro para fora: a política interna mineira no contexto da Primeira República, In: *Locus: Revista de História*. P. 94-6.

Comissões de Reconhecimento de Poderes.[176] Sinalizamos o prestígio contabilizado por nossos personagens neste momento com a diplomação direta e as nomeações recebidas, fato que não exclui nomes ligados a outros núcleos. Como um pequeno exemplo citamos outros casos de *sobrevivência à degola*: os paulistas Galeão Carvalhal e Arnolfo Azevedo, comissionados por este estado para a missão de instituir o Convênio de Taubaté e os deputados Augusto de Freitas pela Bahia e Germano Hasslocher pelo Rio Grande do Sul como colaboradores próximos de Pinheiro Machado na Câmara federal.

Antes da composição do novo governo haveria tempo para alguns de nossos pesquisados proferirem suas opiniões acerca do acordo de valorização do café. A respeito deste assunto, David Campista e Miguel Calmon se colocariam em posições opostas. O deputado mineiro ocuparia a linha de frente na defesa do convênio dirimindo, nos bastidores e na tribuna, quaisquer entraves constitucionais e políticos que questionassem a validade do programa valorizador. Entregues à concorrência estrangeira e sem contar com o prestígio desfrutado pela lavoura cafeeira, os produtores de outros gêneros reclamavam a falta de assistência oficial à suas atividades. O café possuía uma essencial particularidade em relação a diversos outros gêneros produzidos: a possibilidade de estocagem dada a resistência do grão, o que permitia a acomodação de enormes volumes em depósitos. Contribuía também para o café a condição hegemônica desfrutada pelo Brasil no mercado mundial.

O Convênio de Taubaté seguiria assim sua marcha triunfal na Câmara. No entanto, Miguel Calmon se ergueria contrariamente ao programa valorizador por acreditar que era na supremacia brasileira da produção do café que se residia seu maior perigo. Calmon acreditava que o montante de propostas até então apresentadas ignorava o fato mais fundamental da crise: a produção excessiva aliada à desvalorização da moeda nacional. Citando sua viagem de estudos ao oriente, compararia a situação nacional com a sofrida pela Indonésia por ocasião de sua crise de superprodução do chá. Utilizando-se de dados colhidos na Ilha de Java, Calmon sustentaria que a solução lá encontrada era aquela pela qual o Brasil deveria lutar: melhoria da qualificação do seu café com a seleção dos melhores tipos; beneficiamento e classificação no próprio país produtor; e uma eficiente organização comercial no atacado que afastasse a atividade especulativa dos comissionários. Dentre os artigos do Convênio apenas o primeiro, e de mais fácil aceitação pelo mercado externo, seria finalmente implementado, assunto que trataremos logo a seguir. Calmon acreditava que o Convênio, tal como se apresentara, incorria o risco de represálias por parte dos governos estrangeiros. Citando Paul Leroy-Beaulieu, outro problema apontado pelo deputado baiano relativo à

[176] Segunda sessão preparatória em 19 de abril de 1906. *Annaes da Câmara dos Deputados*. Vol. 1, 1906, P. 7.

valorização artificial do produto seria a diminuição do seu consumo, a considerar o movimento de substituição do café pelo mate, pelo cacau e até mesmo pelo feijão torrado, em regiões mais pobres.[177] Se a valorização do produto fosse conseguida o Brasil ainda correria o risco de ver despertado outros concorrentes mundo afora, com o plantio de variações mais resistentes e sob mão-de-obra mais barata. Por incompetência própria no dimensionamento de sua produção, jamais o país inteiro deveria pagar o enorme preço de tão custosa operação, "para nos constrangirmos, talvez, até à asfixia", nas palavras de Calmon. No entanto, o imperativo orçamentário possibilitado pelo café se impôs e São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais decidiriam enfrentar a *asfixia* dos termos do Convênio, exemplificada pela contração de empréstimos externos e na cobrança da sobre-taxa em cada saca de café exportado.

4.2. Confrontos na formação do novo governo

Ao assumir a presidência, Afonso Pena trataria de forjar uma frente parlamentar coesa no congresso e para isso contaria com o apoio de Carlos Peixoto Filho. Como dissemos anteriormente, Peixoto, mais próximo do círculo de Francisco Sales, se opusera inicialmente à candidatura de Afonso Pena. No entanto, agora se tornara aliado do chefe político da nação nos seus esforços para reduzir o prestígio político de Pinheiro Machado. No momento da formação de seu governo se dão dois fatos polêmicos. Carlos Peixoto havia sido encarregado de entregar pessoalmente as cartas-convite para os integrantes do novo ministério e seria também indicado por Pena para assumir a presidência da Câmara dos Deputados. Pinheiro Machado, que tanto trabalhara na consolidação da *coligação*, tinha motivos de sobra para perceber nisso um desafio: Peixoto emergia como um dos homens fortes na sustentação parlamentar de Afonso Pena. Desse momento em diante o que observaremos será um aprofundamento das diferenças entre Carlos Peixoto e Pinheiro Machado, evento que daria um claro contorno ao grupo liderado pelo deputado mineiro. Outro agravante seria a escolha por Afonso Pena do deputado gaúcho James Darcy, então com 30 anos de idade, para líder do governo na Câmara onde trabalharia em fechada colaboração como braço-direito de Carlos Peixoto. Como nos aponta Jerry Weiner, esta teria sido a forma encontrada pelo presidente mineiro em não declarar um grupo como vencedor, passando a jogar com os pólos liderados por Pinheiro Machado e Carlos Peixoto.[178] Por mais que alguns *colaboradores* insistissem em

[177] CALMON, Miguel. op. cit., P. 176. Artigo intitulado "A valorização do café" extraído de pronunciamento na tribuna da Câmara dos Deputados em 20 de julho de 1906.

[178] WEINER, Jerry T. op. cit., p. 192. Como nos aponta este autor, Pena não desejava declarar Carlos Peixoto ou Pinheiro Machado como perdedores pelo importante papel que estes dois atores poderiam desempenhar na sucessão presidencial que se aproximava. Por outro lado Pena igualmente relutou em explicitar a vitória de um

convencer o Presidente da inexistência de conflitos entre o deputado mineiro e o senador gaúcho, Pena levaria a fundo sua estratégia de utilizar o círculo do Carlos Peixoto como contra-peso à influência de Pinheiro Machado no Parlamento. A respeito deste ponto, concluímos que Pena compreendera ter encontrado, na bancada de seu próprio estado, um rival com o mesmo calibre do *general gaúcho*.

O outro ponto polêmico se daria na composição de seu ministério: ao invés de consultar as lideranças políticas de São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia e Minas Gerais, Afonso Pena fez suas escolhas orientando-se não apenas por critérios políticos mas também pessoais. Nesta tarefa, Pena procurou cercar-se de políticos mais jovens, nos termos de quando fora governador de Minas. Seu método de escolha de assistentes quando na presidência da República violaria as práticas políticas da época,[179] pois os grandes estados que sustentaram a *Coligação* ou foram preteridos na composição ministerial ou tiveram como escolhidos elementos dissonantes aos seus líderes. Compuseram seu ministério: David Campista na Fazenda, Miguel Calmon na Industria, Viação e Obras Públicas, Augusto Tavares de Lira na Justiça e Negócios Interiores,[180] Barão do Rio Branco nas Relações Exteriores e Hermes da Fonseca e Alexandrino de Alencar no ministério do Exército e da Marinha, respectivamente. Para a diretoria da Estrada de Ferro Central do Brasil seria escolhido o engenheiro paraense Aarão Leal de Carvalho, responsável pelo projeto de construção da capital Belo Horizonte quando do governo estadual de Afonso Pena naquele estado. A questão que se colocava aqui é que os nomes mais consolidados da política de então pouco compreenderam os critérios *intelectuais* utilizados pelo presidente eleito tomando-os simplesmente por não políticos.

A escolha de David Campista fora, em grande medida, esperada considerando-se seu destaque na Câmara em assuntos econômicos e pelo fato de ser Pena um antigo amigo e admirador seu além de padrinho de uma de suas filhas. Afonso Pena conhece Tavares de Lira por ocasião de sua viagem pelo nordeste antes de tomar posse na presidência. Lira era governador do Rio Grande do Norte e contava com 34 anos de idade quando de sua convocação para o ministério. Bacharel em direito pela Faculdade de Recife, Tavares de Lira fora advogado, jornalista, professor e pesquisador em História em seu estado natal. Publicara

---

dos lados para que estes não se encontrassem em condições de desafiar sua autoridade.

[179] WEINER, Jerry T. op. cit., P. 184.

[180] Esse ministério, ocupado por Tavares de Lira, foi concedido a um estado que pouco havia contribuído no arranjo da Coligação. Os poderes concentrados no Ministério da Justiça e Negócios Interiores eram gigantescos. Seu ministro assumia a pretoria quase completa do Distrito Federal e do recém adquirido território do Acre. Controlava também toda a logística necessária à realização das eleições municipais, estaduais e federais, a força pública, a educação fundamental, secundária e superior (quando subvencionada pela União) e mais institutos e repartições ligadas à saúde.

livros durante sua atividade de parlamentar e como governador de Estado, atividade que se estenderia por décadas e assunto ao qual retornaremos no próximo capítulo. Sua indicação causou uma dupla surpresa aos comentadores políticos da época: primeiro, o Rio Grande do Norte, estado pequeno economicamente e pouco representativo no concerto da *Coligação*, havia sido contemplado com um ministério importante; em segundo, o escolhido não havia sido alguém da representatividade de um Pedro Velho, chefe inconteste da política potiguar ou de um Amaro Cavalcanti, político e jurista de projeção nacional. Miguel Calmon du Pin e Almeida, então com 27 anos de idade, seria a escolha politicamente mais custosa feita por Afonso Pena, ainda que ela tivesse semelhanças à opção feita por Lira. Havia poucos meses que Calmon elegera-se para representar a Bahia na Câmara dos Deputados. Fora levado para esta casa graças ao seu prestígio junto aos dois grandes chefes políticos de seu estado, o ex-governador Severino Vieira e o então chefe do governo baiano José Marcelino. Ao que pudemos averiguar, os planos dos dois chefes políticos baianos em relação a Calmon não iam muito além de sua escolha para a Câmara. Estas duas forças e mais Rui Barbosa, que a muito custo haviam concordado em conceder um importante apoio a Afonso Pena em sua campanha à presidência, tinham outro nome em mente para representar a Bahia na composição do ministério: o do então deputado Augusto de Freitas. João Pinheiro, aproximado de Afonso Pena, seria alertado dos riscos envolvidos na nomeação de Calmon:

> Se o presidente eleito queria fazer uma destinação à Bahia e a qual ela tem direito, devia procurar entre os que representam mais genuinamente o partido e os seus diretores, mas nunca o Calmon, cuja nomeação irrita o governador e o Severino, e que foi o único baiano que falou e votou contra o Convênio de Taubaté, que tanta impressão tem causado dentro e fora do país. A Bahia prefere não ter nenhum representante do seu seio no governo a ter o Calmon.[181]

Carlos Peixoto sairia em defesa de Miguel Calmon, seu amigo particular, procurando evitar que o presidente eleito se encontrasse na posição de recuar em sua palavra. Diante das reuniões entre os caciques baianos, Peixoto pediu a Calmon uma carta em que este recusava o convite feito por Pena. Dissimulado, o deputado mineiro ainda se encontraria com Pinheiro Machado, ocasião na qual exporia sua perplexidade com a polêmica "sem razão" dos baianos. A carta ficaria guardada com Peixoto, que esperaria o resultado da reunião entre os membros baianos da Coligação e Pinheiro Machado.[182]

---

[181] Carta enviada a João Pinheiro sem remetente conhecido em 10 de outubro de 1906. Caixa JP15, número 2080, APM. A assinatura do autor desta carta não consta no inventário analítico do Fundo João Pinheiro do Arquivo Público Mineiro. Infelizmente não pudemos identifica-lo também, mas tudo nos indica que o autor fala em nome da situação baiana e seu conteúdo é muito próximo dos argumentos apresentados por Rui Barbosa à Afonso Pena em carta que faremos referência logo a seguir.

[182] Carta de Carlos Peixoto a Afonso Pena em 15 de outubro de 1906. Caixa AP11, número 23.91, AN.

Aparentemente alheios ao movimento de Peixoto, Rui Barbosa, em correspondência enviada a Afonso Pena, expôs-lhe a tal perplexidade com que uma parte da *coligação* recebeu a idéia do presidente eleito em compor o governo segundo critérios "intelectuais". Afirmaria que o programa do próximo governo seria, inevitavelmente, o da reforma financeira cujo único baiano a levantar sua voz contra fora Miguel Calmon. Segundo Rui, este era o único nome ao qual se opunham todas as lideranças baianas, "antes nenhum baiano do que este". Em resposta a Rui, Pena se diria surpreso pela celeuma causada pela indicação de Calmon. Dissimuladamente o Presidente fundamentaria sua surpresa nas qualidades intelectuais de Calmon que partiam inclusive da bancada baiana afirmando ainda que acreditava estar prestando uma nobre destinação a seu estado. Mas ainda em outubro Pinheiro Machado intercederia junto a Rui Barbosa e às forças políticas baianas sendo Augusto de Freitas finalmente preterido por seu estado, episódio do qual o deputado guardaria imenso rancor. A carta de Calmon poderia ser queimada.

Miguel Calmon se tornaria um dos mais próximos colaboradores de Afonso Pena. Foi através de seu ministério que o Presidente realizou sua ambiciosa obra de colonização do interior com a inauguração de diversas colônias de assentamento familiar no interior do país.[183] Freqüentemente o jovem Ministro foi visto ao lado de Afonso Pena em inaugurações de obras públicas e em festividades na capital, caso da Exposição Nacional do Rio de Janeiro realizada em meados de 1908. A realização da Exposição se tornaria mérito de Calmon que acabou por criar o grande momento do Jardim da Infância junto à opinião pública da época: vários de seus integrantes poderiam ser vistos com freqüência perambulando entre os diversos pavilhões, cada um representando um estado da nação. Erguida num trecho abandonado da praia da Urca, a Exposição acabaria ignorada pelos integrantes do "Morro da Graça" que ali não chegaram perto.

Acreditamos que, entre as escolhas de Afonso Pena, Miguel Calmon, 27 anos, e Tavares de Lira, 34, foram as mais demonstrativas de que o presidente mineiro desejava forjar uma frente franca a seu governo a qualquer custo. Cremos também que ambos preferiram aceitar o cargo de Ministro sob as condições de desfrutarem de alguma autonomia sobre as situações estaduais e nenhuma em relação a Afonso Pena. A ausência de paulistas na composição ministerial também causou surpresa como nos aponta o senador Pinheiro Machado:

---

[183] Como nos informa Jerry Weiner, Pena acreditava que a solução para mão de obra camponesa residia mais na imigração européia que na asiática. WEINER, Jerry T. op. cit., P. 133.

> Ao passar por SP notei muito desgosto por não ter sido o estado contemplado na organização ministerial; tinham esperança na criação da Pasta da Agricultura, dado o posicionamento de Campos Salles na sucessão presidencial e da atitude de Tibiriçá, solidário conosco em todas as questões políticas.[184]

Como vice-presidente do Senado, Pinheiro Machado, seria um elemento dúbio frente aos esforços de Afonso Pena em controlar o processo legislativo para promover seu programa. O poder do senador gaúcho se baseava em acordos com as oligarquias de vários estados controlando, assim, o bloco que enforcava o processo legislativo.

[184] Carta de Pinheiro Machado à Afonso Pena em 18 de outubro de 1906. Caixa AP10, número 22.89, AN.

Figura 3

O ministério Afonso Pena

Da esquerda para a direita, em pé: Alexandrino Faria de Alencar (marinha), Hermes Rodrigues da Fonseca (exército), Augusto Tavares de Lira (justiça e negócios interiores). Sentados: David Moretzsohn Campista (fazenda), José Maria da Silva Paranhos (Barão do Rio Branco, relações exteriores) e Miguel Calmon du Pin e Almeida (indústria, viação e obras públicas). Palácio do Itamarati, 20 de setembro de 1908.
Fonte: Grandes Personagens da Nossa História. Rio de Janeiro: Abril, 1973, p. 826.

4.3. A presidência da Câmara

Grande parte do caminho percorrido pelo programa de socorro café passava pelo congresso nacional. Como afirmamos anteriormente, Pena elegeu como elemento combativo de sua política Carlos Peixoto que, nessa casa, defenderia a plataforma do presidente mineiro. No entanto, sua escolha para a presidência da Câmara dos Deputados, fundamental para a governabilidade de Afonso Pena, seria também a principal origem de sua instabilidade. A situação de conflito ficou explícita quando da eleição de Carlos Peixoto para esse cargo em 1907 em substituição ao baiano Francisco de Paula Guimarães, Presidente da Casa desde 1904. O deputado gaúcho James Darcy presidiria as sessões preparatórias que elegeriam a nova mesa diretora e os integrantes das Comissões Permanentes da Câmara.

Em 10 de maio de 1907 Carlos Peixoto elege-se pela primeira vez para a Presidência da Câmara. Uma de suas mais importantes funções era a presidência da Comissão de Reconhecimento de Poderes. Interferir no processo de diplomação dos deputados continuou a ser uma prática comum e o próprio Carlos Peixoto possuía, acerca da nova "lei Rosa e Silva", uma opinião pragmática quanto à sua utilização. Em 1906, referindo-se ao reconhecimento do 5° distrito de Minas Gerais, os deputados Barbosa Lima (RJ) e Serzedelo Correa (PA) subiram à tribuna para "lamentar o triste espetáculo de fraudar-se uma lei que, pela primeira vez, é posta em execução e experiência[185]". A comissão encarregada de examinar as eleições naquele distrito fora presidida por Miguel Calmon que finalizara um parecer que agora era posto em dúvida. Carlos Peixoto vai à tribuna e ataca Lima e Correa ao afirmar que até este dia a Comissão Verificadora estivera à disposição para que qualquer um lá interviesse em matéria de fraude. Repudiando a interferência em um parecer já formulado pelo "talentoso colega" Miguel Calmon, Peixoto argumentou:

> Não se trata de saber se o alistamento se fez conforme a lei Rosa e Silva, se as eleições se fizeram com pureza aqui e ali, se a lei é boa ou má; trata-se de um caso de verificação de poderes, diante do qual, passado o momento oportuno, pretende-se, contra o direito e contra a lei escrita, privar de um lugar na representação nacional, o 5° distrito de Minas.[186]

[185] Discurso de Serzedelo Correa em 4 de maio de 1906. *Annaes da Câmara dos Deputados*. Volume 1, 1907, P. 372.
[186] Discurso de Carlos Peixoto Filho em 4 de maio de 1906. op. cit., P. 375.

O Carlos Peixoto da tribuna está nessa frase, a que se seguia um outro muito mais pragmático, agressivo e ambicioso se considerarmos os relatos e as intrigas de seus adversários contidas em correspondências pessoais dirigidas à Afonso Pena, árbitro supremo da querela entre o deputado mineiro e Pinheiro Machado.

Mais importante sintoma da tensão com a situação encarada pelo bloco na Câmara se deu durante o Reconhecimento de Poderes do 1° distrito da Bahia. Nesta ocasião, no dia 21 de maio de 1907, o deputado maranhense Cunha Machado, relator nesta Comissão, havia concluído pela anulação das eleições neste distrito e pela negação do parecer elaborado em parte por um de seus integrantes, o deputado baiano Odalberto Pereira. Sob as acusações de que o voto de Pereira era suspeito por ter este examinado as eleições de seu próprio estado, concordariam com a anulação das eleições naquele distrito James Darcy e Carlos Peixoto, entre outros. Nesse momento, viria um basta da bancada baiana.

Augusto de Freitas, que já amargara uma deferência para o cargo de Ministro da Viação e Obras Públicas, nos pareceu ter chegado ao seu limite ao ir à tribuna para um desabafo. Vociferou que sob a alcunha da justiça política – incorruptível e severa – dava-se a mais completa inversão de valores por ele testemunhado por aqueles "arvorados pelos favores da sorte em guias da Nação, diretores da política nacional". Generais agora recebiam o mando de soldados, salvando-se dos destroços da consciência e do caráter a figura do chefe da Nação, "símbolo de poder, diante do qual se curvam todos alegres e honrados". Relembraria saudoso os dias da formação do *Bloco*, partido nascido do desejo de confrontar-se com a prepotência do chefe da nação, desejoso, naquele momento, de pavimentar o caminho de seu sucessor. Nesta tarefa, os integrantes do *Bloco*, "em nome dos princípios da moral política" levantaram suas tendas de combate ao lado do *general* Pinheiro Machado. No entanto, a inveja e o ciúme trabalhariam sorrateiramente para a dissolução do *Bloco*, fato sobre o qual, na opinião de Augusto de Freitas, Afonso Pena tergiversara. Contra a interferência da cúpula da Câmara na anulação das eleições na Bahia, Freitas acreditava que Pinheiro Machado pouco poderia fazer, prisioneiro que era "de políticos da nova raça, aparecidos como de improviso na representação dos poderes públicos, convertendo este país em um verdadeiro *Jardim da Infância*".[187]

A imagem da ausência de uma cultura partidária no Brasil, tão vulgarizada entre muitos da geração a que pertenciam nossos personagens, foi imediatamente aplicada ao Jardim da Infância. Os críticos deste grupo, se antes reconheciam em seus integrantes os

[187] Discurso de Augusto de Freitas em 21 de maio de 1907. *Annaes da Câmara dos Deputados*. Volume 1, 1908, P. 206.

valores intelectuais e a profundidade com que discutiam os problemas nacionais, agora tinham motivos para enquadrar o grupo dentro de um ambicioso e baixo projeto de poder. O também deputado baiano Pedreira Franco, no dia seguinte ao discurso de Augusto de Freitas, classificaria a situação descrita por seu conterrâneo como uma velha e conhecida figura de *psychologia política* praticada ao longo do regime monárquico e que, infortunadamente, se reproduzia na experiência republicana que se aproximava de completar duas décadas de existência. Referindo-se às "rápidas mutações no cenário parlamentar" esbravejou Pedreira Franco: "Não há idéias, não há princípios, não há partidos e a ausência de um programa que defina os homens e as situações determina a fórmula prática, altamente nociva à sociedade, que o país inteiro adotou e que se traduz pelo apoio incondicional aos acenos do poder".[188]

Na mesma ocasião outro baiano, Leovigildo Filgueiras, levantaria sua voz para contrapor-se a Augusto de Freitas. Filgueiras destacaria no discurso de Freitas que Pinheiro Machado, o "chefe dos chefes da política republicana", estaria preso não ao chefe da nação, mas a um ministro em especial, o "eminente, illustre e operoso" ministro Miguel Calmon. Filgueiras provocaria ainda a parte rebelada da bancada baiana ao disparar: "em todo o caso, senhores, antes converter-se este país num jardim de infância do que convertê-lo num mostruário de velharias".[189] Leovigildo Filgueiras demonstraria, neste momento, sua simpatia ao grupo de Carlos Peixoto e Miguel Calmon. Sua opinião acerca da não funcionalidade do Bloco era mais antiga já que, há pelo menos um ano, considerava extinta sua razão de existir.[190]

Acuado, Pinheiro Machado envia a Rui Barbosa uma carta em julho de 1907 informando-o acerca dos boatos existentes sobre a tentativa de organização de um novo bloco, "para substituir o atual, acusado de gasto e mal-dirigido". O *general* identificaria a origem de toda esta tensão em Carlos Peixoto e Miguel Calmon, comprometidos que estariam com um plano de *rejuvenescência* do aparelho partidário nacional. Pelos seus cálculos, Peixoto e Calmon já trabalhavam tendo por objetivo a sucessão presidencial de 1910 com uma chapa formada por João Pinheiro e o governador baiano José Marcelino.[191] Pinheiro Machado já acumulara motivos suficientes para não perder de vista a informação que lhe fora passada, se considerarmos ainda a cordial visita feita por Severino Vieira ao recém-empossado governador de Minas, João Pinheiro,[192] em janeiro de 1907. Curiosamente, passadas duas

[188] Discurso de Pedreira Franco em 22 de maio de 1907. Ibidem, op. cit., P. 248.
[189] Discurso de Leovigildo Filgueiras em 22 de maio de 1907. Ibidem, op. cit., P. 253.
[190] Carta de Leovigildo Filgueiras a Rui Barbosa em 7 de junho de 1906. cr 575-1. FCRB.
[191] Carta de Pinheiro Machado à Rui Barbosa em 9 de julho de 1907. 848/3 FCRB.
[192] Em discurso proferido por João Pinheiro em 10 de janeiro de 1907, este destacaria a saudável prática de encontros entre governadores propiciados pelo o regime republicano, passadas as décadas dos interventores

semanas das trocas de farpas no Congresso, Afonso Pena decretaria, em um mesmo dia, a criação de sete das malfadadas Brigadas de Cavalaria da Guarda Nacional no Rio Grande do Sul, instituição que estava sobre a alçada do Ministro da Justiça e Negócios Interiores ocupada por Tavares de Lira. Tal ato seria único, se julgarmos a leitura da Coleção das Leis do Brasil nos anos de sua presidência. Carlos Peixoto, pela admiração e grande amizade que tinha por Calmon, acabaria dando margem para comentários maliciosos acerca da grande ascendência que exercia sobre o jovem ministro, como o de que ele mandaria no Ministério mais que seu titular. Não tardaria muito e Afonso Pena teria motivos para recear tanto a Pinheiro Machado quanto a Carlos Peixoto, já que este mergulharia em um violento trabalho de destruição da *Coligação* e de seu principal chefe.

Carlos Peixoto iniciaria sua tarefa de trazer o maior número de estados para seu lado a fim de se opor à *Coligação*. Para isto, contava com a simpatia da Bahia, representada por sua proximidade de Calmon e o Rio de Janeiro, na sua aproximação de Alfredo Backer. São Paulo, na sua luta pela manutenção dos termos do Convênio e pela autorização das operações de crédito junto a bancos estrangeiros iniciava o quadriênio de mão atadas disposto, inclusive, a apoiar uma nova candidatura mineira com David Campista. Devemos enumerar que, desde 1905, Carlos Peixoto Filho integrava a Comissão Executiva do PRM, o que implicava uma grande, porém não absoluta ascendência sobre a *montagem* da próxima bancada mineira. Se a isso Peixoto ainda pudesse contar com o apoio destes estados conseguiria ter pleno controle sobre a verificação de poderes da 7ª legislatura que se iniciaria em 1909. Mas para isso, o deputado mineiro teria que vencer uma áspera disputa: reeleger-se na Presidência da Câmara, o que se daria em 6 de maio de 1908. Este foi um momento de extrema tensão, pois a atitude de Peixoto foi classificada por vários atores políticos como ambiciosa e inadequada para o equilíbrio do governo.

João Pinheiro, por seu perfil ponderado e grave, seria a pessoa a ser acionada quando da necessidade de se moderar Carlos Peixoto. Os dois manteriam constante correspondência incluindo um grande volume de telegramas. Peixoto atuaria como um qualificadíssimo informante de Pinheiro na capital, mantendo-o a par de intrigas, projetos de lei e votações importantes. Afonso Pena chegaria a recorrer a João Pinheiro que demovesse o amigo do intento da presidência da Câmara, pois sua própria tentativa de fazer o deputado mineiro rever sua decisão já havia fracassado. Pena receava dar esta grande vitória a Carlos Peixoto e agravar a divisão no seio de seu governo, cenário que integrantes do alto escalão da

---

imperiais. Seu discurso tocaria ainda nos temas desenvolvimento econômico, educação e colonização do solo, assuntos incansavelmente retomados por João Pinheiro. PINHEIRO, João. op. cit., P. 239.

Coligação avaliavam como inevitável. A consagração de Carlos Peixoto na Câmara significaria a oposição no Senado com Pinheiro Machado. A atuação do deputado mineiro fragmentaria as opiniões a seu respeito em seu próprio estado. O deputado mineiro Feliciano Pena, genro do presidente, mantinha-o informado do que se passava nos bastidores. Realizava essa tarefa transmitindo suas impressões acerca do quilate dos políticos que *sustentavam* seu governo. Falando sobre Carlos Peixoto e Pinheiro Machado, diria Feliciano à Afonso Pena: "conheço os dois lados e sei que eles se equivalem. É gente perigosa e sem lealdade".[193] Por outro lado, Peixoto contava com o apoio de estados importantes como a Bahia. Na avaliação de um de seus maiores chefes, Rui Barbosa, a Bahia encontrava dificuldades em romper com a candidatura de Peixoto por temer represálias futuras por parte do governo federal. Ao que pudemos avaliar, a situação política se agravava na medida em que os debates sucessórios se aprofundavam. Afonso Pena sempre conviveria com uma frágil governabilidade.

As bases de Peixoto começariam a ser minadas no Congresso com os ataques desferidos pelo deputado gaúcho Germano Hasslocher a James Darcy, 1° secretário da Câmara e líder do governo na Casa. Em fins da sessão de 1907 uma série de debates acabaria por explicitar a situação dúbia de Darcy, integrante da bancada do estado de Pinheiro Machado e freqüentador da "república" de Carlos Peixoto.

Era fato conhecido nos cafés e nos clubes da sociedade *smart* carioca a proximidade entre Carlos Peixoto e James Darcy assim como era pública e notória a distância entre Pinheiro Machado e Peixoto. Em fins de 1907, a situação gaúcha se via ameaçada nas eleições para o governo deste estado marcadas para 25 de novembro. Em meados da década de 1890, a situação gaúcha, personificada pelo governador Borges de Medeiros, havia preponderado sobre os revoltosos federalistas. A atuação de Pinheiro Machado seria implacável contra os derrotados, contestando-lhes pedidos de anistias e indenizações, atuação que seria a tônica do Partido Republicano do Rio Grande do Sul. Em 1907, o deputado gaúcho da oposição Pedro Moacyr, ligado do movimento federalista, vai à tribuna denunciar que órgãos de imprensa daquele estado haviam acusado o candidato minoritário Fernando Abott de compactuar com crimes cometidos contra integrantes da situação. Abott enviara um telegrama a Moacyr informando-lhe da *injustiça* sofrida exigindo-lhe um posicionamento público da situação gaúcha no Parlamento. Quem acaba indo à tribuna é James Darcy, que faz uma réplica evasiva. Recrimina tanto Moacyr, por discursar em matéria tão delicada baseando-se apenas em um telegrama, quanto à situação gaúcha, exigindo-lhe maior imparcialidade e tolerância

[193] Carta de Feliciano Pena a Afonso Pena em 22 de fevereiro de 1908, Caixa: AP 12, Pasta número: 24.41, AN.

contra as minorias.[194] Rapidamente surgiriam outros motivos que permitiriam à oficialidade gaúcha incomodar-se com a postura de Darcy.

Poucas semanas mais tarde, Germano Hasslocher levantaria suspeita contra o método de concessão pública utilizada por Afonso Pena em uma estrada de ferro federal. Suas críticas estendiam-se ao ministro da Viação e Obras Públicas Miguel Calmon. Em outra ocasião, Hasslocher criticaria duramente a atuação do chefe de polícia da capital federal, acusado de expulsar do país um imigrante injustamente acusado de delitos, estabelecido no país há muitos anos e com filhos brasileiros. James Darcy se interporia ao colega de bancada refutando clara, mas polidamente, suas acusações. Desta tensão surgiria a repreensão pública feita por Hasslocher na qual acusa Darcy de apoiar uma facção política adversária da política de seu estado. Esta situação levaria James Darcy a se afastar da função de líder do governo na Câmara e, finalmente, à renuncia de seu mandato retirando-se definitivamente da vida pública. Comentando o golpe desferido ao Jardim da Infância, Pinheiro Machado se expressaria da seguinte maneira: "Despencou o primeiro galho. Agora vai a árvore". Afonso Pena colocara-se entre dois ambiciosos *colaboradores*, cujas intenções para o próximo mandato discordavam da sua, assunto que aprofundaremos no próximo capítulo

4.4. A defesa do café

Um indicativo do ambiente político existente na base aliada do novo governo a respeito deste assunto fora o jantar de confraternização oferecido por João Pinheiro, governador de Minas, ao presidente eleito Afonso Pena, uma semana antes de sua posse.[195] Entendemos que o tom do discurso de Pinheiro é de critica à noção de liberalismo que até aquele momento havia vigorado na administração pública e que a "reorganização do trabalho nacional se inicia pela solução do *problema econômico*". Trata-se de um pronunciamento discreto quanto à política de valorização do café. Essa cautela é mais bem entendida se considerarmos sua entrevista concedida ao jornal *O Paiz*[196] semanas antes de sua posse na presidência do estado e cerca de dois meses antes do discurso antes referido. Nesta entrevista, João Pinheiro havia se declarado um protecionista convencido, ainda que com algumas restrições. Entende que o protecionismo é perfeitamente aplicável quando o interesse nacional esta em risco, sendo aplicável à industria e a agricultura. No entanto, esta deveria ser uma

[194] Discursos de Pedro Moacyr e James Darcy. Annaes da Câmara dos Deputados, 1907, volume 7, parte 1, P. 10-17.
[195] Discurso de João Pinheiro em 7 de novembro de 1906 intitulado Afonso Pena e o Problema Econômico. In. PINHEIRO, João. op. cit., P. 237-39.
[196] Entrevista dada ao jornal O Paiz. In PINHEIRO, João. op. cit., P. 199-224.

solução momentânea, nunca permanente. Pinheiro tornou-se conhecido em Minas por sua política de cooperativas agrícolas e estímulo à agricultura familiar. A fundação das chamadas "escolas agrícolas", lugar-comum na retórica desenvolvimentista nacional, recebeu carinho especial por parte de Pinheiro. O governador mineiro acreditava que a terra tinha um valioso papel no estímulo ao cooperativismo e o mutualismo, elementos que poderiam contribuir para despertar uma Nação no território brasileiro. Mas João Pinheiro acabaria admitindo, pela urgência do momento, uma ação mais vigorosa por parte do governo em relação ao café.

A questão que se colocava para o início do governo Afonso Pena, e que constituía sua agenda mínima, era o programa de valorização do café. Para os críticos da ajuda oficial à grande lavoura de café, a confusão de interesses envolvidos nas ajudas governamentais a setores politicamente institucionalizados só contribuía para deformar e deseducar a prática política republicana, acostumando-a a utilizar-se de estratagemas danosos para a nação em favor de pequenos grupos. No entanto, medidas protecionistas eram sempre exigidas pelos produtores e a pressão dos cafeicultores paulistas frente à ameaça de uma super-safra agendada para 1906 só fazia aumentar. Carlos Peixoto, em fins de 1905, já se colocava como um disciplinado defensor dos planos de valorização do café. Em dezembro deste ano era votada uma emenda que previa a regularização do comércio do café, a promoção de sua valorização e a regulamentação de um serviço de propaganda do produto no exterior para aumento de seu consumo. A emenda permitia que a União endossasse empréstimos feitos pelos estados para este fim se estes assegurassem, em contrapartida, os recursos em ouro necessários para o serviço da dívida contraída. A emenda fora elaborada e aprovada pela Comissão de Finanças da Câmara[197] com voto discordante do deputado fluminense Érico Coelho, que classificou a medida como eleitoreira. Barbosa Lima, que nesta ocasião era deputado pelo Rio Grande do Sul[198] julgava ineficiente tal ajuda. Havia o risco de não cumprimento das obrigações com a União se o estado em questão não fosse rico. Era a primeira tentativa que se ensaiava na história nacional que postulava uma interferência da União no mercado internacional de café. Percebemos aqui que a concordância com os termos do plano de valorização do café não foi *a* questão a ser fechada para a composição ministerial e nem mesmo para o decorrer de seu próprio governo. Dissensões de opinião quanto aos termos do auxílio oficial não estavam restritas aos estados interessados na valorização, aos

[197] Integravam a Comissão de Finanças da Câmara em 1905 além de Érico Coelho: David Campista e Francisco Veiga (MG), Ignácio Tosta (BA), Anízio de Abreu (PI), Galeão Carvalhal (SP), Cassiano do Nascimento (RS), Paula Ramos (SC), Cornélio da Fonseca (PE), Urbano Santos (RJ) e Francisco Sá (CE),

[198] Alexandre José Barbosa Lima, experiente parlamentar e um dos maiores adversários de Carlos Peixoto na tribuna já havia representado na Câmara os estados do Ceará e Pernambuco. Elegeria-se ainda pelo então Distrito Federal, a cidade do Rio de Janeiro.

que não tinham interesse por não serem plantadores e ao governo preocupado com suas contas: permearia também o interior das bancadas estaduais e gabinetes ministeriais da nova administração.

Submersos em um mundo liberal e imperialista, parecia absurdo a muitos políticos de então que um país com a nossa (pouca) representatividade internacional pudesse interferir nos preços de um produto no mercado mundial sem ferir acordos existentes. Entretanto, como nos aponta a tabela seguinte, a supremacia do Brasil no mercado mundial de café era incontestável e a crise que se aproximava era flagrante, considerando-se as previsões baseadas na floração dos pés de café plantados. Peixoto passaria a defender junto com David Campista, na Câmara, a tese de que o que era bom para o café era bom para o país. As conversas que resultariam no convênio firmado entre São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro já se encontravam adiantadas. Em agosto de 1905, representantes de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo haviam se encontrado para discutir um plano de valorização do café. Essa aproximação, que resultaria mais tarde no Convênio de Taubaté e que não dispôs nenhuma medida prática específica, se dá num ano de baixa colheita e num momento em que parecia impossível prever o volume da próxima.[199]

[199] HALLOWAY, Thomas H. *Vida e morte do Convênio de Taubaté: a primeira valorização do café*. P. 57.

Tabela 4

Dados estatísticos sobre o café - Movimento geral da produção

Safras	Brasil	Outros Países	Total
1901 – 1902	16.146.000	3.646.000	19.792.000
1902 – 1903	13.066.000	4.499.000	17.565.000
1903 – 1904	11.129.000	4.628.000	15.757.000
1904 – 1905	10.529.000	3.820.000	14.349.000
1905 – 1906	10.803.000	3.580.000	14.383.000
1906 – 1907	20.192.000	3.828.000	24.020.000
1907 – 1908	11.124.000	3.612.000	14.736.000
1908 – 1909	12.917.000	3.936.000	16.853.000
1909 – 1910	15.353.000	3.822.000	19.175.000

Fonte: CALMON, Miguel. **Factos Econômicos**, p. 387.

Em fins de 1905, as previsões paulistas da colheita que se daria em 1906 chegaram a uma estimativa alarmante, conforme tabela anterior, quando se passa a cogitar mais seriamente a intervenção dos produtores no mercado de café. Carlos Peixoto, ao argumentar que medidas de defesa do café não interessavam apenas aos estados produtores mas à nação, já deixava clara a urgência de uma medida posterior que partisse para a valorização da saca de café. A questão da ajuda ao café, ansiada principalmente por São Paulo, colocava este estado como um elemento político de atuação bastante definida ao término do governo Rodrigues Alves.

Em 25 de fevereiro de 1906, já sob as previsões da próxima safra, encontram-se os governadores Jorge Tibiriçá, de São Paulo, Nilo Peçanha, do Rio de Janeiro e Francisco Sales, de Minas Gerais. O objetivo do encontro era formalizar um acordo entre os três estados. Halloway enumera a importância desse encontro que seriam as seguintes: tornar público os detalhes da valorização; constituir um apelo oficial dos três estados para uma participação do governo federal no programa; pedir ao governo providências quanto à estabilização da taxa cambial do mil-réis. No entanto, para o projeto votado no Congresso ser aprovado foi necessária a supressão da cláusula que estipulava o comprometimento da União ao empréstimo de valorização. Esta responsabilidade seria repassada aos estados pactuantes. Em meados de 1906 o estado de São Paulo iniciaria uma operação de crédito para a compra de sua safra, primeiramente junto a um banco alemão, o *Disconto Gesselleschaft*, depois com

Herman Sielcken, um dos maiores atacadistas do café dos EUA.[200] Outras operações de crédito seriam realizadas com a finalidade de honrar as anteriores até que em fins de 1906 se instituiria a sobre-taxa estando sua receita comprometida com o pagamento à *J. Henry Schroeder & Co*. Apesar de menos dependentes das receitas do café que São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais também seriam beneficiados pela valorização do produto. Ao retirar do Convênio o café de tipo inferior produzido por estes estados, São Paulo procurou pressionar o governo a comprometer-se com o programa. No entanto, o endosso da União seria adiado ao máximo.

A elaboração desse convênio acabou gerando tantas dificuldades que pouco de seu texto original conseguiu ser trazido para a prática. Procuramos relacionar aqui seus principais pontos. Seu primeiro artigo procurava estabelecer, pelo prazo de um ano pelos estados pactuantes, o preço mínimo de 55 a 65 francos-ouro por saca de café com 60 quilos. A cotação do café na casa dos 50 francos era algo que não era conseguido há mais de dez anos e em 1906 a cotação acabou ficando por volta de 41.[201] O segundo artigo visava dificultar a exportação de grão de qualidade inferior. Isto acabaria por afetar Minas Gerais e Rio de Janeiro, justamente os estados produtores do café de menor qualidade. O terceiro artigo estabelecia o compromisso dos estados com a organização e manutenção de um serviço regular de propaganda do café encarregado também de investigar fraudes e adulterações neste produto. O quarto artigo visava a criação pelos estados pactuantes de um serviço de classificação dos grãos, a partir do qual seu valor era estipulado. O sexto e o sétimo artigo tratam do estabelecimento da sobretaxa, onde aos governos contratantes caberia a criação e a cobrança desse imposto. Seriam cobrados 3 francos por saca de café exportado. Esse imposto ficaria sob responsabilidade da União, com a finalidade exclusiva de cobrir as despesas com juros e amortizações decorrentes do empréstimo necessário para a execução do plano. A oitava e mais polêmica cláusula do contrato previa que, para a execução do convênio ficava o Estado de São Paulo autorizado a promover, com a garantia do fundo criado pela cobrança da sobretaxa, as operações de crédito necessárias até o capital de 15 milhões de libras esterlinas. Esta última medida, essencial para a compra/retirada do excesso de café do mercado, ainda tardaria para ser concretizada, levando-se em conta a relutância de Afonso Pena em comprometer as finanças nacionais com um empréstimo deste volume.

Mas no que se refere ao quadro político, ainda que houvesse discordância quanto aos termos de uma possível intervenção, cada vez mais nomes anteriormente relacionados à

[200] Ibidem, P. 70.
[201] Ibidem, P. 61.

ortodoxia financeira (livre-mercado e não intervenção na iniciativa individual) encontravam-se agora de acordo com uma política oficial de valorização do café. Entre estes, Pinheiro Machado, Bernardino de Campos, Rodrigues Alves, Joaquim Murtinho e Afonso Pena que, ao que pudemos avaliar, não tinham muitas opções frente dos rumos imperiosos que a lavoura cafeeira havia colocado para a economia nacional neste momento.

Ao assumir a presidência, Afonso Pena, através de seu Ministro da Fazenda David Campista, se encarregaria de uma parte das necessidades do programa de valorização que era a estabilização do câmbio, o que se materializou na implantação da Caixa de Conversão, instituição encarregada de estabilizar o cambio através da troca de moedas em ouro por bilhetes ao portador, representativos do valor das moedas em ouro. Sua proposta havia causado polêmica no Brasil e no mercado internacional, desconfiados que a nova Caixa se transformasse em uma casa emissora, contrariando toda a política de saneamento do meio circulante até então realizada. A despeito das desconfianças e oposições, o projeto de lei instituindo a Caixa de Conversão seria aprovado em dezembro de 1906, ao iniciar-se o governo Afonso Pena.

Como governador de um dos estados pactuantes, caberia a João Pinheiro ser o destinatário de uma montanha de reclamações dos produtores de café desgostosos dos termos em que o Convênio se baseava. Entre os principais problemas na execução do plano citamos: o fato de Afonso Pena ter prestado uma ajuda apenas parcial à execução do Convênio, principalmente por causa de sua resistência ao comprometimento da União com os empréstimos externos necessários para a implementação do plano; a desconfiança e o distanciamento do programa pelos governadores de Minas, João Pinheiro, e Rio de Janeiro, Alfredo Backer uma vez que os cafés produzidos por seus estados eram de um tipo inferior, ausente das compras efetuadas pelo Convênio. Os termos do Convênio, desvantajosos para Minas e Rio de Janeiro, haviam provocado uma reunião entre os três estados pactuantes em Belo Horizonte para repensarem o plano. Em julho de 1906, um segundo documento era assinado. As alterações conseguidas frente aos paulistas foram a diminuição dos preços do café produzido por este estado e o fato de que aos estados caberia decidir quando iniciar a cobrança da sobre-taxa junto aos lavradores.[202] Segundo Jerry Weiner, Afonso Pena e João Pinheiro seriam os grandes responsáveis por esta vitória. O resultado, pelo que pudemos averiguar em Minas, foi o início da cobrança da sobre-taxa sem repasse para o caixa do Convênio. Resultado: a demora no aparecimento de resultados nos preços do café acabaria gerando tensões. O deputado mineiro Feliciano Pena, sobrinho do Presidente da República e

[202] WEINER, Jerry T. op. cit., P. 197-98.

um de seus mais disciplinados confidentes, relataria as contradições do plano de valorização do café:

> Com efeito, cobrar a taxa de 3 francos sobre cafés repudiados pelos agentes dos Estados Convenistas, quando a taxa foi criada para o serviço do empréstimo contraído para a compra do café a um tal preço, excede as raias da iniquidade e dá fundamento para o mais desesperado clamor.
> Com a orientação dada às operações de compra é manifesto que a maior parte dos cafés de Minas e Rio ficará refugada, sendo chamada à forma corrente para pagar a taxa.
> Na letra do Convênio já se encontra implicitamente essa exclusão, desde que se tomou o compromisso de comprar o tipo 7 a tal preço e os de qualidade superior - proporcionalmente, os de qualidade inferior ao tipo 7 não entraram em conta. Essa situação, já de si intolerável para Minas e Rio, agravou com o modo de se definir o tipo 7, que segundo consta, não é mais do que o 6.
> No Convênio entrava o propósito de dificultar a saída de cafés inferiores, o que é certo, desde que fossem através de medidas lentas e não de salto, sacrificando de uma só vez, as finanças dos dois Estados, depois de lhe acenarem com perspectivas de melhora.[203]

A situação criada pelos termos de execução do Convênio de Taubaté aproximariam os governadores Alfredo Backer, do Rio de Janeiro, e João Pinheiro. Cafeicultores dos dois estados pressionavam seus governadores a reverem os termos do contrato de empréstimo que previam a cobrança da sobre-taxa. Como mostramos anteriormente, os dois estados estavam diante de um impasse: tinham sua produção de café excluída do termo de valorização ao mesmo tempo em que se colocavam sob a obrigatoriedade da cobrança da sobre-taxa por café exportado. O estado de São Paulo reiteradamente exigiria junto ao Governo Federal para que os outros dois estados não retrocedessem na cobrança da sobre-taxa junto aos seus produtores.

Atento às semelhanças, Peixoto transportaria para dentro do estado do Rio de Janeiro a divisão existente no plano federal entre seu grupo e o de Pinheiro Machado. Este último se reaproximaria de Nilo Peçanha, ex-governador do Rio de Janeiro e atual vice-presidente da República, administrando, naquele estado, uma resistência ao Jardim da Infância. Nilo reafirmara sua proximidade da *Coligação* quando dos protestos dos cafeicultores fluminenses em relação à cobrança da sobretaxa. Como forma de minar a influência do vice-presidente da República no Rio de Janeiro, Carlos Peixoto promove a aproximação entre sua parcela do poder federal e Alfredo Backer, atual governador. A fim de reagir a esta situação, Nilo Peçanha propõe uma intervenção federal no estado do Rio de Janeiro. Viscardi nos informa que as origens da proposta de intervenção remontam a um

[203] Carta de Feliciano Pena para Afonso Pena em 23 de janeiro de 1907. caixa AP 12, numero 24.27, AN.

acordo concedido por Peçanha à Backer quando da vacância do cargo de governador por ocasião de sua ida para a Vice-Presidência da República[204]. A este acordo se seguiria outro, firmado por Nilo junto aos três poderes do estado, no qual o mandato de Alfredo Backer se estenderia até 1910. Com a aproximação dada entre Backer, João Pinheiro e o Jardim da Infância, o acordo estaria quebrado. A intervenção federal proposta por Nilo estabelecia a realização de novas eleições para o governo do estado. Neste episódio a intervenção não se consumaria e Nilo sairia derrotado. Diante dos rumos que o convênio tomava, mineiros e fluminenses tinham mais coincidências que divergências e a correspondência trocada entre os governadores dos dois estados aponta para tal identidade de problemas.

São Paulo, sozinho, teria grandes problemas em manter o programa. Empréstimos externos, o arrendamento da Estrada de Ferro Sorocabana a um grupo franco-americano e a participação de uma firma estrangeira na classificação do café comprado para valorização denunciavam os duros termos enfrentados pelo estado. Soma-se a isso o impasse da cobrança da sobretaxa em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Apesar de o estado de São Paulo estar operando em crédito independentemente, Minas e Rio de Janeiro continuavam com a cobrança da sobre-taxa para a fúria dos produtores. A este respeito o governo mineiro argumentava que a receita estadual se encontrava deficitária, o que justificaria a cobrança da sobre-taxa. A manutenção da cobrança seria convertida em compensações que não a compra do excesso de café. Pinheiro, em 1907, se compromete com a expansão do financiamento agrícola aos produtores, a tentativa de redução da taxa de exportação junto à Assembléia Mineira, a distribuição de prêmios de produção e a criação da Agência de Produtos Mineiros encarregada de propagar o consumo de café na Europa.[205]

Em 1907, com o aumento dos compromissos com firmas estrangeiras, São Paulo consegue junto ao governo federal a liberação de um empréstimo de £3,000,000. Mais tarde, em fins de 1908, São Paulo conseguiria livrar-se, definitivamente, da rolagem crônica das dívidas contraídas. Viscardi nos informa que, em 1908, deputados mineiros pressionam o governo federal pelo endosso. O governo concederia o endosso ao empréstimo desde que os paulistas apoiassem a candidatura de David Campista à sucessão.[206] O decreto presidencial autorizando o Ministério da Fazenda a garantir o empréstimo de £15,000,000 que São Paulo ambicionava viria em dezembro de 1908.[207] Para honrar no grande empréstimo, os

---

[204] VISCARDI, Cláudia M. R. *Teatro das Oligarquias: uma revisão da política do "café com leite"*. P. 201.
[205] VISCARDI, Cláudia M. R. Minas Gerais no Convênio de Taubaté: uma abordagem diferenciada, *CD-Rom dos Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica e IV Conferência Internacional de História de Empresas*. P. 14.
[206] Idem P. 15.

cafeicultores paulistas passariam a contribuir com 5 francos por saca de café exportado.[208] Assim, conseguiram atingir o objetivo de consolidação dos passivos da valorização.[209] Com o início dos debates sucessórios, Afonso Pena começaria a explicitar sua inclinação pelo nome de Campista para sucede-lo. Tanto o Presidente da República quanto o jovem e bem-preparado Ministro da Fazenda, responsáveis pela a criação da Caixa de Conversão e, por fim, signatários do grande empréstimo valorizador do café, reclamariam o apoio dos paulistas. Retornaremos este assunto no último capítulo.

Uma parte da frente parlamentar do Jardim da Infância seguia na sua tarefa de pavimentar a política protecionista. Em um extenso discurso fartamente ilustrado de citações a economistas e estadistas europeus e norte-americanos, João Luis Alves defenderia na Câmara sua proposta de lei que complementava a política de proteção à lavoura. O argumento do governo, expressado na *Mensagem* de Afonso Pena para o ano de 1907, expõe claramente que, a despeito do progressivo desenvolvimento industrial e de outras culturas, o café desfrutava de atenção especial. A mesma lavoura que constrangia o crescimento econômico era aquela a ser protegida, pelo menos enquanto não fossem corrigidos definitivamente seus vícios. O papel de João Luis Alves era o de perseverar neste assunto, estendendo-o a outros segmentos da economia. Baseando-se no economista inglês Stuart Mill e no socialista norte americano Henry George, novamente afirmaria a ineficácia do livre-cambismo e do protecionismo em suas formas extremadas, devendo estas ser adequadas a cada caso. Alves repetia a retórica programática do governo de Afonso Pena ao defender a proteção das industrias capazes de desenvolvimento natural, desde que esta não significasse ônus para o país. A proposta de reforma da política aduaneira apresentada por Alves significava, a longo prazo, deixar o Brasil de ser mero exportador de mercadorias *coloniais*.[210]

O Presidente, por sua vez, também daria início a um plano de colonização do solo. Por intermédio do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas ocupado por Miguel Calmon, publicaria uma extensa lei regulamentando a relação de direitos e deveres entre a União e o imigrante. O decreto n. 6455 de 19 de abril de 1907 dispunha sobre a distribuição de lotes apropriados para a agricultura e a pecuária destinados prioritariamente à mão-de-obra imigrante. A fundação de tais núcleos poderia ser promovida pela União, pelos Estados ou

---

[207] *Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1908*. Rio de Janeiro: imprensa oficial, 1909, P. 26.
[208] GLICÉRIO, Francisco. Valorização do café, *Idéias políticas de Francisco Glicério*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1980. P. 88.
[209] HALLOWAY, Thomas H. op. cit. P. 79.
[210] Discurso de João Luis Alves em 6 de agosto de 1907. *Annaes da Câmara dos Deputados*. 1907, volume 4, P. 173-294.

pela iniciativa privada – empresas de viação férrea ou fluvial – com ou sem subsídios públicos. A lei previa inclusive a desapropriação de terras particulares em benefício da formação de tais colônias. À União cabia o fornecimento de maquinário e sementes necessários para o início das atividades bem como uma residência, alimentos e assistência médica para os colonos. O imigrante ficava obrigado a cultivar a terra e, em caso de contração de matrimônio com brasileira, podia ainda receber o título de propriedade definitiva sem qualquer custo para o casal.

Calógeras, que não se encontrava no Brasil por ocasião das discussões do plano valorizador em 1906, teria oportunidade de opor-se radicalmente aos rumos tomados pela política protecionista em sua parte relativa ao café. Em discurso de 18 de novembro de 1908, se coloca como um opositor histórico de projetos de valorização, devido à ineficácia destes em solucionar definitivamente o problema e ao espaço dado "a negociatas mais ou menos indecorosas, por parte de intermediários pouco onerados de escrúpulos". E causa espécie entre os representantes paulistas no recinto ao argumentar:

> Sr. Presidente, não sei se com que direito se pode exigir que o Brasil inteiro se torne responsável, assuma improficuamente a responsabilidade dos erros da lavoura paulista porque em São Paulo, e só em São Paulo, foi que se desenvolveram por forma tão inconsiderada as plantações, cuja superprodução está causando os males da situação presente[211]
>
> Os erros da lavoura paulista virão a ser pagos pelos seringueiros da Amazônia, pelos nortistas já tão empobrecidos pela seca, pela população inteira do Brasil que em nada contribuiu para estes verdadeiros desatinos[212]

Pandiá Calógeras assumiria nesse momento a posição de um *outsider*, na sua posição de deputado que lida com a tribuna. Certamente contava com comprometimentos diferentes daqueles da *tropa de choque* do Jardim da Infância e do seu fraternal amigo João Pinheiro. Este último, apesar da experiência de industrial, se encontraria na obrigação de defender as receitas advindas do café inclusive para viabilizar a execução de seu programa de ensino básico e técnico-agrícola além dos assentamentos coloniais. O distanciamento de Calógeras do núcleo legislativo e executivo do governo federal se aprofundaria tão logo começassem as movimentações para a sucessão presidencial.

Peixoto, no afã de controlar o reconhecimento de poderes para a legislatura que se iniciaria em 1909, trabalhava tendo em mente a formação de um Parlamento favorável à composição de uma chapa presidencial liderada por João Pinheiro tendo o baiano José

[211] Discurso intitulado "A política de valorização do café". In: CALÓGERAS, João Pandiá. *Idéias políticas de Pandiá Calógeras*. P. 333.
[212] Idem, P. 339.

Marcelino, a esta altura já rompido com o então senador Severino Vieira, como vice. O governador de Minas contava com o apoio de parte da velha guarda propagandista da República, esperançosa de melhores dias de um regime já enfeixado de vícios. Porém, não contava com o apoio dos coronéis de seu próprio estado. Desgostosos com as liberalidades eleitorais que João Pinheiro patrocinava por todo o estado, viam-se derrotados em distantes arraiais outrora a eles submissos.

O Jardim da Infância alcançara notoriedade e Carlos Peixoto Filho seria lançado ao estrelato político na capital. Força pulsante do grupo, o político ubaense era prestigiado nos cafés e jantares da sociedade *smart* carioca. Porém o cenário que se abria na metade final do governo Afonso Pena era nebuloso. A Coligação, formada no governo Rodrigues Alves para impedir que o Presidente controlasse o processo sucessório, voltaria seus canhões neste momento contra Afonso Pena e sua pretensão de repetir a velha fórmula. Campista, de reputada competência, não contava com a simpatia das lideranças políticas em sua própria terra que o viam quase como um estrangeiro. Peixoto e Calmon surgiam com a proposta de uma chapa Minas/Bahia, tendo João Pinheiro como Presidente. No entanto a morte precoce do governador mineiro em outubro de 1908 sinalizaria o início do desmonte do grupo.

Apesar de caracterizarmos o Jardim da Infância como uma força parlamentar exacerbada pela agressiva atuação de Carlos Peixoto, quem encarnaria mais fielmente os desejos de reformulação das práticas políticas nacionais bem como seu desenvolvimento foi João Pinheiro. Com sua morte, restaria do Jardim da Infância sua face mais combativa, partidária e pragmática. No próximo capítulo, trataremos como diversos integrantes identificados ao seu núcleo – atentos às mudanças – se dispersariam.

CAPÍTULO 5: O espetáculo do fim

> Amador das artes plásticas, deixou ensaios estimáveis de pintura, que, se não denunciam um artista forte ou original, revelam sem dúvida as disponibilidades de um cultivado bom gosto, excepcional no meio político da época (...) Campista era bem um daqueles pássaros de vôo largo. Os bacuraus de vôo rasteiro e curto nunca o aceitariam.[213]
>
> Afonso Arinos

A eleição de Afonso Pena para a presidência da república significou a emergência, no cenário federal, de outros protagonistas além dos paulistas: os estados de Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul. Da *Coligação*, que tanto contribuiu para a biografia política de Pinheiro Machado, surgiu como força parlamentar o Jardim da Infância, capaz de contra-balancear a influência do general gaúcho e de prover o Presidente da República com o apóio necessário à realização de seu programa de governo. Nossa tarefa neste capítulo será uma análise dos fatores de desagregação do grupo consumada na disputa presidencial entre Rui Barbosa e Hermes da Fonseca.

Outro assunto que trabalharemos neste capítulo refere-se à conjunção de duas contradições no Jardim da Infância: a primeira diz respeito aos anseios de reformas nas práticas e hábitos políticos. Continuando de certa maneira a temática da experiência de poder do capítulo anterior acreditamos que a aceitação, na esfera de atuação micro-política, de regras tacitamente aceitas no seio da comunidade política refletir-se-ia nos comportamentos dos nossos personagens quando de suas chegadas ao topo da hierarquia política. Em outras palavras, muito da realização do sistema macro-político se dava pela aceitação das regras do jogo por aqueles que iniciavam sua vida pública e ambicionavam crescer em seu interior. As etapas de formação intelectual e recrutamento político experimentadas por nossos personagens impunham-lhes uma *educação para a política* contra a qual opções de transgressão eram muito limitadas. Neste aspecto, uma descontinuidade permearia a realização do nosso sistema macro-político. As críticas ao sistema partidário nacional e às práticas eleitorais fraudulentas deitavam raízes para muito antes da geração a que pertenceram

[213] FRANCO, Afonso A. de M. *Um estadista da República*. Vol. 2, P. 587.

nossos pesquisados. Filhos destes protestos, nossos personagens concordariam no essencial desta crítica sem, porém, acharem-se em tempo – e em prestígio – de poderem consumá-la como uma cultura política. Os pontos fracos do regime há muito eram identificáveis, mas as leis e os discursos se revelariam ineficazes na árdua tarefa de destruir costumes interiorizados ao longo de gerações. A mudança de regime não havia convertido os homens. Neste aspecto, a aceitação das regras do jogo macro-político, essenciais para a iniciação e sobrevivência na arena política, também se revelava uma submissão.

Tal submissão às vicissitudes do jogo político nos leva ao segundo ponto entre as contradições que marcaram o Jardim da Infância. Situando o papel desempenhado por este grupo no interior de um contexto de luta e de uma rede de relações políticas repletas de restrições, procuraremos demonstrar que a transcendência das práticas políticas viciadas e interiorizadas encontrou limites. Normalmente identificados como um grupo comprometido com os valores da erudição, profissionalismo e honestidade aplicados à administração pública, vários integrantes do Jardim da Infância carregavam consigo as chagas de um país economicamente atrasado e recém-liberto da escravidão. Uma parte do Jardim da Infância movia-se no interior de uma contradição: ambicionavam o progresso material e *moral* do mesmo país no qual constatavam sintomas claros de degenerescência histórica, racial e étnica. Haviam sido educados no interior de uma elite que olhava para o Brasil de forma racialmente segmentada, apoiando-se para isso não apenas no folclore, mas também na autoridade explicativa dos últimos progressos da ciência de então – fossem estas as da história natural, do direito, da criminalística ou da biologia. Tal percepção era ainda potencializada pelos baixíssimos níveis de alfabetização e, conseqüentemente, de participação popular na vida política nacional.

Queremos com isso afirmar a inexistência de uma cultura política homogênea entre nossos personagens. Conforme questão apresentada no primeiro capítulo, procuramos demonstrar que nossos personagens possuíram experiências de poder distintas entre si. A própria forma como estruturamos nosso trabalho nos levou a esta constatação. Partindo de um ponto avançado na trajetória biográfica de nossos pesquisados – a pertença ao Jardim da Infância – procuramos retornar no tempo e falar um pouco mais sobre as origens familiares, o "berço", a educação escolar e acadêmica e sobre as vias de recrutamento e inserção na vida pública por que passaram nossos personagens. Ao início deste feixe de trajetórias pessoais, nos deparamos com um amplo leque de origens que convergiriam futuramente para o grupo em estudo. O próprio papel desempenhado por nossos personagens com a formação do Jardim da Infância refletiu a diversidade de comprometimentos entre estes e o governo Afonso Pena.

Neste momento, o assunto com que iniciamos este capítulo será a dissolução do Jardim da Infância. Identificado como uma força política parlamentar, o grupo desmoronaria tão logo suas forças vitais de projeção e coesão – João Pinheiro e Afonso Pena – desaparecessem pela morte.

5.1. As movimentações sucessórias: João Pinheiro e David Campista

Em Minas Gerais, João Pinheiro acumulava o prestígio de um bem sucedido retorno à política e constituía um nome altamente qualificado para o desempenho da suprema magistratura nacional. Suas qualidades de republicano histórico e industrialista se revelariam importantíssimas quando à frente do executivo estadual. Tanto Pinheiro quanto Pena concordavam no essencial de um programa de governo que dedicasse sua atenção e seus recursos para a ocupação do interior do país e a educação pública. O estabelecimento de colônias familiares, escolas agrícolas e cooperativa de produtores despontavam, nestes dois políticos, como as ferramentas governamentais mais apropriadas para a proliferação do trabalho nacional, a produção de alimentos e o estímulo ao mutualismo. Não apenas seus discursos oficiais como também a correspondência trocada entre ambos nos aponta que o exercício da política em muito deveria se ocupar com a facilitação do desenvolvimento econômico. Ao Estado caberia fornecer os meios legais e logísticos para esta tarefa: portos, estradas de ferro, linhas telegráficas e uma legislação protecionista e tarifária mais comprometida com o estímulo ao empresariado e à iniciativa particular do que com a mera arrecadação fiscal.

Mas a grande obra que se colocava da formação de uma nação pela via do trabalho resvalava naquilo que os políticos de então costumeiramente se referiam por *meio social*. A sempre idolatrada terra ubérrima em recursos naturais, extensão e qualidades climáticas encontrava a situação da organização do trabalho ainda afetada pela flagrante proximidade contada do término do regime escravista de trabalho. Falando sobre os desafios que se abriam para o novo Presidente da República em solenidade oficial, João Pinheiro reafirmaria o compromisso de apoio ao seu programa de governo:

> (...) o país, empobrecido e atormentado, leu em seu programa de governo, excelentíssimo senhor, a promessa da reorganização do trabalho, que uma instituição maldita aviltou; a intenção de proteger as indústrias incipientes, que uma mal entendida liberdade comercial embaraça; a necessidade de povoar os desertos longínquos que, para frutificarem, só esperam as estradas de ferro e o colono dignificado pela posse da terra que amará porque é dele, também amado por ela, por lhe ter trazido, com as alegrias do trabalho livre e fecundo, forças e riquezas que serão da pátria.[214]

De fato a atuação de João Pinheiro à frente do governo mineiro ficaria para sempre identificada por sua dedicação a laicização do Estado, a educação fundamental e a reorganização do trabalho. Pinheiro tomaria medidas ao assumir o governo de Minas orientadas para a laicização do aparelho público que em muito contribuiriam para os que o conheceram – ou sobre ele escreveram – o tomassem por idealista. No início de sua administração, decretou uma lei suspendendo o ensino religioso nas escolas públicas do estado. Esta medida teria, mais tarde, outros desdobramentos. Defendia João Pinheiro a separação da Igreja do Estado e a "ampla liberdade espiritual"[215] gravada na Constituição da República. Seria motivo de veementes críticas oriundas de políticos, clérigos, jornalistas que bradavam a continuidade do ensino religioso, até então respeitada no regime republicano por todos os governadores mineiros.[216] Tal postura provocaria a perplexidade de padre João de Santo Antônio, já octagenário, homem de importância fundamental para a educação de João Pinheiro e seu irmão José Pinheiro nos anos difíceis de suas infâncias. Reproduzimos a seguir o conteúdo da carta endereçada à João Pinheiro:

---

[214] Afonso Pena e o problema econômico. PINHEIRO, João. *Idéias políticas de João Pinheiro*. P. 238.
[215] Liberdade de culto, In: PINHEIRO, João. op. cit., P. 231.
[216] SILVA, Idelfonso Mascarenhas da. João Pinheiro: comemoração do centenário de seu nascimento. *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*. P. 197.

> Prezadíssimo e Ex^mo^ Comp^e^ D^r^ João Pinheiro
> Comp^e^. Por vosso respeito trago o meu coração amargurado quase desde que tomastes posse do governo deste estado (..) Uns vos dizem positivista, outros que não sois católico e sim perseguidor do Catolicismo. (...) O que quero então do Comp^e^ é espaço para tranqüilidade e alívio do meu coração é que me certifiqueis se com efeito não sois católico, se não sois perseguidor do Catolicismo, qual a razão da proibição da música prestando ao culto divino, de proibição do ensino do catolicismo nas escolas e se com efeito foi proibido aos professores esse ensino, ainda fora das horas de aula. Espero ter grande consolação com a vossa resposta, que ansioso espero e m^to^ grato vos serei. Abraça-no o vosso grato compadre, sincero e dedicado amigo
>
> P^e^ João de Santo Antônio Missionário Apostólico[217]

Não tivemos acesso à resposta de João Pinheiro mas seu posicionamento quanto a laicização do Estado era imune ao formalismo católico reinante na política nacional. No mês anterior ao recebimento da carta acima transcrita, João Pinheiro fora à Mariana prestigiar seu antigo professor do seminário agora elevado a Arcebispo de Mariana, Dom Silvério Gomes Pimenta. Dúbio, comemoraria a sagração com um brinde devido "ao chefe espiritual da religião que foi a de meus pais e é a de meus filhos e que rejuvenesce dentro do regime republicano e na Pátria inteiramente livre".[218]

A obra política de Pinheiro ficaria identificada pela preocupação com a chamada *reorganização do trabalho nacional*. Este item era representado principalmente pela criação de escolas técnico-agrícolas, fazendas-modelo e colônias de povoamento além da concessão de prêmios aos melhores produtores. Possuía uma visão muito prática de como se daria o processo de ocupação do interior do estado. Pinheiro acreditava que o incentivo à carreira agrícola, aprimorada pelas escolas agrícolas, agiria como a semente da iniciativa particular: ensinar "como se ganha dinheiro".[219]

Longe das montanhas, o caldeirão político da capital dificultara em muito a manutenção de uma relação cordial e acima de suspeitas entre a cavalaria de Carlos Peixoto e o conselheiro Afonso Pena. Por outro lado, no Palácio da Liberdade, as correspondências que chegavam do Catete eram sempre amigáveis. Afonso Pena e João Pinheiro raramente tratavam a politicagem diária um com o outro. Preferiam dedicar tinta à discussão dos problemas nacionais e mineiros. Estas cartas, cheias de amenidades e afabilidades, demonstravam que Afonso Pena observava de perto as novidades propiciadas pelo governador mineiro, como nos aponta a seguinte correspondência:

---

[217] Carta de Padre João de Santo Antônio à João Pinheiro em 17 de novembro de 1907. caixa 22, número 2946, APM.
[218] O exemplo de Dom Silvério, In: PINHEIRO, João. op. cit., P. 302.
[219] PINHEIRO, João. op. cit., P. 254.

> Dou-lhe os mais vivos parabéns pelo impulso que seu governo vai imprimindo ao ensino público no Estado com resultados prontos e surpreendendes (...) Aguardo com o maior interesse a organização que pretendes dar ao ensino agrícola prático. É assumpto de magna importância para nossa pátria e espero que o exemplo de Minas há de ser seguido por outros estados. Estou trabalhando com muito afinco e muito confiante de que não serão improficuos os meus esforços pelo bem público. Amigo afeto Afonso Pena.[220]

O ambicioso programa de governo de João Pinheiro exigia que fossem mantidas as rendas advindas do imposto de exportação do café. Pinheiro nunca negaria que a exigência da defesa do café era condição de sua própria candidatura ao governo do estado. Garantida a manutenção dos preços, o governo mineiro agora crescia seus olhos para o grande bolo fiscal que se formava com a cobrança da sobre-taxa já comprometido na cobertura do empréstimo externo utilizado na compra do excesso das sacas colhidas. Tanto Minas como Rio de Janeiro tardariam a entrar de fato no Convênio, por ocasião da recusa do café de tipo inferior plantado por estes dois estados. Para a fúria dos cafeicultores mineiros, especialmente da região sul e da zona da mata, o governo estadual continuava a cobrar a sobre-taxa. O governo mineiro não repassava o produto do imposto para a compra de sacas restringindo-se à promessa de que tais recursos seriam aplicados na forma de propaganda do café no estrangeiro, na concessão de crédito e maquinário aos agricultores, beneficiamento e armazenagem ao café produzido.[221] Ao empregar este *plus* orçamentário em um programa de governo que não se pautava unicamente pelo simples repasse para a lavoura cafeeira, João Pinheiro acabaria acumulando maior notoriedade na imprensa da capital. Naturalmente seu nome foi incluído como um dos prováveis candidatos ao Catete. Pinheiro tinha perfeita consciência da movimentação que se formava em torno de seu nome e, como pudemos perceber rezar a cartilha dos candidatos da alta política, reiteradamente recusaria tal encargo dissimulando, da mesma forma, sobre apoios e intrigas. Mas, diferentemente da dissimulação apresentada por outros atores envolvidos em processos sucessórios, Pinheiro acabaria utilizando os acenos feitos à sua pessoa para traçar, de forma crua, a imagem que fazia do baixo conluio predominante nos agrupamentos sucessórios. A um repórter do jornal *A Imprensa* comentaria Pinheiro sobre a formação de uma – no caso a sua – candidatura:

---

[220] Carta de Afonso Pena a João Pinheiro em 12 de fevereiro de 1907. Caixa 18, n° 2394, APM.
[221] Segunda Mensagem ao Congresso Mineiro em 15 de junho de 1908. PINHEIRO, João. op. cit., P. 351.

> "Como a compreendem, ela não é senão uma manifestação estreita, e que deve ser combatida, da política e do partidarismo pessoal; é a coligação de um grupo de homens em torno de uma personalidade, sem a preocupação de um programa, nem a de outros interesses que não sejam os do domínio: o bem público, os interesses do povo, as necessidades do País estão fora disso. O candidato é o resultado dessa confederação eventual de forças e não assume outro compromisso senão o de servir-lhe as aspirações do mando. Não é esta a doutrina republicana; essa é a política do partidarismo pessoal, contrária aos princípios democráticos e cuja anulação, dentro do Estado, tem sido a minha preocupação constante".[222]

Como afirmamos anteriormente, os potenciais candidatos respeitosamente procuravam receber com manifesta humildade e grave relutância a escolha de seus próprios nomes. Mas o que encontramos no texto, o qual citamos uma parte, é uma crítica fundamental a aquela que acreditamos ser a mais incorporada forma de *manuseio* do jogo político neste momento: política feita pelo nome, às vezes pelo sobrenome ou estado representado. Nunca algo muito além de disso. Outro aspecto ressaltado por Pinheiro no trecho citado diz respeito à finalidade por ele observada no uso do espaço político: o mando. Sucedendo partidos sem princípios e candidaturas sem idéias o que disto deriva é a desunião de vontades e a anulação de esforços e competências. Entretanto, João Pinheiro, primeira geração nascida no Brasil de um imigrante italiano, bacharel em direito e industrialista morreria em 25 de outubro de 1908. Deixaria incompleta sua missão de aplicar à administração pública sua tão defendida política "do trabalho e do esforço pessoal" que desenvolvera em sua indústria cerâmica. Pronunciamentos e memoriais escritos em sua homenagem nas décadas subseqüentes lho fariam um de nossos maiores "quase-presidentes", tamanha a esperança depositada por seus amigos e partidários naquilo que poderia ter sido sua administração. Sucederia-o transitoriamente no comando do governo mineiro até realização de nova eleição Júlio Bueno Brandão, político da região sul de Minas, que assumira o posto com a promessa de não alterar a política até então realizada por João Pinheiro. Apesar de não encontrarmos qualquer prova que apontasse ter sido João Pinheiro o candidato da preferência de Afonso Pena na sucessão presidencial, o respeito e a admiração mútua entre os chefes políticos somado aos comentários pulverizados na imprensa culminariam, irresistivelmente, com sua candidatura natural. Em fins de 1908 se tornaria pública a nova preferência do presidente. A situação mineira que entrara desunida e tardiamente na campanha presidencial de 1906 agora trataria de fechar as portas para outro mineiro que se sobressaía pelas mãos de Afonso Pena na corrida sucessória: David Campista.

---

[222] Candidaturas Presidenciais em 23 de janeiro de 1908. PINHEIRO, João. op. cit., P.337.

Na política mineira, a morte de João Pinheiro representou o rompimento da frágil convivência no caldeirão oligárquico do PRM entre as regiões Sul e Zona da Mata, operando definitivamente um deslocamento no eixo de poder para a primeira. Júlio Bueno de Brandão ficaria no governo até abril de 1909 quando então assume Wenceslau Brás, também sulista, que afinal concluiria o quadriênio. Esta mudança faria com que nomes ligados ao Jardim da Infância, majoritariamente recrutados na Zona da Mata mineira, rapidamente passassem a sofrer o ressentimento dos coronéis do PRM. Francisco Sales, da região Sul, e Bias Fortes, da região central, iniciariam uma oposição sistemática à candidatura de David Campista. Data deste período o afastamento de João Luis Alves do núcleo do Jardim da Infância. Seria cogitado para assumir a secretaria de finanças do governo estadual de Wenceslau Brás. Atento às mudanças, aceitaria uma vaga para o Senado representando o estado do Espírito Santo nas eleições de janeiro de 1909. Apesar de não constituir nenhuma novidade nas carreiras políticas a mudança do estado representado, Alves se tornaria alvo de comentários depreciativos na imprensa por sua decisão.

A Carlos Peixoto Filho caberia o comando do Reconhecimento de Poderes para a eleição de 1909 por ter sido o Presidente da Casa no ano de 1908. Esta eleição era importantíssima por se tratar da posse de toda a Câmara dos Deputados além do terço do Senado, ocasião que faria Afonso Pena acionar sua máquina política em todos os estados. A luta entre os grupos de Carlos Peixoto e Pinheiro Machado na eleição da direção da mesa da Câmara foi assim representada em charge da revista semanal carioca Fon-Fon:

Figura 4

Na Despedida

Pinheiro - Conselheiro vou partir para o Sul.
Penna - Boa viagem.
Pinheiro - Não é isso. Em Maio reune-se o Congresso e não desejo a reeleição do Carlos Peixoto á Presidencia da Camara.
Penna - E o general tem gente para derrotal-o?
Pinheiro - Tenho, como não? Entretanto se o Conselheiro quizesse dizer uma palavrinha...
Penna - ?!!
Pinheiro... o Francisco Veiga seria vencedor.
Penna - Lá isso é que não. Em política eu não me envolvo para que a política não me embrace a administração. Quem tiver mais força que derrube o outro. E até a volta.

Fonte: Revista Fon-Fon, ano 2, n. 44 de 8 de fevereiro de 1908.

Uma vez retomados os trabalhos legislativos após o recesso de quatro meses – entre os meses de janeiro e abril – era fundamental que o processo de Reconhecimento de Poderes fosse realizado com os principais atores políticos nacionais em posicionamento entre os candidatos disponíveis. Nos primeiros meses de 1909 a sucessão presidencial contava, além de David Campista, com sondagens sobre os nomes de Campos Sales e Rodrigues Alves. Estes dois se encontravam fragilizados em seu próprio estado pelo austero retrospecto

financeiro deixado por suas administrações – mal vistas pela grande lavoura paulista – além da queda de braço perdida por estes dois para Albuquerque Lins. Líder da dissidência no Partido Republicano Paulista por ocasião das eleições estaduais para o quatriênio 1908-1912, Lins sagrara uma contundente vitória no âmbito estadual encontrando-se agora, na sucessão presidencial, próximo de Afonso Pena e seu candidato.[223] Francisco Glicério e Jorge Tibiriçá engrossavam esta dissidência paulista.

Enquanto isso Pena mal disfarçava a ostensividade de sua preferência por Campista. Como nos informa Cláudia Viscardi, o Presidente, como que desconhecendo importantes rejeições ao seu indicado, encarregaria Wenceslau Brás de costurar alianças no Rio e em São Paulo a partir de janeiro de 1909. Gontijo de Carvalho nos transcreve uma carta de Pena a Bias Fortes datada de 19 de abril – um dia após o reinício das atividades na Câmara Federal – na qual um aflito Presidente ainda demonstrava avaliar equivocadamente a situação política em seu estado ou, na melhor das hipóteses, a abusar da boa vontade dos coronéis. Sob dois grandes argumentos de continuidade – o de Minas no poder federal e o do programa administrativo-financeiro – Pena fazia acreditar que seu estado aceitaria naturalmente o nome de Campista, conforme nos aponta o seguinte trecho:

> Bem sabe que não posso como presidente por a serviço de qualquer candidatura a minha autoridade oficial; mas ninguém poderá sustentar de boa fé que não seja lícito ao Primeiro Magistrado Político da Nação ter opinião a respeito de fato capital político do período governamental, como é o da escolha de seu sucessor. Não posso, nem devo ser indiferente a que se mantenha no governo a continuidade de ação necessária ao êxito do plano econômico-financeiro que venho executando e que me parece de alta conveniência para o progresso da Nação. É uma razão de grande valor moral, creio eu, bastante para justificar a minha simpatia pela escolha do dr. Campista para meu sucessor. O dr. Wenceslau, então indicado para suceder o dr. João Pinheiro, falou a respeito com eminentes chefes políticos de importantes estados, obtendo a decisiva declaração de que acham boa essa candidatura dando-lhe seu apoio. No mesmo sentido se tem pronunciado a quase totalidade dos estados, não sendo conhecida a repulsa de um sequer. Por mais de uma vez conversando como o gal. Pinheiro Machado, ouvi-lhe a declaração de não ter objeção contra o dr. Campista, que julga muito digno, acrescentando que era seu pensamento opor esse nome ao do dr. João Pinheiro, com cuja orientação não podia se conformar. Se Minas quer manter sua influência na política federal é preciso que seja unida para ser forte.[224]

Algumas observações: tivemos nesta carta uma indicação passada por Pinheiro Machado ao próprio Afonso Pena de que o general gaúcho admitiria lutar por Campista caso João Pinheiro, se vivo, disputasse a presidência. Torna-se clara a referência ao círculo do

[223] CASALECCHI, José Ênio. PRP: *O Partido Republicano Paulista (1889-1926)*. P. 133.
[224] Anexos em CARVALHO, Antônio Gontijo de. *Uma conspiração contra a inteligência: vida e obra de David Campista*. P. 131.

governador mineiro a que Carlos Peixoto pertencia. Repetidamente Pena externaria a impressão, se não simpática, pelo menos tolerante de Pinheiro Machado em relação ao Ministro da Fazenda. Segundo Pena, Machado considerava-o talentoso e que o país elegeria-o presidente sem hesitar "pelas suas reconhecidas qualidades de administrador enérgico e honesto", qualidades que o senador gaúcho não observava como latentes em Rui Barbosa.[225] Em tais articulações Pinheiro Machado sempre se opôs ao nome de Rui Barbosa e, apesar de declarar simpatia por Campista, chegou a alertar o Presidente de que a indicação de seu Ministro seria uma longa e tortuosa estrada a ser trilhada em Minas Gerais. O que se observou nos bastidores a este momento, entretanto, é que Pinheiro Machado, ao alimentar o nome de Campista junto ao Presidente, alimentava também a corrosão de Afonso Pena dentro de seu próprio estado.

Como dissemos anteriormente, a disputa sucessória iniciara muito cedo e o Presidente a esta altura já contava com posicionamentos de lideranças políticas significativas acerta de suas intenções. São as seguintes: Rui opunha-se ferrenhamente ao nome de Campista, consciente que estava da situação frágil do jovem Ministro em Minas. Campista não contava com a simpatia dos chefes políticos ligados à comissão executiva do PRM. Wenceslau Brás, que sucederia Bueno Brandão no governo mineiro, contava com a preferência de chefes políticos mineiros. Francisco Sales se expressaria nos seguintes termos acerca do posicionamento mineiro frente à sucessão presidencial e ao nome de Campista:

> Minas deve continuar a ter candidato à Presidência da república mas que apresente pensamento e sentimento mineiros e inspire a confiança à política dominante no estado. Nestas condições nós devemos continuar unidos como um bloco e obedecer a um só pensamento, fortalecendo a política mineira na federação. O candidato lembrado (Campista) não satisfaz, a meu ver, essas condições e não é mais do que um representante da vontade do presidente da república, e como tal, seria equiparado a qualquer candidato não mineiro. Tomo a liberdade de dizer-lhe que eu posso consultar os interesses elevadíssimos do partido (PRM) e as conveniências do Estado e da União a candidatura essencialmente mineira do Dr. Wenceslau Brás.[226]

De hábitos refinados, músico, pintor e judeu descendente de prussianos: Campista era a antítese do político mineiro de então. Tampouco um nome prestigiável vindo de um líder de confiança. Francisco Sales ainda acalmaria Brás reafirmando fidelidade a sua candidatura, pois o tempo se encarregaria de afastar a de Campista. O isolamento de Afonso Pena realmente ficaria claro com o tempo, tão logo os atores políticos continuassem a se posicionar

[225] Anotações de agenda Afonso Pena, 2 dezembro de 1908, caixa AP 05, número 14, AN.
[226] Carta de Francisco Sales à Wenceslau Brás em 15 de dezembro de 1908. WB/Código Cpdoc: Vb PE 521.

contra sua indicação. Outro importante chefe político mineiro, Crispim Jacques Bias Fortes, assim se posicionaria frente à candidatura Campista:

> (...) procurado no dia 13 do corrente por um repórter do "País" para ouvir-me sobre candidaturas à Presidente da República e com a especialidade sobre o Dr. Campista respondi; que, com esse brasileiro [estabeleci] as maiores relações de amizade, lhe sendo muito grato por serviços prestados na Europa, no tempo em que fui presidente de Minas, mas que não apadrinharia a sua candidatura e nem outra qualquer que recaísse em secretário de um governo a substituir-se.[227]

O posicionamento dos chefes políticos frente à Campista ao ressaltarem – em uníssono – o desejo inaceitável de um Presidente da República em fazer seu sucessor mal escondia que a questão pertencia mais ao domínio político do que ao dos princípios. À falta de base de apoio em Minas sucederia a tese de que o Bloco, que se originara do confronto à prerrogativa do Presidente em indicar seu sucessor, jamais concordaria com as intenções de Pena. Sobre este assunto diria Rui Barbosa ao Presidente:

> Ninguém dele (Campista) cogitaria para o lugar de chefe da nação, a não ocupar ele atualmente o posto de ministro. Moço de talento e futuro, não tem, evidentemente, para o cargo supremo do Estado, experiência, madureza, autoridade. A sua entrada na última representação de Minas não lhe foi fácil. O seu reconhecimento na Câmara, não ocorreu sem tropeços. No seu próprio Estado, portanto, a opinião não o classificava entre os seus filhos mais beneméritos.[228]

A falta de prestígio observada por Rui a respeito de Campista junto aos coronéis mineiros se revelaria correta e decisiva. Sobre a assertiva de Rui ponderaria mais tarde Gontijo de Carvalho que, a prevalecer o critério do senador baiano, qualquer coronel da roça seria maior que um Pandiá Calógeras, um Carlos Peixoto e mesmo o próprio Campista, sempre eleitos com dificuldades, superando as dificuldades políticas com reconhecida competência intelectual.[229] Na verdade observamos um certo exagero na avaliação de Rui e também de Gontijo de Carvalho. Nas três Comissões de Verificação de Poderes por nós examinadas – nos anos 1903, 1906 e 1909 – jamais estes três nomes sofreriam contundentes contestações que os colocassem sob risco de não assumirem seus postos na Câmara Federal, considerando-se com relação a isto o fato de suas candidaturas serem lastreadas pelo oficialismo mineiro do PRM. Sempre contaram com o apoio estadual para suas eleições encontrando-se os eventuais contestadores de suas candidaturas em flagrante posição de

---

[227] Carta de Bias Fortes a Afonso Pena em 15 de abril de 1909 apud.: VISCARDI, Cláudia M. R. *Teatro das Oligarquias: uma revisão da "política do café com leite"*. P. 199.
[228] Carta de Rui Barbosa à Afonso Pena em 16 de dezembro de 1908 apud.: Idem. op. cit., P. 196.
[229] CARVALHO, Antônio Gontijo de, op. cit., P, 110.

inferioridade política. Mas acreditamos que os mais altos postos do executivo – Governador de Estado e Presidente da República – exigiam um nível de concerto e articulações intra e interestaduais incomparavelmente superiores aos necessários a uma candidatura a Câmara Federal. Igualmente proporcional era o comprometimento dos ilustres escolhidos para tais cargos com as máquinas oligárquicas de que dependiam fossem estas estaduais ou nacionais.

Mais uma vez Rui se via colocado em uma tênue situação pelo Presidente mineiro. Três anos antes o senador baiano concordara com a maliciosa indicação de Miguel Calmon para o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas partida em grande medida de Carlos Peixoto. A indicação presidencial de David Campista a esta altura tinha um custo político elevadíssimo. Em maio de 1909 Rui lança o nome do Barão de Rio Branco, nome que refutava acima de querelas oligárquicas, partidárias ou regionais. Mas a excessiva assepsia do diplomata baiano, tão aludida por Rui, acabaria não despertando muitas paixões. Abria-se o flanco pelo qual emergiria o nome de Hermes da Fonseca, ministro da Guerra de Afonso Pena.

Wenceslau Brás chegaria mais tarde a afirmar que Carlos Peixoto provocara a divisão dos mineiros ao exigir de Afonso Pena que insistisse junto aos chefes mineiros com a candidatura Campista, mesmo ciente da fragilidade da sustentação que o governo desfrutava junto às tradicionais forças políticas do estado. Isso colocaria Carlos Peixoto e não Wenceslau Brás como "traidor" de Afonso Pena. Mas o Presidente, em 29 de abril de 1909, ainda contava com Wenceslau Brás para conseguir o "pronunciamento franco" da bancada mineira a respeito da candidatura Campista – que afinal nunca viria. A esta altura a cisão mineira já se expunha e Brás, sigilosamente, já se encarregara de coordenar forças estaduais e nacionais que impedissem Afonso Pena. Em 5 de maio, Carlos Peixoto é reeleito pela segunda vez Presidente da Câmara após comandar um tumultuado processo de Reconhecimento de Poderes. Vários nomes ligados ao braço parlamentar do Jardim da Infância conseguiriam suas diplomações sem quaisquer contestações[230] mas o Peixoto se veria colocado numa difícil situação durante os trabalhos preparatórios.

Pedro Lago já acumulara dois mandatos como deputado pela Bahia e se vê derrotado nas eleições de 1909. O candidato derrotado exigiria a anexação de seu protesto ao parecer que diplomava os vitoriosos depois de concluídos os trabalhos de Verificação dos Poderes dos deputado baianos. O Regimento Interno da Câmara dos Deputado nem por aproximação dispunha sobre a permissão para o recebimento de tais papeis terminados os trabalhos. O

[230] Entre estes Leovigildo Filgueiras, Eloy de Souza, Pandiá Calógeras e Afrânio de Melo Franco. Outro freqüentador da *república* de Carlos Peixoto, o advogado Celso Baima, se elegeria Deputado Federal pela primeira vez. *Annaes da Câmara dos Deputados*. Vol. 1, 1909, P. 29 a 50.

deputado baiano Joaquim Seabra, ex-Ministro do Interior de Rodrigues Alves e estrela ascendente na política baiana, denunciando a preterição de Lago por parte da situação política da Bahia, se opõe vigorosamente à aceitação de suas reclamações. Germano Hasslocher, deputado gaúcho opositor de Peixoto, ciente do vazio regimental, encaminha imediatamente para plenário uma votação pelo recebimento ou não do protesto de Lago. Aprovado o requerimento de Hasslocher, Peixoto pede licença para fazer um histórico dos acontecimentos até então ocorridos. Explica que a Presidência da Câmara não poderia deixar de receber o requerimento de Lago exatamente por não providenciar nada o Regimento sobre este caso. Peixoto reconhecia o motivo da revolta de Seabra pois o recebimento de tais documentos se devia às Comissões de Verificação, cujos trabalhos já haviam se encerrado. Porém, acabaria dando ao caso a solução mais drástica: anulação dos resultados e realização de novas eleições. Não ignorava que sua decisão teria grandes conseqüências futuras, mas preferira "dar ao caso a inteligência e a solução mais liberal".[231]

A situação da frente parlamentar do "Jardim da Infância", escorada outrora pelo prestígio desfrutado por João Pinheiro na política mineira – que muito certamente evoluiria para uma candidatura presidencial – agora se encontrava agravada com o avanço da candidatura Hermes da Fonseca. Em maio de 1909 é realizada uma reunião liderada por Pinheiro Machado e Francisco Sales na qual a candidatura militar fica consolidada. Diante da completa indefinição a respeito de sua candidatura, David Campista decide retirar seu nome de quaisquer combinações políticas na corrida presidencial. Vários atores políticos avaliavam negativamente suas chances como *homem público*. Diziam-no sem nenhuma simpatia e demasiadamente irônico e esnobe para um político. À frase anteriormente citada por Francisco Sales de que Campista não seria mineiro adicionaríamos que o refinado Ministro da Fazenda absolutamente não era um *coronel*.

Pinheiro Machado, em outra ocasião, procuraria justificar os termos em que a candidatura militar surgiu. Falando no Senado, Machado afirmou que Hermes já se opusera a indicação de Bernardino de Campos como sucessor de Rodrigues Alves na sucessão de 1906. O Marechal nesse momento comandava o Distrito Militar na capital e pusera seu cargo a disposição por discordar da imposição presidencial. Com a indicação de Campista, Hermes da Fonseca pede demissão em maio de 1909, na opinião de Pinheiro Machado, não como um ato de ocasião, mas como produto de uma convicção já manifestada em outro momento.[232] Na

[231] Sessão preparatória em 27 de abril de 1909. *Annaes da Câmara dos Deputados*. Vol. 1, 1909, P. 89.

[232] Consta uma indicação de agenda de Afonso Pena em 3 de dezembro de 1908 na qual este relata o momento em que confidenciou a alguns de seus ministros a "indicação minera" para a sucessão. Hermes da Fonseca, Rio Branco e Miguel Calmon estavam presentes. Segundo Pena, o Marechal Hermes da Fonseca teria recebido com entusiasmo a indicação de Campista chegando a afirmar-lhe que ao presidente caberia a direção da política.

primeira consulta o Marechal gaúcho recusou solenemente o elevado encargo. Teria sido a deixa para que Pinheiro Machado partisse para a consolidação final da candidatura militar, constituindo uma comissão liderada por ele próprio e pelo mineiro Francisco Sales, encarregados de arregimentar as forças estaduais necessárias. Afonso Arinos nos informa que Campista e Peixoto teriam ido ao Catete no dia 13 de maio informar o Presidente da grave situação formada. No dia seguinte Pena teria encarregado Tavares de Lira de encontrar-se com o senador paulista Francisco Glicério, a fim de encontrar uma solução que considerasse os nomes de Rodrigues Alves, Campos Sales, Joaquim Murtinho, Quintino Bocaiúva e Ubaldino do Amaral. Mas no mesmo dia viria a carta de Hermes da Fonseca afastando-se do Ministério da Guerra.

Carlos Peixoto renunciaria à Presidência da Câmara em 17 de maio substituindo-o o também mineiro Sabino Barroso, político sulista oriundo da antiga facção silvianista agora encampada por Wenceslau Brás. Ficou claro a todos que testemunharam o discurso de renúncia que Peixoto assim havia decido por avaliar como frágil sua situação frente ao novo cenário político mineiro além da imposição da candidatura militar. Acumulara o cargo de Presidente da Casa e líder da bancada mineira em função do prestígio advindo da corrente política idealizada por Afonso Pena. Enfraquecida esta, o deputado mineiro declara que jamais se conservaria em uma situação simulada. Peixoto sequer se manteria em plenário para ouvir as manifestações das bancadas estaduais em sua solidariedade: dirige-se ao seu gabinete, pega seu chapéu e deixa o prédio da Cadeia Velha sozinho, pela escadaria da frente.[233] Afonso Pena, que sempre convivera com graves problemas de saúde, não sobrevive ao 17 de junho morrendo aos 62 anos de idade vitimado, segundo a crônica política da época, por profundo *traumatismo moral*. Estava encerrada definitivamente a trajetória de poder do "Jardim da Infância".

Rui Barbosa admitia encabeçar uma chapa de oposição a Hermes da Fonseca se conseguisse a adesão de São Paulo a sua candidatura. Reticentemente, São Paulo comporia a chapa com o governador Albuquerque Lins como vice-presidente.[234] A chapa hermista seria fechada com Wenceslau Brás em uma atitude compreendida pelos civilistas como uma traição à confiança depositada a ele por Afonso Pena. Mas a bancada mineira, que já trabalhava afastada do núcleo do "Jardim da Infância", assumia definitivamente desconhecer a teoria de que os mortos governam os vivos, pouco importando se a morte em questão fosse política ou física. O fato é que rupturas nas oligarquias estaduais foram habilmente utilizadas na costura

Caixa AP 05, número 14, AN.

[233] FRANCO, Afonso A. de M. *Um estadista da República*. Vol 2, p. 600.

[234] VISCARDI, Cláudia M. R. op. cit., p. 205-06.

da candidatura militar. A parte mais substancial da *Tarasca* mineira integrava a chapa militar, também engrossada pelas dissidências baiana comandada por Joaquim Seabra e paulista liderada por Francisco Glicério.

5.2. A Campanha Civilista e a posteridade

Definitivamente afastados das forças gravitacionais do sul de Minas, diversos de nossos personagens, identificados à Zona da Mata, se filiariam à candidatura *civilista* de Rui Barbosa, à exceção de João Luís Alves que, por conveniências regionais (era do Sul de Minas), filiou-se ao hermismo. Rapidamente ficaria clara a tônica pela qual os civilistas conduziriam a campanha presidencial: a força contra a inteligência. Tão logo iniciassem a criação da plataforma de governo os civilistas teriam que se posicionar frente aos rumos econômicos exigidos pelo país. Esforçariam-se bastante para eliminar a imagem negativa da crise do *encilhamento* herdada por Rui Barbosa quando de sua passagem pelo Ministério da Fazenda durante a administração do tio de Hermes, Marechal Deodoro da Fonseca. Irineu Machado, deputado pelo Distrito Federal e presidente da comissão de campanha civilista, defenderia os anos de política emissionista empenhadas por Rui. Apesar das claras conseqüências advindas desta prática que trariam instabilidade e profunda depreciação cambial – com a conseqüente pressão sobre o endividamento externo, as emissões foram tratadas durante a campanha de Rui como a única solução possível no momento. Além das defesas ao candidato, sobravam ataques a Hermes da Fonseca. Consideravam-no um Marechal sem tradições e sem passado, cuja fé de ofício era uma página em branco.[235] Pesavam sobre o militar o passado de violências como integrante do corpo policial da Capital Federal e na repressão à revolta da Escola Militar em novembro de 1905 além de um conhecido histórico de intolerância à liberdade de imprensa. A solução militar era vista como um retrocesso completo. Por outro lado, a candidatura de Hermes da Fonseca, militar, porém sustentada solidamente em oligarquias paisanas, desenhava aquilo que consideravam ter sido o governo de Afonso Pena: o governo do bacharelato e dos fazedores de discursos. A adesão do "Jardim da Infância" à campanha civilista seria discreta no geral. O capital político de seus integrantes encontrava-se desfalcado frente às alianças conseguidas pelos hermistas. O único simpatizante declarado ao "Jardim da Infância" que integraria a Comissão Executiva da campanha seria o baiano Leovigildo Filgueiras. Os hermistas manteriam-se vigilantes nas eleições presidenciais dos municípios da Zona da Mata mineira. Até então, todas as eleições

[235] BARBOSA, Rui. *Contra o Militarismo*. P. 7.

presidenciais haviam resultado de arranjos estaduais. A eleição de 1910 seria a primeira contestada na República com Hermes da Fonseca saindo vencedor por pequena margem percentual.

Anos mais tarde, Calógeras dedicaria saudosas páginas àqueles anos em sua obra "Formação Histórica do Brasil". Deixaria bem entendido para a posteridade seu posicionamento a respeito da sucessão presidencial de 1910:

> Do ponto de vista político, esse período presidencial fechou uma fase de nossa história. Até então, os presidentes haviam sido escolhidos pelos seus méritos pessoais e por seus serviços. Os quatro presidentes civis, de 1894 em diante, haviam sido grandes cidadãos, com uma longa lista de préstimos valiosos ao serviço público. Seus nomes simbolizavam um passado de trabalho e dedicação à exigências nacionais.[236]

A campanha sucessória que se seguiu trouxe à tona da política nacional o partidarismo personalista, prevalecendo este sobre os interesses da comunhão. Calógeras avaliou que grande parte deste comportamento se deveu ao próprio Afonso Pena. Classificaria a insistência do presidente pelo nome de Campista como uma "imprudência" operada "sem grande tato nem habilidade". Quanto à Hermes da Fonseca, Calógeras considerou-o bom ministro da Guerra, impressão desfeita tão logo tornasse pública sua incapacidade de "resistir a influências externas", fruto de um coração bem intencionado porém ansioso de agradar a todos. O novo presidente passara toda a sua vida em círculos militares, ignorando o ambiente político e desconhecendo os rudimentos da administração pública: opinião certamente vinda de um erudito ressentido.

O posicionamento de nossos personagens frente à disputa entre Hermes da Fonseca e Rui Barbosa, incluindo a adesão ao presidente recém-eleito, se revelaria fundamental para a continuidade de suas carreiras políticas. Pinheiro Machado, que já desfrutava de imenso prestígio na Capital Federal, vivenciaria o auge de seu poder com a vitória de Hermes da Fonseca. Em 1914 o Marechal é sucedido pelo mineiro Wenceslau Brás, um dos rivais, em Minas, dos jovens turcos do Jardim da Infância, assegurando um longo ciclo de ostracismo para os que não se adequaram aos novos tempos. Pinheiro Machado, eterno vice-presidente do Senado, por muitos anos permaneceria como um dos protagonistas da política nacional até sua morte, em 1917, apunhalado nas costas a sangue-frio por "um homem do povo" no saguão do Hotel dos Estrangeiros. Os mandantes do crime jamais seriam conhecidos.

---

[236] CALÓGERAS, João Pandiá. *Formação Histórica do Brasil*. P. 341.

Entre nossos pesquisados se posicionaram ao lado de Hermes já na sua campanha presidencial: João Luís Alves e Afrânio de Melo Franco. O mineiro João Luís Alves contara com uma grande responsabilidade recebida de Afonso Pena nas questões tarifárias e protecionistas discutidas na Câmara, fato que o colocara entre os destaques do "Jardim da Infância". Mais tarde foi levado a um posto no Senado Federal representando o Espírito Santo por indicação de Carlos Peixoto. Declinado o poder deste, Alves reaproxima-se dos chefes políticos da região Sul de Minas, notadamente Wenceslau Brás e Francisco Sales. Ao longo da década de 1910 ocuparia presidência de importantes comissões no Senado, como as de Constituição e Justiça, Comissão de Poderes e de Finanças além das comissões especiais de estudos do projeto do Código Civil, de reforma do Código Comercial e da reforma eleitoral. Retornaria ao estado de origem no governo de Artur Bernardes como seu Secretário de Finanças, período em que assumiria um dos postos na Comissão Executiva do PRM. Com a chegada de Bernardes à Presidência da República, João Luís Alves se tornaria seu ministro da Justiça e Negócios Interiores e, mais tarde, ministro do Supremo Tribunal Federal até sua morte em 1925.

Afrânio de Melo Franco continuaria por muitos anos na Câmara Federal onde presidiria a Comissão de Diplomacia e Tratados e seria relator-geral do primeiro projeto de Código Civil Brasileiro. Seria também, em 1918, ministro da Viação e Obras Publicas. Com a morte do presidente eleito – porém não empossado – Rodrigues Alves em 1919 e com a enfermidade do vice-presidente Delfim Moreira, Afrânio de Melo Franco responderia por um breve período aos principais encargos do poder executivo. Retornaria ainda a Câmara dos Deputados e, na década de 1920 exerceria diversos cargos diplomáticos representando o Brasil na Liga das Nações. Primeiro Ministro das Relações Exteriores com a Revolução de 1930 se manteria no centro de questões importantes na América do Sul. Sua atuação na mediação de um conflito armado entre a Colômbia e o Peru lhe valeria uma indicação para o Premio Nobel da Paz em 1935. Permaneceria atuante ate sua morte em 1945.

Com a morte de João Pinheiro, João Pandiá Calógeras perde seu grande vínculo com o poder federal e com o "Jardim da Infância". Na campanha sucessória de 1910 adotaria a candidatura militar mantendo-se em contato com Wenceslau Brás e com Hermes da Fonseca acerca do andamento da campanha em solo mineiro. Apesar dos boatos de que assumiria um ministério no novo governo, Calógeras permaneceria na Câmara ate 1914 quando, com o inicio da presidência Wenceslau Brás, é elevado a Ministro da Agricultura, Industria e Comercio. Assumiu, ainda neste governo, o Ministério da Fazenda, primeiro interinamente, depois efetivamente. Seria Ministro da Guerra – o primeiro civil a ocupar tal cargo – no

governo de Epitácio Pessoa e sob sua gestão se daria o primeiro levante tenentista, do qual tomou parte central em sua repressão. Afastaria-se da política por cerca de dez anos nos quais se dedicaria ao estudo e a indústria incluindo viagens para a Europa, diversas colaborações em jornais e uma parceria com Roberto Simonsen em uma indústria de cobre erguida em São Bernardo do Campo, São Paulo. Retornaria a política após a Revolução de 30 colaborando com o Governo Provisório como relator da Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos e com o governo mineiro de Olegário Dias Maciel como autor de uma reforma tarifaria no estado. Morreria em 1934.

Com a morte de Afonso Pena em 1909 seu ministério é substituído e Miguel Calmon, após deixar o ministério da Viação e Obras Publicas, parte para um breve *exílio* não tomando parte na campanha civilista, embora lhe sendo simpática. Neste momento casa-se com Alice de Porciúncula, oriunda de família do Rio Grande do Sul e filha de um rico estancieiro. Calmon retornaria a Câmara Federal em 1912 onde se dedicaria a defender a popularização do ensino profissionalizante e melhorias na saúde publica através dos benefícios advindos do saneamento básico. Com a aproximação da Primeira Guerra Mundial se torna um dos líderes da Liga da Defesa Nacional defendendo a obrigatoriedade do serviço militar. Terminada a Grande Guerra, atuaria junto a Centros Operários denunciando as degradantes condições de trabalho ainda praticadas no interior do país mesmo passados 30 anos do fim do trabalho cativo. Por ocasião da campanha presidencial de 1922, disputada entre o baiano J. J. Seabra e a chapa oficial do mineiro Artur Bernardes, Calmon retorna à Câmara Federal. Com a eleição do Presidente mineiro surge o convite ao deputado baiano para ocupar o Ministério da Agricultura. Senador Federal em 1927, é arrastado para o ostracismo com a Revolução de 1930 morrendo afinal em 1935 no seu casarão à Rua São Clemente, no Rio de Janeiro.

Trajetórias mais ilustrativas da aridez do meio político encontramos em Carlos Peixoto Filho e David Campista. Peixoto contribuiu discretamente com a campanha civilista participando de algumas de suas reuniões e acompanhando Rui Barbosa em comícios na Zona da Mata mineira. Continuaria sua trajetória como parlamentar de talento, com importantes contribuições principalmente em assuntos orçamentários sem nunca, porém, repetir os anos de prestígio do "Jardim da Infância". Morreria isolado do poder e de seus conterrâneos, junto a uns poucos amigos fiéis entre eles Miguel Calmon, no Rio de Janeiro, em 1917.

David Campista não tomou parte na campanha civilista. Com Nilo Peçanha assumindo a presidência da República, Campista deixaria o comando da pasta da Fazenda nas

mãos de Leopoldo de Bulhões Jardim. Saia do ministério para assumir postos diplomáticos primeiramente como enviado extraordinário à Noruega e depois como ministro plenipotenciário na Dinamarca. É indicado pelo Barão do Rio Branco – único ministro de Afonso Pena a permanecer no cargo com o novo governo – para assumir a legação brasileira em Paris, o principal posto diplomático brasileiro ao lado de Washington. Campista, porém, não chegaria à França. Vitimado pela tuberculose veio a morrer em Copenhague, capital norueguesa, em outubro de 1911, aos 48 anos de idade.

Conclusão

Após a crise no Bloco, explicitada nas declarações de Augusto de Freitas contra Peixoto e Calmon, a política nacional explicitamente dividira-se em dois grupos: Jardim da Infância e Morro da Graça. Ao Jardim da Infância seria atribuída a tentativa de superação do Bloco de Pinheiro Machado bem como a trama em torno de uma candidatura do então governador mineiro João Pinheiro à presidência da República. Carlos Peixoto e Pinheiro Machado, rivais, sempre se mantiveram em contato com Afonso Pena. Quando de sua eleição, o presidente mineiro estava ciente do importante papel que Pinheiro Machado iria pleitear dentro da nova administração. Parte então para a criação de uma força política que, ao que nos parece, tanto projetava um reencontro com a situação em seu próprio estado quanto uma mais franca representação federativa em seu ministério. O presidente não consumaria nenhuma destas duas tarefas: sobressairia a tonalidade autonomista de suas escolhas. Não coube ao regime oligárquico de então adequar-se às preterições oriundas de seu presidente que seriam potencializadas afinal pela indicação de um compadre seu, David Campista, para a sucessão presidencial. Carlos Peixoto, que, em certa ocasião, classificara os debates sucessórios como uma questão que deveria ser mantida distante da ação específica do governo,[236] agora se encontrava submerso no modelo político que tantas vezes criticou. O malfadado sistema partidário de então, alvo de tantas críticas por parte de nossos personagens, prosseguiu obediente ao imediatismo personalista. Não realizariam a consolidação de uma cultura política fundada em partidos permanentes ou juntas temporárias de cunho programático – estas as principais formas defendidas pelos integrantes do Jardim da Infância. Os círculos de Carlos Peixoto e Pinheiro Machado foram essenciais para a governabilidade de Afonso Pena, mas, simultaneamente, seriam responsáveis por expô-lo a uma permanente vulnerabilidade.

Pudemos encontrar no Jardim da Infância diferentes níveis de atuação de seus personagens principalmente referentes à função política e administrativa desempenhada por cada um e por suas afinidades pessoais. Delineamos, quanto a estes critérios, a interseção de diversos círculos distintos dentro do grupo por nós pesquisado. Quanto aos poderes da União podemos falar de um círculo executivo e de um legislativo. O círculo executivo era integrado por João Pinheiro, governador de Minas Gerais, e pelos ministros David Campista, Tavares de Lira e Miguel Calmon. Os dois primeiros ministros, ao que pudemos averiguar, emergiram

[236] Discurso de Carlos Peixoto em 1° de setembro de 1905. *Anais da Câmara dos Deputados*. Vol. 5, 1905, P. 19.

essencialmente da indicação de Pena. Miguel Calmon, freqüentador que era da *república* de Carlos Peixoto, teria contado com uma importante indicação do deputado mineiro defendida por Afonso Pena.

O círculo parlamentar sofria de uma maior tendência à desagregação. Carlos Peixoto desfrutava de uma autonomia relativa por seu desembaraço e capacidade de liderança na capital federal. O gaúcho James Darcy, outro freqüentador assíduo da *república* da rua das Laranjeiras, aproximara-se perigosamente de Peixoto atuando junto a este como uma ovelha desgarrada, rapidamente abatida pela bancada gaúcha. João Luís Alves assumia um papel pragmático no concerto do "Jardim da Infância", defendendo com erudição o plano de governo de Afonso Pena relativo à reforma das tarifas aduaneiras. Nas palavras de Jonh Wirth era o perfeito político de segundo escalão, incontestavelmente capaz porém nunca um protagonista.[237] Sempre nutriu simpatia pelo regime monárquico, invocando vultos deste regime em seus discursos e mantendo-se vigilante, nos pedidos de votos de pesar, aos antigos parlamentares e conselheiros que faleciam. Gastão da Cunha, dono de um humor ácido e irônico, também integrava o corpo de simpatizantes do grupo advindo da *república* de Carlos Peixoto. Convocado por Rio Branco, renunciaria ao mandato parlamentar em 1905 para assumir funções diplomáticas. Tornaria-se Ministro Plenipotenciário – semelhante à atual função de embaixador – no Paraguai, Dinamarca, Suécia e Noruega entre os anos 1907 e 1911. Identificado ao monarquismo em sua juventude acadêmica, demoraria em iniciar sua carreira política ao início do novo regime. Não era totalmente confiável e encontramos poucas referências entre os documentos pesquisados que comprovassem uma estreita ligação com o grupo. Talvez por este distanciamento, Gastão da Cunha seria alvo de intrigas que o colocavam contra João Pinheiro. O deputado Pandiá Calógeras era mais ligado a João Pinheiro que aos integrantes do grupo. Apesar de sua forte ligação com a propaganda republicana da Escola de Minas de Ouro Preto, Calógeras tinha sólidas ligações familiares com o regime monárquico, publicamente reforçadas. Formava um seleto grupo de políticos de cunho mais conservador que, apesar de republicanos históricos, não se constrangiam em referir-se aos bons valores que o regime monárquico possuía, superiores inclusive ao regime republicano. Não temos indicações de que freqüentasse a *república* de Carlos Peixoto. Gontijo de Carvalho nos informa que Calógeras e David Campista não eram muito próximos ainda que o engenheiro mineiro não negasse a capacidade do Ministro da Fazenda.

Para além do circulo político, o Jardim da Infância contava com a amizade e a simpatia de advogados, jornalistas, intelectuais e políticos de outros tempos que não os da

[237] WIRTH, John. *O Fiel da Balança: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937)*. P. 222.

República. Ficaria conhecida a simpatia do chefe do partido liberal e emérito abolicionista Joaquim Nabuco pelo grupo de Carlos Peixoto. Ao tempo de Afonso Pena, Nabuco ocupava a embaixada brasileira em Washington de onde se mantinha informado sobre os acontecimentos nacionais. Manteria correspondência com vários integrantes do Jardim da Infância, entre eles: Gastão da Cunha, Miguel Calmon, David Campista, James Darcy e João Pinheiro. O líder do governo na Câmara James Darcy conseguiria, junto a Nabuco, a manutenção da pensão alimentícia para Maria Henriquieta Sena do Patrocínio, viúva de outro líder abolicionista, José do Patrocínio. Carlos Magalhães de Azeredo, poeta fundador da nona cadeira na Academia Brasileira de Letras, pediria a Joaquim Nabuco seu voto para a escolha do médico Afrânio Peixoto na sucessão do jornalista Euclides da Cunha, morto em 1909. Afrânio, morador da *república* de Carlos Peixoto, foi um estimado amigo de Euclides da Cunha. Dataria da época em estudo a admissão de Pandiá Calógeras e de Tavares de Lira no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Lira desenvolveria aí uma vasta atividade como historiador político do Rio Grande do Norte. Calógeras, que já publicara uma história da mineração no Brasil em três tomos faria neste instituto diversas conferências sobre a atividade industrial. Em Belo Horizonte, a administração de João Pinheiro acolheria a obra de fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Outro admirador do Jardim da Infância foi o jornalista Júlio Mesquita, diretor do jornal O Estado de S. Paulo. Fora através deste jornal que Euclides da Cunha trabalhou como enviado para cobrir o conflito de Canudos no sertão da Bahia. Júlio Mesquita se aliou à campanha civilista e, derrotada esta, tornou-se um crítico ferrenho do governo Hermes da Fonseca.[238]

A marca da renovação nas práticas políticas republicanas a que tantas vezes os integrantes do Jardim da Infância foram identificados encontrava limites fundamentais. Estes limites dizem respeito não apenas à reprodução de práticas e hábitos ao longo de gerações, mas refletem também à *expectativa* que faziam a respeito do espaço político. Por mais que fossem capazes de dissertar sobre os problemas do regime e mesmo diagnosticarem seus pontos fundamentais, nossos personagens invariavelmente beneficiaram-se dos mesmos vícios do regime para o bem de suas carreiras políticas. O mergulho na vida pública fazia brotar por todos os lados formas de fazer política que a mudança de regime não havia conseguido superar.

[238] Verbete O Estado de S. Paulo no site do Cento de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas em http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/5860_2.asp. Acesso em 17 de dezembro de 2006.

Por ocasião de sua festejada indicação de retorno à política, João Pinheiro receberia uma carta de apoio de Lamounier Godofredo, eterno deputado federal pelo 4°distrito de Minas – acumulara nove legislaturas na Primeira República, oito delas consecutivas começando pela Constituinte. Tranqüilizando Pinheiro acerca das eleições que se aproximavam, Godofredo informou-lhe que estava cuidando pessoalmente do alistamento eleitoral em sua região, prometendo a garantia de um extenso e disciplinado contingente. Despede-se afirmando que os adversários veriam "com quantos paos se faz uma canoa".

Nossos personagens certamente tinham motivos para supor que a sobrevivência política passava pelo comprometimento com um conjunto de regras pouco permeáveis a críticas mais fundamentais. A posição desfrutada por João Pinheiro, à frente do governo de um estado da federação, era ainda mais significativa dos contrastes existentes na prática do poder. O exame da correspondência de Pinheiro nos permitiu visualizar a transição no teor das cartas entre seus períodos como industrial e seu retorno à política, primeiro como Senador e depois como governador de Estado. Mesmo afastado da vida pública, Pinheiro sempre se mantivera a par da política estadual e nacional. No entanto, a medida em que seu retorno a política se tornava certo, a temática de suas correspondências alteravam-se substancialmente. Às cartas de cunho técnico – destinadas à sua atividade à frente da indústria cerâmica – ou de pedidos de emprego em sua fábrica contrapunham-se agora as cartas de apoio político, de promessa de fidelidade e amizade, oriundas de ex-companheiros da propaganda e dos tempos do alvinismo mineiro. Do Senado para o governo de Minas podemos observar os pedidos de obras (pontes, estradas, estradas de ferro e linhas telegráficas) – nomeações, favores, preferências e deferências que, se por um lado iam de encontro com suas convicções liberais, seu *grave senso de ordem* e seleção das capacidades, por outro explicavam práticas interiorizadas e ancoradas dentro da comunidade política difíceis de serem contrapostas.

Nosso estudo biográfico primeiramente nos levou a considerar um estreito caminho trilhado por nossos personagens, se levarmos em consideração o restrito grupo de pessoas resultante de nosso critério de escolha – a pertença ao Jardim da Infância. Os membros deste grupo originavam-se de diferentes pontos na escala social e nas tradições políticas familiares. Na mais grandiosa das hipóteses fincavam origens em famílias de influência política ou econômica local. Aliariam seus predicados intelectuais a *bons casamentos* e apadrinhamentos políticos. No entanto, a restrita amostragem dada pelo exame de nossos pesquisados se revelaria ampla o suficiente para acreditarmos não apenas que contestações à forma de operação da máquina oligárquica eram possíveis como também que a fonte de alimentação de tais críticas residia na própria vicissitude do jogo político oligárquico.

Mas um dado curioso é que esta mesma elite preocupada com o desenvolvimento nacional tivesse elementos que desacreditavam profundamente os antecedentes históricos e étnicos nacionais. A esse respeito, observaremos duas instâncias – a social e a econômica – na sua articulação com as concepções racialistas. Conforme tratamos no primeiro capítulo a geração a que pertenceram nossos personagens foi exposta a uma vasta literatura de enfoque econômico e biológico que utilizavam determinantes raciais nos fundamentos de suas concepções históricas. Estes dois elementos colocavam-se ao lado do político e do social como fundamentos da vida moral e da existência nacional.[239] Entretanto isso repercutiria de forma desigual entre nossos pesquisados.

O papel reservado aos componentes raciais e étnicos que compõem a nação brasileira constitui um outro espaço onde se desdobram as variantes econômicas e desenvolvimentistas. A retórica adotada por vários de nossos personagens nos levou a concluir que os componentes raciais e étnicos estavam presentes como elementos a proporcionarem ou impedirem o progresso civilizatório, conforme o caso. A grande freqüência de exemplos relacionados às nações economicamente desenvolvidas em alguns momentos nos deixa claro como os componentes raciais e étnicos eram considerados quando se pensava o Brasil e como o país era pensado de forma sectária. Respeitando mais o tema do que a cronologia procuraremos descrever alguns momentos ilustrativos a este respeito.

Ao estudarmos nossos personagens conseguimos identificar diversas variáveis a partir das quais consolidavam-se as opiniões sobre ser ou não ser liberal, privilegiar ou selecionar determinados setores da atividade econômica. Miguel Calmon e Pandiá Calógeras, certamente profundamente sensibilizados durante suas formações acadêmicas pelo mundo técnico que a engenharia lhes abrira, se destacariam por uma vigorosa intolerância aos apelos do mundo cafeeiro às dificuldades econômicas pelas quais passava a grande lavoura. Esta intolerância à interferência – fosse ela o estímulo ou a restrição à produção – no entanto, se estenderia para muitas outras esferas das relações humanas que não a estritamente econômica. Contra a ordem natural do universo – evolucionista e selecionador de valores – não se deveria rivalizar o homem.

O baiano Miguel Calmon dedicaria um texto sobre outra indústria advinda da lavoura canavieira: o aguardente. Em um artigo intitulado "O alcoolismo e a utilização industrial do álcool", Miguel Calmon abordou questões relativas à grave situação da saúde pública nacional, como a conhecida insalubridade das grandes cidades e as epidemias de

[239] OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na 1ª República*. P. 46.

tuberculose. No entanto, ao tratar do consumo exagerado do álcool como um fator a piorar ainda mais tal quadro Calmon se expressaria nos seguintes termos:

> Se repararmos ainda que a nossa raça é mesclada de elementos diversos, uns de inferioridade manifesta pelo grau retrogrado de seu estado evolutivo, outros, embora ethnicamente superiores, com estigmas de pronunciada decadência, mais se acentuará o perigo desse gérmen lethifico, que sarcasticamente zomba dos esforços até hoje envidados para o subjulgar.[240]

Opinião não muito diversa nos daria Pandiá Calógeras ao referir-se ao papel destinado ao Estado no estímulo das atividades individuais. Pandiá Calógeras combinou em sua atuação política um profundo conhecimento fruto de sua atividade como engenheiro e historiador. Viveu a propaganda e a instauração do novo regime ao fim de sua adolescência quando cria uma grande amizade com João Pinheiro. Este seria seu grande vínculo com o Jardim da Infância. Crítico explosivo da forma de se fazer política no país, Calógeras era o quadro político intelectual por excelência, colocando-se acima de programas de governo e interesses partidários. Em 1909, ao tratar da viabilidade do Estado em consolidar a indústria siderúrgica no país, Calógeras demonstra que não via o Estado nem como um elemento dominador da ordem econômica nem como um simples mantenedor da ordem, omisso frente ao futuro. Defendia a interferência não só em momentos estratégicos mas também quando frente à adversidades:

> Em um país novo, de formação retardada por fatores étnicos e condições de meio, onde as distâncias, o analfabetismo predominante, a facilidade relativa da existência, as características físicas se somam para deixarem amortecidas as iniciativas individuais; em um país tal, a teoria que mais satisfaz às condições do desenvolvimento que todos nós almejamos é a do Estado despertador de energias, colaborador dos indivíduos na conquista do meio, preparador das vias de advento das soluções futuras, pela socialização vindoura dos meios de produção.[241]

Ainda que aqui se refira apenas ao elemento étnico, Calógeras admitia uma grande descrença majoritariamente aos elementos lusitano, africano e indígena na composição de uma nação *etnicamente* capacitada a progredir materialmente.

A nossa observação dos usos feitos pelo componente étnico por nossos personagens nos aponta que tal emprego se dava quando da referência à tradição cultural trazida por estes grupos. David Campista, que tivera larga experiência na Itália como Comissário do Governo

[240] CALMON, Miguel. *Factos econômicos*. P. 14.
[241] CALÓGERAS, João Pandiá. *Idéias políticas de Pandiá Calógeras*. P. 40.

Mineiro dirigindo aí o serviço de imigração, trataria, em correspondência ao amigo João Pinheiro em 1907, do emprego de trabalhadores estrangeiros no país. Campista procurava saber de Pinheiro como se comportavam os seus empregados imigrantes, pois ele já havia tido "pessoalmente a humilhação de verificar que o estrangeiro (o próprio italiano) é superior ao nosso e não sei devido a quê".[242] Tal relutância refletia a aversão de Campista a autores como Gobineau e Le Bon, muito difundidos na elite brasileira. O século XIX assistira a popularização de diversos autores que buscavam na caracterização cientifica de suas obras a autoridade explicativa de sua hipótese sobre a desigualdade entre as raças humanas. Suas compreensões da história universal se davam através da segmentação das raças como critério explicativo de seus diferentes graus de êxito material, militar e civilizatório. Campista acreditava na inanidade do preconceito racial.[243]

Em seus discursos João Pinheiro se recusaria prontamente a acreditar em desvantagem de qualquer ordem em relação à mão de obra nacional frente à estrangeira. O incremento dado à disseminação das escolas técnico-agrícolas quando à frente do governo mineiro somado ao seu plano de assentamentos coloniais - com um modelo semelhante ao *Homestead* norte-americano – mostram a importância dada por ele ao trabalho e à lavoura. Em banquete oferecido no Palácio da Liberdade em 1907 e situando-se em um país cuja nacionalidade ainda se encontrava em formação, Pinheiro declararia que apesar de sua história curta o país demonstrava não possuir o peso dos preconceitos que convulsionavam a Europa. Não se verificava "nem nos homens a diferença de cor nem no país a distinção das nacionalidades". Minas Gerais era finalmente coroada como o berço da igualdade e da liberdade brasileira, a primeira sonhadora da República na América Latina. Descontando-se a *mineiridade* contida no discurso nas alusões ao pacifismo, à liberalismo e à igualdade, Pinheiro integrava uma elite na qual diversos de seus elementos compreendiam não só a República, como também o mundo, sob o viés da desigualdade e da degenerescência imanente aos povos. Restava aos outros grupos compreender que a realização de uma grande obra nacional pertencia mais à aculturação de sua população – obra do tempo a livrá-la de sua "infância" – do que a simples assinatura de uma lei.

Nos anos em que ciência social moderna dava seus primeiros passos era improvavel que os espíritos mais sensíveis ao conhecimento se mantivessem impassíveis diante do turbilhão de teorias aqui derramadas por livros e revistas científicas estrangeiras. Falando em

[242] Carta de David Campista a João Pinheiro em 16 de janeiro de 1907. Caixa 17, número 2336, fundo João Pinheiro, APM.
[243] CARVALHO, Antônio Gontijo de. *Ensaios biográficos*. São Paulo: Revista dos tribunais, 1951, P. 147.

nome da *psicologia geral do brasileiro*, Carlos Peixoto se expressaria sobre este assunto nos seguintes termos:

> Acredito (...) que essa nossa inconseqüência, senão relativa incapacidade, decorre em primeiro lugar e essencialmente de uma falsa noção ou sentimento fundamental à psicologia do brasileiro, por causas que talvez me anime um dia a analisar detidamente: a sua nenhuma confiança no trabalho lento, no esforço persistente e sistemático na cultura, enfim, e a sua fé absoluta na natureza, nos dotes naturais, nas qualidades não adquiridas, nas forças naturais.[244]

Exemplos da descontinuidade de impressões sobre o país que governavam, tais passagens nos expõem um breve retrato das elites políticas dos primeiros anos do século XX. A discussão pormenorizada dos problemas nacionais era um rico espaço de confronto político do qual saíam vencedores aqueles que dominavam as regras de funcionamento da máquina governamental, suas leis e seus regimentos. Por outro lado, o destaque obtido nos sofisticados círculos sociais da Capital Federal, na imprensa e nos confrontos da tribuna pelos integrantes do Jardim da Infância conviveu com uma profunda descrença a aqueles que viviam à margem da ambição fetichista do poder político: uma socialização que admitia a exclusão da grande parcela da população destinada a ter de se haver permanentemente com sua degenerescência inata. Reconhecidamente comprometidos com valores de regeneração nas práticas políticas da época, nossos personagens, entretanto, foram também filhos de seu tempo: acolheriam em seu interior a imanência de diversas imagens encerradas no interior de gerações. A janela aberta ao Jardim da Infância por Afonso Pena teria uma breve duração. Suficiente, no entanto, para que seus integrantes – em conflito com seus detratores – nos oferecessem um retrato de nossa política e da trajetória de uma experiência de poder na Primeira República.

[244] CARVALHO, Gontijo de, op. cit. P. 192.

Arquivos e fontes pesquisados:

- Arquivo Público Mineiro – Belo Horizonte, MG
- Coleção Mineiriana – Faculdade de Economia / UFMG
- Biblioteca Mineiriana do Instituto Cultural Amílcar Martins – Belo Horizonte, MG
- Biblioteca da Universidade Federal de Juiz de Fora, MG.
- Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora, MG.
- Anais da Câmara dos Deputados digitalizados disponíveis no *site* da Câmara dos Deputados:

  http://www2.camara.gov.br/publicacoes
- Revistas semanais *Fon-Fon* e *O Careta* em edições digitalizadas disponíveis no *site* da Biblioteca Nacional:

  http://www.bn.br/site/pages/catalogos/periodicos/periodicosdigitalizados.htm

Lista de ilustrações

Figura 1 - Movimentação do chapéo de um candidato a deputado para as eleições
Figura 2 - Pinheiro Machado em charge da revista Fon-Fon
Figura 3 - O ministério Afonso Pena
Figura 4 - Na Despedida

Lista de tabelas

Tabela 1 - Integrantes do Jardim da Infância
Tabela 2 - Carreira parlamentar dos políticos identificados ao Jardim da Infância
Tabela 3 - Participação dos integrantes do Jardim da Infância na Câmara Federal
Tabela 4 - Dados estatísticos sobre o café - Movimento geral da produção

Bibliografia:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. "Caras e modos dos migrantes e imigrantes". *História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e. *Idéias econômicas de Miguel Calmon*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.

ALONSO, Ângela. *Idéias em Movimento*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AMADO, Gilberto. Passado e Presente: James Darcy. *Província de Sao Pedro*. V. 8, N. 18. Porto Alegre: dez. 1953, p. 163-5.

BARBOSA, Rui. *Contra o Militarismo*. Rio de Janeiro: J. Ribeiro dos Santos, s/ data.

BARBOSA, Waldemar de A. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

BARRETO, Tobias. *Estudos de Direito*. Brasília: Senado Federal, 2004.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo: Convívio/USP, 1986.

BONAVIDES, Paulo, AMARAL, Roberto. *Textos políticos da história do Brasil*. 3.ed. Brasília: Senado Federal.

BORDO, Michael D. *The Gold Standard and Related Regimes: collected essays*. New York: Cambridge University Press, 1999.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BUSTAMANTE, Heitor de. *Sertões de Puris: História do município de Santo Antônio de Pádua*. Niterói: Ed. Casa do Homem de Amanhã. 1971.

ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e. *Idéias econômicas de Miguel Calmon*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.

ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e. *Factos Econômicos*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1913.

CALÓGERAS, João Pandiá. *Idéias políticas de Pandiá Calógeras*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1987.

CALÓGERAS, João Pandiá. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1980.

CARDIM, Elmano. Calógeras. *Revista do IHGB*. V. 291, Jan. Rio de Janeiro: 1971. p. 104-121.

CARRARA, Ângelo Alves. *A Zona da Mata Mineira: diversidade econômica e continuísmo (1834-1909)*. (Dissertação de Mestrado, UFF), Niterói: 1993.

CARVALHO, Antônio Gontijo de. *Uma conspiração contra a inteligência: vida e obra de David Campista*. Vitória: Artenova, 1968.

CARVALHO, Antônio Gontijo de. *Calógeras*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

CARVALHO, Antônio Gontijo de. *Ensaios biográficos*. São Paulo: Revista dos tribunais, 1951.

CARVALHO, Daniel de. *Capítulos de memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

CARVALHO, Daniel de. *Francisco Sales: Um Político de Outros Tempos*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora. 1963.

CARVALHO, Daniel de. Francisco Sales e sua época. *Revista do IHGB*. V. 261, Jan. Rio de Janeiro: 1963. p. 182-191.

CARVALHO, José Murilo. *A escola de minas de Ouro Preto: o peso da glória*. 2ª ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
CASALECCHI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista: política e poder (1889-1926)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
CASTRO, Sertório de. *A República que a revolução destruiu*. Brasília: UNB, 1982.
COMTE, Auguste. *Discurso sobre o espírito positivo*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. V. 2. São Paulo: Publifolha, 2000.
FERREIRA, Marieta de M. A nova "velha história": o retorno da História Política. *Revista Estudos Históricos*. V. 5, N. 10. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1992.
FLEISCHER, David. Carlos Peixoto Filho e o Jardim da Infância, IN: *Discursos parlamentares de Carlos Peixoto Filho*. Seleção, introdução e comentários de David V. Fleischer. 2. Ed. Brasília, Câmara dos Deputados, 1978.
_____. A cúpula mineira na Republica Velha, IN: MONTEIRO, Norma de G. (org.) *V Seminário de estudos mineiros. A República Velha em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.
FRANCO, Afonso A. de M. *Um estadista da República*. V. 1 e 2. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.
GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro, ed. Bertrand Brasil, 1989.
GRAHAM, Richard. *Escravidão, Reforma e Imperialismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
HALLOWAY, Thomas H. *Vida e morte do Convênio de Taubaté: a primeira valorização do café*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
HEINZ, Flávio M (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2006.
HESPANHA, António Manuel. A Constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In. *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
HORTA, Cid Rebelo. Famílias governamentais de Minas Gerais. *Segundo Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte, UFMG, 1956.
JARDIM, Antônio da Silva. *Propaganda republicana (1888-1889)*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1978.
LACOMBE, Américo J. *Afonso Pena e sua época*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
LEVINE, Robert. *A velha usina – Pernambuco na federação brasileira (1889/1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
LYRA, Augusto Tavares de. O senado da República de 1890 a 1930. *Revista do IHGB*. V. 210. Rio de Janeiro: 1951.
LYRA, Augusto Tavares de. A presidência Campos Sales. *Revista do IHGB*. V. 258, Jan. Rio de Janeiro: 1963. P. 135-221
MACHADO, Pinheiro. *Discursos do Senador Pinheiro Machado*. Brasília: Senado Federal, 2003.
MARTINS FILHO, A. Clientelismo e representação em Minas Gerais durante a Primeira República: uma crítica a Paul Cammack, *Revista Dados*. V. 27. Rio de Janeiro: 1984. p. 175-97.
_____. *The white collor Republic: Patronege and Interest Representation in Minas Gerais, 1889-1930* (tese de doutorado). Illinois: 1987.

MONTEIRO, Norma de Góis. (coord.). *Dicionário Biográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1994.
MURTINHO, Joaquim. *Idéias Econômicas de Joaquim Murtinho*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980
NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As desventuras do liberalismo: Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
O CENTENÁRIO do Caraça 1820-1920. Rio de Janeiro: Besnard Freres, 1920.
O Governo Presidencial do Brasil: 1889-1930; Guia Administrativo da Primeira República. Poder Executivo. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1985.
PATROCÍNIO, José do. *Campanha abolicionista*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional.
PEIXOTO FILHO, Carlos. *Discursos Parlamentares de Carlos Peixoto Filho*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978.
PINHEIRO, João. *Idéias políticas de João Pinheiro*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.
PIRES, Antonio Olyntho dos Santos. A idéa republicana em Minas Geraes; sua evolução; organização definitiva do Partido Republicano. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. V. 21. Belo Horizonte: 1927.
PIRES, Antonio Olyntho dos Santos. A Proclamação da Republica em Minas Geraes. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. V. 21. Belo Horizonte: 1927.
RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906)*. Belo Horizonte, UFMG/PROED, 1985.
RIBEIRO, Leonídio. O "Jardim da Infância" e Afrânio Peixoto. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro: V. 208, 1950.
RIVIÈRE, Claude. *As liturgias políticas*. Rio de Janeiro: Imago, 1989.
ROURE, Agenor de. *A Constituinte Republicana*. Brasília: Senado Federal, 1979.
ROUSSEAU, Isabelle. La propografía: un método idóneo para el estudio del Estado? In: *Revista Mexicana de Sociología*. V. 52, N. 3 Jul. Sep., 1990. p. 237-247.
SANTOS, Cláudia Regina dos. *Viajantes franceses e modelos de colonização para o Brasil (1850-1890). Revista do mestrado de história da Universidade Severino Sombra*. Vassouras, V. 5, 2003.
SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
Seminário sobre modelos alternativos de representação política no Brasil. Brasília: Editora UnB, 1981.
SILVA, Edmundo de Macedo Soares e. A escola de Minas: um século de luz. *Revista do IHGB*. V. 322. Rio de Janeiro: 1979. p. 274-293
SILVA, Ildefonso Mascarenhas da. João Pinheiro: Comemoração do centenário do seu nascimento. *Revista do IHGB*. V. 258. Rio de Janeiro: 1963.
SILVA, Janice Theodoro da. *Raízes da Ideologia do Planejamento: Nordeste (1889-1930)*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.
STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa. reflexões sobre uma nova velha História. *Revista de História: Dossiê História Narrativa*. Campinas: IFCH, Unicamp, 1991.
STONE, Lawrence. Prosopography. *Daedalus: Journal of the American Academy of Arts and Sciences*. V. 100, N. 1, 1971.
STREET, Jorge. *Idéias sociais de Jorge Street*. Brasília: Senado Federal, 1980.
VENÂNCIO FILHO, Alberto. Carlos Peixoto e o Jardim da Infância. *Revista do IHGB*. o de Janeiro: v. 297, 1972.
VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Elites políticas mineiras na Primeira República brasileira: um levantamento prosopográfico. In: *HISTÓRIA UNISINOS/Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos*. V. 5, N. 4. São Leopoldo: Unisinos, 2001.
VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Minas de Dentro para fora: a política interna mineira no contexto da primeira república. *Locus: revista de história*. V. 5, N. 2. Juiz de Fora: EDUFJF, 1999.
VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do "café com leite"*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.
WEINER, Jerry T. *Afonso Pena: Minas Gerais and the transition from empire to republic in Brazil.* (Tese de doutorado). City University of New York, New York: 1980.
WIRTH, John. *O Fiel da Balança: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo